



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Frederico Imbelloni Bernardes

**INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA
AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO
LOURENÇO – MG**

Varginha, MG, 2021

Frederico Imbelloni Bernardes

**INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA
AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO
LOURENÇO – MG**

**SOCIOECONOMIC INFLUENCES OF THE
AVICULTURE SECTOR IN THE MICROREGION OF
SÃO LOURENÇO - MG**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas.

Área de Concentração: Gestão, Formação e Desenvolvimento

Linha Pesquisa: Gestão, Organizações e Política de Desenvolvimento

Orientador(a): Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal

Coorientador(a): Prof. Dr. Alessandro Ferreira Alves

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Frederico Imbelloni Bernardes e orientado pelo prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal

Assinatura do orientador

Varginha, MG, 2021

BERNARDES, Frederico Imbelloni

B522 Influências socioeconômicas do setor da avicultura na
 microrregião de São Lourenço / Frederico Imbelloni Bernardes. –
 2021.
 86 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal.

Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Ferreira Alves.

Dissertação (mestrado) - Centro Universitário do Sul de Minas,
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento
Regional. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2021.

1. Avicultura. 2. Indicadores socioeconômicos. 3. Desenvolvimento
Regional. I. PORTUGAL, Nilton dos Santos, orient. II. ALVES,
Alessandro Ferreira, co-orient. III. Centro Universitário do Sul de
Minas. VI. Título.

CDD: 636.5

Ficha catalográfica: Fabiana Aparecida Pereira Souza – CRB-06/ 3587/O

Frederico Imbelloni Bernardes

**INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA
AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO
LOURENÇO – MG**

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Presidente: Prof. Dr. Nilton dos Santos Portugal – Orientador, UNIS-MG

Membro: Prof. Dr. Alessandro Ferreira Alves – Coorientador, UNIS-MG

Membro: Profa. Dra. Maria Aparecida Curi – UNIFAL

Membro: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola – UNIS-MG

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Varginha, 07 de Abril de 2021

RESUMO

As aglomerações de empresas, resultantes do povoamento de determinadas regiões, trazem, para onde estão situadas, benefícios socioeconômicos diversos como geração de empregos, aumento da renda, melhora na qualidade de vida da sociedade, entre outros fatores. Essas aglomerações fazem com que a proximidade entre elas lhes traga um ganho maior que as demais empresas dispersas no território, gerando vantagens competitivas sustentáveis, além de alavancar o desenvolvimento regional em que estão inseridas. O propósito deste trabalho, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, foi de identificar e analisar as influências socioeconômicas que o setor da avicultura traz para a microrregião de São Lourenço - MG, com base na relação local de produtividade, geração de emprego, massa salarial, distribuição de renda, saúde, educação, infraestrutura financeira e social, por meio da análise de indicadores coletados em empresas e instituições, juntamente com a análise das entrevistas aplicadas de modo que possam trazer a percepção tangível dos atores locais em relação ao setor avícola. A pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva e explicativa. Os dados foram coletados nas empresas que fazem parte do setor avícola na microrregião de São Lourenço - MG por meio de uma pesquisa de campo com aplicação de entrevistas, juntamente com dados secundários de institutos de pesquisa e órgãos governamentais, seguido de uma análise e interpretação das informações coletadas. Nesse contexto, a pesquisa apresentou como principais resultados a identificação de influências socioeconômicas e produtivas do setor avícola nas cidades granjeiras como sendo o segmento que mais emprega e melhor remunera na região; as cidades granjeiras possuem uma maior distribuição de renda per capita, com um índice de desenvolvimento humano alto, e com forte contribuição para o PIB.

PALAVRAS-CHAVE: Avicultura. Indicadores Socioeconômicos. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The companies' agglomeration, result from settlement of determined regions, brings, to where it is located, various socio economics benefits such as job creation, increase of income, a better way of life, among others. These agglomerations make that this proximity between them turn in a higher gain than other companies, who are dispersed, making sustainable competitive advantages, in addition to leverage the regional development on which they are inserted. The aim of this work, of an applied nature, with qualitative approach, was to identify and analyse socio economics influence the poultry sector bring to São Lourenço-MG microregion, based on local relation of productivity, job creation, salarial mass, income distribution, health, education, financial and social infrastructure, by means of analyses of indicators collected in corporations and institutions, along with the analyses of interviews applied in a way to bring a tangible perception of local actors in relation the poultry sector. This work identifies itself as exploratory, descriptive and explanatory. The data was collected in corporations who belong to poultry sector in São Lourenço-MG microregion by means of field research with interview application, combined with secondary data from research institutes and government agencies, followed by a review and interpretation of the data. In this context, the research has shown as main results the identification of socio economics and productives influence in the poultry sector on the farm cities, as being the segment that employs the most and best remunerates in the region. The farm cities have a greater income distribution, with a high human development index and strong contribution for PIB.

KEYWORDS: Poultry Sector. Socio Economics Indicators. Regional Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Microrregião de São Lourenço	03
Quadro 2 - Granjas da Microrregião de São Lourenço	03
Quadro 3 - Dimensões do IDH e IDHM	26
Quadro 4 - IDH Brasil de 2000 a 2018	28
Quadro 5 - Parâmetros para análise do coeficiente de Spearman	38
Quadro 6 - Divisão por segmento das cidades da microrregião de S. Lourenço.....	39
Quadro 7 - Conclusão dos resultados dos testes de normalidade.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumo calórico e de proteína diário e per capita.....	07
Gráfico 2 - Produção anual de Ovos no Brasil.....	09
Gráfico 3 - Volume e Receita de exportação de Pintinhos por dia.....	10
Gráfico 4 - Curva de Lorenz.....	29
Gráfico 5 - Identidade Empresarial de Itanhandu.....	44
Gráfico 6 - Identidade Empresarial de Pouso Alto.....	45
Gráfico 7 - Identidade Empresarial de Passa Quatro.....	46
Gráfico 8 - Identidade Empresarial de Itamonte.....	47
Gráfico 9 - Teste de Normalidade para o IDH.....	81
Gráfico 10 - Teste de Normalidade para o PIB.....	81
Gráfico 11 - Teste de Normalidade para o GINI.....	82
Gráfico 12 - Teste de Normalidade para o PEA.....	82
Gráfico 13 - Teste de Normalidade para o Porcentagem do PIB.....	83
Gráfico 14 - Teste de Normalidade para o Renda Per Capta.....	83
Gráfico 15 - Teste de Normalidade para Agropecuária.....	84
Gráfico 16 - Teste de Normalidade para Indústria.....	84
Gráfico 17 - Teste de Normalidade para Serviços.....	85
Gráfico 18 - Teste de Normalidade para Administração Pública.....	85
Gráfico 19 - Teste de Normalidade para PIB Total.....	86
Gráfico 20 - Teste de Normalidade para Participação no PIB Total.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de Indicadores por municípios.	40
Tabela 2 - Composição do PIB segundo o IBGE.	41
Tabela 3 - Relação de onde residem os funcionários empregados.	42
Tabela 4 - Relação do número de funcionários x PEA.....	43
Tabela 5 - Análise descritiva dos indicadores da Microrregião	47
Tabela 6 - Análise descritiva dos indicadores por segmento.....	48
Tabela 7 - Análise descritiva das variáveis integrantes do PIB por classe	50
Tabela 8 - Correlação dos Indicadores.	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Países produtores de carne de frango em 2019.....	08
Figura 2 - Microrregião de São Lourenço.....	11
Figura 3 - Abates de frango por estado.....	13
Figura 4 - Produção de ovos por estado.....	14
Figura 5 - Códigos criados no ATLAS.ti 8.....	55
Figura 6 - Código “Avicultura Como Propulsor Econômico”.....	57
Figura 7 - Trechos do código “Avicultura como propulsor econômico.....	58
Figura 8 - Inter-relação dos códigos.....	59
Figura 9 - Trechos do código “Aliança regional”.....	60
Figura 10 - Inter-relação dos códigos com “Aliança Regional”.....	61
Figura 11 - Trechos do código “Aliança Avicultores”.....	62

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal

APL – Arranjo Produtivo Local

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH-M – ndice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

IPEA – Instituto de Pesquisas Econmicas Aplicadas

PEA – População Economicamente Ativa

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RNB – Renda Nacional Bruta

SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Problema	02
1.2 Objetivo.	02
1.2.1 Objetivo Geral	02
1.2.2 Objetivos Específicos.....	02
1.3 Delimitação do Estudo.....	03
1.4 Justificativa	03
1.5 Organização da Dissertação.....	04
2 REVISÃO DE LITERATURA	06
2.1 Panorama das pesquisas.....	06
2.2 A relevância econômica do setor avícola	07
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 Teorias de Desenvolvimento	15
3.1.1 Teoria dos Polos de Crescimento e de desenvolvimento	15
3.1.2 Teoria da base de Exportação.....	16
3.1.3 Efeitos de Encadeamento.	19
3.1.4 Arranjos Produtivos Locais.....	21
3.2 Indicadores Socioeconômicos	23
3.2.1 O IDH.....	24
3.2.2 O PIB.....	28
3.2.3 O Índice de GINI.....	29
3.3 O envolvimento do governo.	31
4 METODOLOGIA	33

4.1 Delineamento da pesquisa	33
4.2 Tipo de Pesquisa	33
4.3 Objeto de Estudo.....	34
4.4 Instrumentos de pesquisa.	35
4.5 Procedimentos para Coleta de Dados.	36
4.6 Procedimentos para Análise de Dados.....	36
5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	39
5.1 Levantamento dos Dados.....	39
5.2 Análise Descritiva das Variáveis.	47
5.3 Análise de Correlação das Variáveis.	51
5.4 Análise das Entrevistas.	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	72
APÊNDICES	77

1

INTRODUÇÃO

Com a intensa competitividade do mercado, as empresas estão se deparando com a necessidade de inovação e modernização diária, fazendo com que se adaptem aos mais diversos cenários que são apresentados todos os dias. O Brasil hoje, apresenta características de um mercado de livre comércio e, para tanto, as organizações articulam entre si para que possam sobreviver frente seus concorrentes e as adversidades impostas pelos agentes governamentais.

Atualmente o Brasil tem se destacado em relação aos demais países no setor agrícola, estando entre as dez maiores economias mundiais, sendo o segundo maior exportador mundial de alimentos agrícolas. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2020), o Brasil está se preparando para ser o maior fornecedor que possa atender a demanda mundial, principalmente aos países da Ásia. Segundo eles, essa capacidade de atendimento virá juntamente com processos de melhoria da produtividade, reformas estruturais dos ambientes agrícolas e acordos de comércio que possam melhorar o acesso ao mercado estrangeiro.

Segundo o relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA (2020), o setor produtivo da avicultura ganhou força nos últimos anos e o país passou a ser intitulado “Celeiro do Mundo”, mesmo que em contradição aos dados apresentados pelo IBGE (2020) na qual no Brasil, quatro a cada dez famílias não tem acesso a qualidade e quantidade de comida suficiente na mesa de casa. Esta titularidade que o país ganhou é devido à alta produtividade, qualidade empregada, climatização, ambientes favoráveis para produção e políticas governamentais que ajudam no crescimento mercadológico, como a isenção do ICMS de 17% por todo o país em ovos de consumo. O relatório mostra ainda que o país está entre os maiores produtores de carne a nível mundial, com capacidade produtiva suficiente para atender o mercado interno e ainda se tornar o maior exportador de carne de frango do mundo.

Segundo dados do IBGE (2019), pertencente à Mesorregião Sul do Estado de Minas Gerais, se encontra a microrregião de São Lourenço. E conforme a Associação Mineira de Municípios (2020), as atividades de destaque na microrregião de São Lourenço atualmente são: pecuária leiteira, avicultura, café, produção de embalagens plásticas, confecção têxtil e o turismo. Como objeto de estudo da pesquisa, a avicultura foi o setor selecionado devido a grande quantidade de granjas dispostas em uma mesma microrregião. Segundo a ABPA (2020),

as regiões Sudeste e a região Sul do Brasil, são responsáveis por produzirem aproximadamente 80% de todo o alimento de proteína animal do território nacional.

As aglomerações de empresas que possuem um mesmo processo produtivo com interações entre os atores locais, governo, empresas e o meio ambiente inseridos resultam no desenvolvimento de possíveis polos empresariais. Esse aglomerado permite um desenvolvimento regional significativo, gerando alianças, competitividade e vantagens comerciais entre as empresas locais, por meio de efeitos multiplicadores na economia e na sociedade, em relação às que estão fora desse território. Além dos benefícios mercadológicos, interfere também na comunidade local no que tange a geração de emprego e renda, os investimentos tecnológicos, a saúde, a educação, afetando diretamente os indicadores socioeconômicos da região

O presente trabalho consiste em analisar as influências socioeconômicas do setor da avicultura na microrregião de São Lourenço, por meio da análise de um aglomerado de empresas em torno da atividade produtiva do setor de avicultura nessa região, observando os benefícios trazidos por essas aglomerações nas variáveis relacionadas a PIB, IDH, GINI, PEA, Potencial de Consumo, saldo de emprego e o IDH-M que compõe saúde, educação e renda dos municípios.

1.1 Problema

A microrregião de São Lourenço tem se tornado referência no setor avícola, no momento em que, dentre as 16 cidades que compõem essa região, existem diversas empresas com o mesmo processo produtivo, bem-sucedidas e que são reconhecidas internacionalmente. Concomitante ao sucesso empresarial, vem o crescimento regional das cidades que estão inseridas nesse arranjo do setor avícola. Por isso, o problema delimitado neste trabalho é: “Que influências o setor da avicultura traz para as cidades granjeiras da microrregião de São Lourenço - MG?”

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as influências socioeconômicas regionais geradas pelas empresas do setor de avicultura na microrregião de São Lourenço – MG.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o setor avícola da microrregião de São Lourenço – MG.
- Identificar os benefícios socioeconômicos, no que tange a desigualdade social,

desenvolvimento humano, produtividade, emprego, massa salarial e potencial de consumo, trazidos pelo setor avícola nas cidades granjeiras da microrregião.

- Analisar as relações entre os dados oficiais coletados e as percepções dos entrevistados.

1.3 Delimitação do Estudo

As aglomerações empresariais, algumas vezes com o mesmo processo produtivo, trazem benefícios significativos para a região em que está inserida. A pesquisa foi realizada na microrregião de São Lourenço – MG, na qual possui em sua composição 16 cidades, segundo dados do IBGE, e possui 18 granjas mapeadas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Quadro 1 - Microrregião de São Lourenço

ALAGOA	CAXAMBU	LAMBARI	SÃO LOURENÇO
BAEPENDI	ITAMONTE	OLIMPIO NORONHA	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE
CAMBUQUIRA	ITANHANDU	PASSA QUATRO	SOLEDADE DE MINAS
CARMO DE MINAS	JESUÂNIA	POUSO ALTO	VIRGÍNIA

Fonte: Dados do IBGE adaptado pelo autor (2020).

Após o mapeamento das cidades da microrregião conforme Quadro 1, na sequência foram mapeadas as granjas segundo dados do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no Quadro 2.

Quadro 2 - Granjas da Microrregião de São Lourenço

GRANJA ABC	GRANJA JESUÂNIA	GRANJA SANTA MÔNICA
GRANJA DO RICO	GRANJA MANTIQUEIRA	GRANJA SÃO JOSPE
GRANJA ESTRADA REAL	GRANJA NAJU	GRANJA SERRA AZUL
GRANJA IANA	GRANJA PIMENTA	GRANJA SÉTIMO CÉU
GRANJA ISMÉRIA	GRANJA SANTA CLARA	GRANJA SÍTIO FREMA
GRANJA ITORORÓ	GRANJA SANTA MARTA	GRANJA VALE VERDE

Fonte: Dados segundo IMA adaptado pelo autor (2020).

1.4 Justificativa

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA (2019), o Brasil se tornou referência no setor produtivo de avicultura e a microrregião de São Lourenço, sendo objeto de estudo da pesquisa, tem grande participação nessa conquista, tendo em vista que dentre as empresas situadas nessa região, algumas se destacam como as maiores da América Latina. Ainda segundo esse relatório, o Brasil possui potencial econômico e produtivo para abastecer a

população e outros países, e a concentração dessa cadeia produtiva aparece, em sua grande maioria, localizada na região sudeste e sul do país. Associação Mineira de Municípios (2020) informa que dentre as diversas atividades econômicas da microrregião de São Lourenço, há uma forte presença da avicultura e sua relevância econômica local.

Conforme dados da CEPEA (2020), em 2019 o agronegócio brasileiro teve um impulso devido a problemas com as demandas externas resultantes da “Peste Suína Africana - PSA” que afetou países da Ásia. O PIB do agronegócio mineiro teve destaque no aumento do faturamento de suínos em 32%, seguidos por criação de boi 17% e, respectivamente, frango 14% e ovos 15%. Essas altas ficaram mais evidentes nas exportações, porém o consumo interno foi maior em carnes de frango e ovos devido ao custo mais acessível à população. Segundo Cassiolato (2003), os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais compostas por agentes sociais, governamentais e econômicos, com foco em atividades que possuam algum vínculo por mais que sejam incipientes.

Casarotto e Pires (2001) afirmam que a sociedade vive a era da coletividade, com grupo de países, de pessoas, de empresas, etc.; e isso tem trazido maiores chance das empresas se manterem vivas no mercado.

Cano (2002) diz que analisar os impactos causados por algum ator, empresa, entidade ou agente a um determinado local é o objetivo mais simples de uma avaliação de um aglomerado de empresas.

Levando em conta que há uma aglomeração de empresas do mesmo setor produtivo localizadas próximas umas das outras, há um fortalecimento do setor avícola regional. Com ele, aparecem variáveis influenciadas por essas aglomerações, como aumento da renda da comunidade, a geração de emprego, investimentos em tecnologias, entre outros benefícios socioeconômicos oriundos desse arranjo industrial. Portanto, resolveu-se estudar quais as influências geradas pelo setor avícola na microrregião de São Lourenço – MG.

1.5 Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação, Análise e Discussão de Dados, Considerações Finais, Referências e Anexos.

A Introdução subdivide-se em cinco seções: Problema, Objetivos Geral, Delimitação do Estudo, Justificativa e Organização da Dissertação.

A Revisão de Literatura apresentará um panorama das pesquisas sobre a relevância do setor avícola, e o Referencial Teórico apresentará as teorias de desenvolvimento, indicadores

socioeconômicos e o envolvimento do governo em relação ao desenvolvimento regional.

A metodologia subdivide-se em seis seções: Delineamento da Pesquisa, Tipo de Pesquisa, População e Amostra, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados e Procedimento de Análise de Dados.

Em seguida, a Apresentação, Análise e Discussão de Dados com o panorama de tudo o que foi pesquisado, seguido das Considerações Finais com os devidos apontamentos e conclusões. Ao final as Referências, e nos Anexos constam os instrumentos elaborados pelo pesquisador.

2

REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Panorama das Pesquisas

Sendo bastante utilizada como ferramenta de organização das pesquisas para desenvolver artigos, dissertações e teses, o estado da arte, segundo Chamon (2016), indica ao pesquisador o quanto já está desenvolvido algum assunto característico no campo científico, através de métodos documentais e do uso de softwares, que auxiliam na criação e no desenvolvimento na pesquisa.

A revisão de literatura tem como base teóricos do desenvolvimento como Perroux (1977) e a Teoria dos Polos, Douglas North e a Teoria da Base de Exportação (1955), Albert Hirschman (1958) e a Teoria dos Efeitos de Encadeamento, e assuntos relacionados à Arranjos Produtivos Locais. Também foram procurados trabalhos e artigos científicos desenvolvidos no setor Agropecuário, em especial no setor da avicultura, bem como documentos de institutos ligados a dados socioeconômicos como IMA, IBGE, SEBRAE, ABPA, ONU para Agricultura e Alimentação.

O estado da arte foi desenvolvido por meio de pesquisas que tenham relação com avicultura, teorias de desenvolvimento, desenvolvimento regional, políticas públicas e indicadores socioeconômicos.

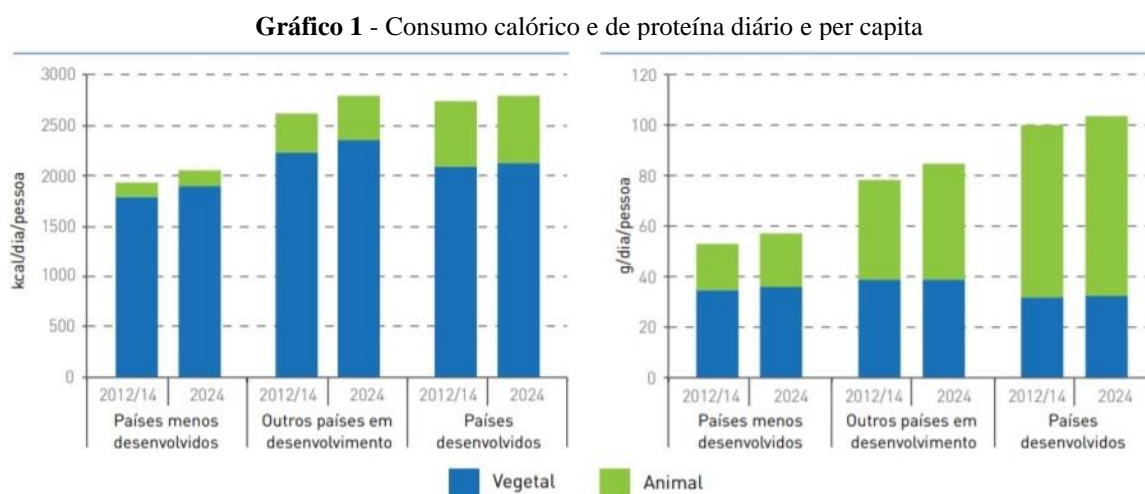
Para que o estudo pudesse se desenvolver, o estado da arte foi construído a partir de pesquisas bibliográficas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD com os seguintes jogos de palavras: “desenvolvimento regional”, utilizando os filtros de assuntos “desenvolvimento regional” e “políticas públicas” apareceram 48 publicações; “avicultura” inicialmente apareceram 795 publicações, e após tratado com o filtro assunto “avicultura”, e ano de defesa de “2010 até 2019” resultou em 160 publicações; as palavras “teorias do desenvolvimento” com filtros de assuntos do “país Brasil” e “ciências sociais” aplicadas, 37 publicações; para o termo “arranjo produtivo local”, foram identificadas 58 publicações, e após selecionado o filtro assunto “desenvolvimento local”, reduziu para 4 publicações; o termo “políticas públicas”, com a aplicação dos filtros assunto “políticas públicas” e “Brasil”, juntamente com “ano de defesa de 2010 a 2019”, resultou em 49 publicações o termo “indicadores socioeconômicos” foi utilizado com filtro assunto “fatores socioeconômicos” e

resultou em 92 publicações.

A partir das leituras dos mais variados artigos, dissertações e teses encontrados na biblioteca BDTD, foram elaborados os seguintes tópicos como a relevância econômica do setor avícola, as teorias de desenvolvimento, os indicadores socioeconômicos e o envolvimento do governo, que irão auxiliar no decorrer da pesquisa para atender os objetivos elaborados

2.2 A relevância econômica do setor avícola

O aumento do consumo de alimentos proteicos, advindos do animal no dia-a-dia, é entendido como melhoria na condição de vida da sociedade, com exceção dos que optam por não se alimentarem de proteína animal, tendo em vista que o aumento de seu consumo está atrelado com o aumento da renda e, segundo as Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (2020), os países mais desenvolvidos consomem em torno de 2.800 kcal de energia e 100g de proteína por pessoa, enquanto nos países menos desenvolvidos é consumido aproximadamente 2.000 kcal de energia com somente 50g de proteína por pessoa, como mostra a Gráfico 1:



Fonte: retirado do site da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2020)

Segundo o relatório da Associação Brasileira de Proteína Animal (2020), o ovo, a carne suína e de frango são essenciais para a manutenção básica da segurança alimentar. Esses alimentos são 3 dos alimentos proteicos mais consumidos no Brasil, na qual a carne de frango se destaca com o maior índice de consumo, sendo em 2019 um consumo per capita de 42 kg/hab. por ano, seguido da carne suína com 15,3 kg/hab. ano, e o ovo com 230 unidades per capita ano. O Brasil é atualmente um dos mais importantes produtores de carne de frango com uma produção anual de 13.245 toneladas por ano, atrás apenas de Estado Unidos 19.941 (ton./ano) e China

13.750 (ton./ano)

Souza *et al.* (2011) afirmam que o crescimento da produção de alimentos proteicos no Brasil, é justificado pela ausência de doenças que atingiram o mundo em anos anteriores, como a doença da Vaca Louca, a gripe A e a gripe aviária. A exemplo disso temos o Japão e a União Europeia, que foram atingidos pelas doenças e ultrapassados pelo Brasil que não teve número de registros significativos para impedir a exportação do alimento. A Figura 1 apresenta os maiores produtores de carne de frango distribuídos pelo mundo no ano de 2019

Figura 1 - Países produtores de carne de frango em 2019

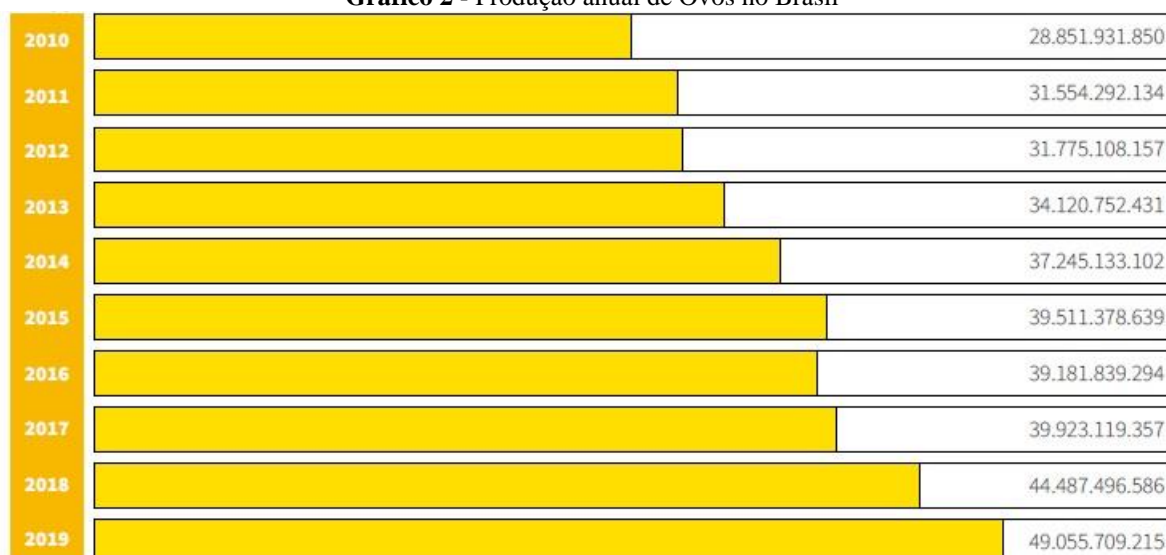


Fonte: retirado do relatório da ABPA (2020).

Segundo a ABPA (2020), o Brasil se apresenta como o terceiro maior país produtor de carne de frango com 13.245 (ton./Ano). Desse total, 68% foi destinado ao mercado interno e 32% destinado à exportação. Atualmente, o Brasil possui produção suficiente para atender o mercado interno e ainda se tornar o maior exportador de carne de frango do mundo, com um total de 4.238 (ton./Ano), a frente de EUA com 3.261 (ton./Ano) e UE com 1.548 (ton./Ano). Esse volume de exportação trouxe para o país uma receita no ano de 2019 de US\$ 6.994 milhões de dólares.

A produção e consumo do ovo, ao contrário da carne de frango que possui relevante impacto na balança comercial com mais de 30% da produção voltada para a exportação, é quase que totalmente destinada ao mercado interno. Segundo dados da ABPA (2020), a produção de ovos vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, saltando de uma produção de aproximadamente 28.851.931.850 unidades de ovos em 2010, para uma produção de 49.055.709.215 unidades de ovos em 2019 como mostra o Gráfico 2. Seu destino à exportação foi de apenas 0,41%, gerando uma receita de apenas US\$ 10.631 mil dólares, enquanto 99,59% foi destinado ao mercado interno. Justificando o crescimento da produção de ovos nos últimos anos, o consumo per capita de ovos em 2010 era de 148 unidades por ano, chegando no ano de 2019 a 230 unidades de ovos por ano.

Gráfico 2 - Produção anual de Ovos no Brasil



Fonte: retirado do relatório da ABPA (2020).

Existe também um terceiro segmento dentro da atividade de avicultura no Brasil além da produção de carne de frango e de ovo, sendo o material genético, ou seja, a produção de pintinhos. De acordo com os dados da ABPA (2020), a exportação de material genético vem crescendo exponencialmente em seus valores de mercado, enquanto o volume de exportação tem permanecido estável conforme mostra a Gráfico 3.

Gráfico 3 - Volume e Receita de exportação de Pintinhos por dia



Fonte: retirado do relatório da ABPA (2020).

Conforme demonstra o Gráfico 3, a receita diária de pintinhos exportados por dia cresceu de US\$ 34.108 mil dólares dia em 2010 para US\$ 82.916 mil dólares dias, enquanto o volume de exportação permaneceu praticamente estável. Os destinos mais importantes do Brasil de material genético são: América com 46,56%, seguido pela África com 26,09% e Oriente Médio 26,51%

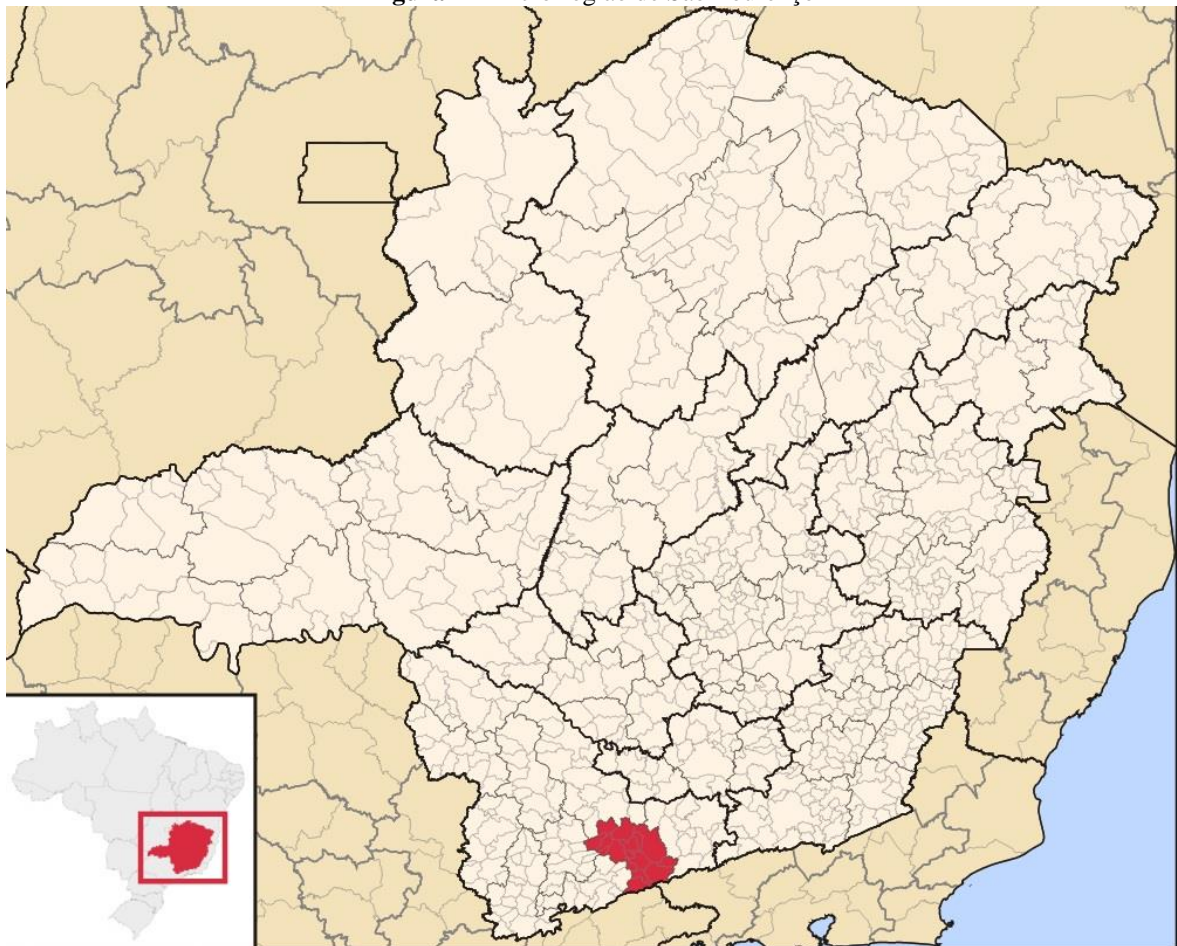
De acordo com Souza *et al.* (2011), os avanços tecnológicos são cruciais no setor avícola, quando proporcionam melhores ambientes nos criadouros, automação dos sistemas reprodutivos, e soluções tecnológicas mais baratas, deixando o mercado mais produtivo e rentável. Os autores afirmam que a melhoria de renda distribuída no Brasil, atrelado a um baixo preço do consumo de proteína de aves, simultaneamente com um setor avícola com melhorias tecnológicas e um mix de produtos, refletem em bons resultados. Corroborando a afirmação dos autores, o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2020) diz que os preços de produtos agrícolas irão sofrer quedas nos próximos anos, tendo em vista o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção dos produtos.

Segundo a ABPA (2020), atualmente o setor avícola é responsável pela geração de 4,1 milhões de empregos, juntamente com um modelo de produção integrado que abrange mais de 100 mil famílias em um sistema que preserva o trabalhador do campo.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2020), o Brasil terá a capacidade de atender a demanda mundial nas próximas décadas desde que trabalhada de forma sustentável. Para eles, o país deve focar em ganhos de produtividade e não em aumento de área de criação, aliando-se a leis de preservação ambiental que apoiem o agronegócio, e com o investimento de tecnologias para melhorias contínuas.

Segundo dados do IBGE (2019), pertencente à Mesorregião Sul do Estado de Minas Gerais, se encontra a microrregião de São Lourenço (Figura 2). Hoje composta por 215.60 habitantes, dispostos em 16 cidades, sendo elas: Alagoa, Baependi, Cambuquira, Carmo de Minas, Caxambu, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas e Virgínia.

Figura 2 - Microrregião de São Lourenço



Fonte: elaborado pelo autor através do software Philcarto (2020).

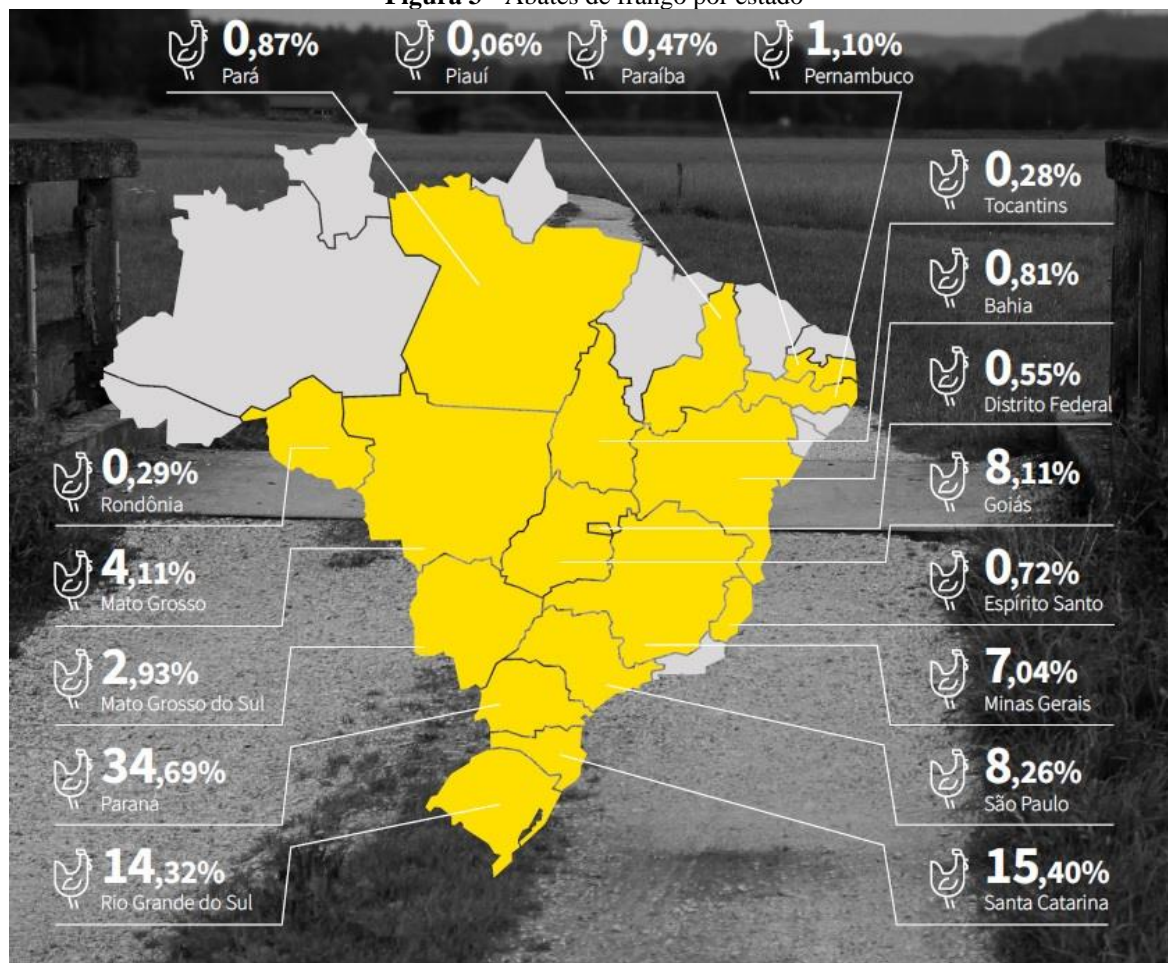
Segundo o Sebrae (2020), a região Sul mineira em termos de segmentação, hoje, possui foco maior no setor de serviços com 47% do total do PIB, seguido pela Administração Pública 23%, e respectivamente Indústria 18% e agropecuária 13%.

No decorrer do século XX, segundo Martins (2007), o estado de Minas Gerais foi marcado pela variedade de segmentos que se desenvolviam, além da pioneira atividade mineradora. Houve o crescimento do comércio, processos de industrialização e atividades de prestação de serviço. O autor afirma que com o declínio da atividade mineradora, surge uma migração para a atividade agrícola, que por mais que seja inicialmente voltada para subsistência, conseguiu estabelecer destaque ao comercializar com outros estados. A exemplo disso o Rio de Janeiro era grande comprador de milho, feijão e trigo dos produtores de Minas Gerais devido a proximidade e linhas férreas que uniam os estados.

Segundo a Associação Mineira de Municípios (2020), as atividades de destaque na microrregião de São Lourenço atualmente são: pecuária leiteira, avicultura, café, produção de embalagens plásticas, confecção têxtil e o turismo. Conforme delimitado como objeto de estudo da pesquisa, o foco será voltado para a análise setor da avicultura para entender as influências socioeconômicas geradas por esse setor.

De acordo com o relatório da ABPA (2020), as regiões Sudeste e Sul do Brasil são responsáveis por produzirem aproximadamente 80% de todo o alimento de proteína animal do território nacional. A Figura 3 mostra a produção de carne de frango em todo o território nacional no ano de 2019.

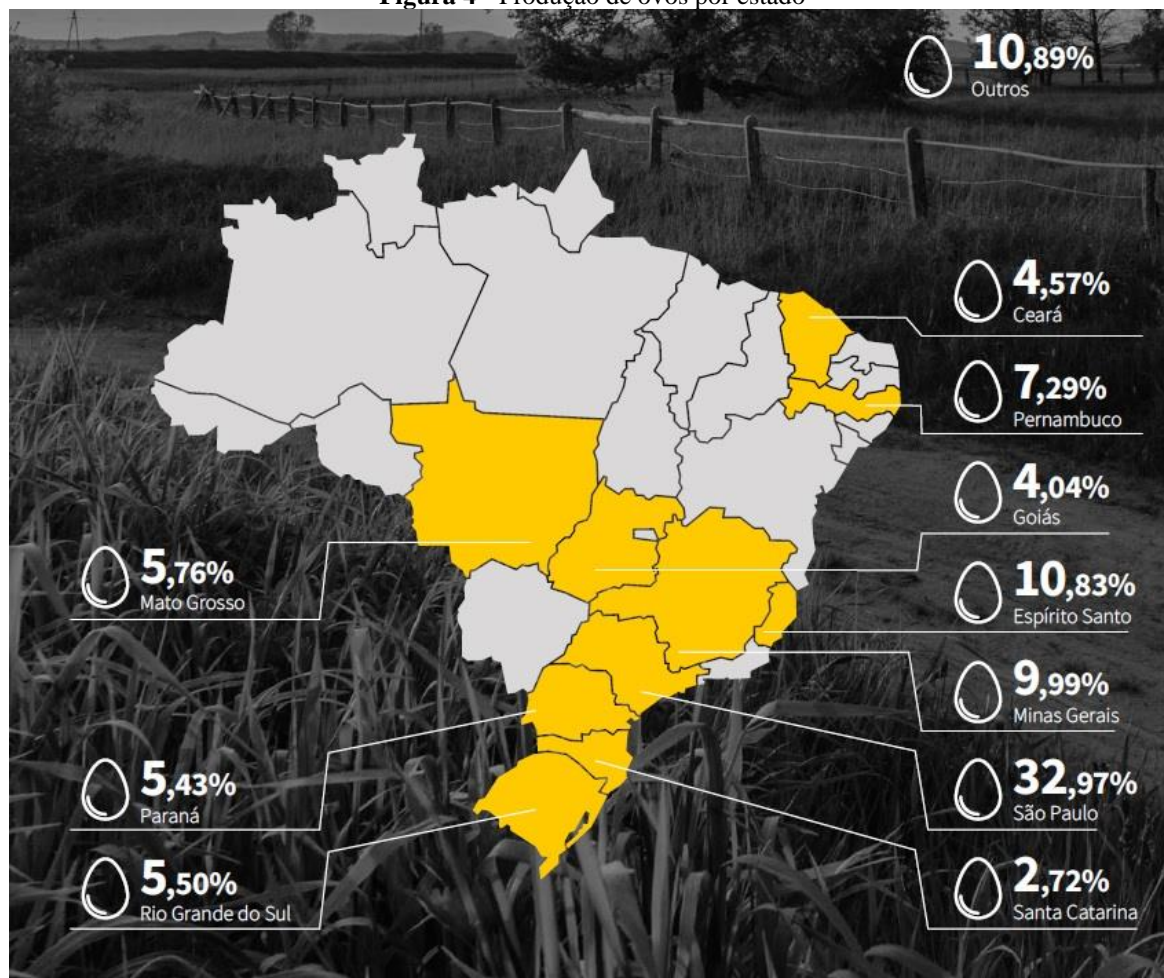
Figura 3 - Abates de frango por estado



Fonte: retirado do relatório da ABPA (2020).

Pode-se perceber que o estado do Paraná lidera a produção de carne de frango com 34,69%, seguido por Santa Catarina 15,40%, Rio Grande do Sul 14,32%. Minas Gerais aparece em sexto colocado com 7,04%. De acordo com a EMATER (2020), atualmente o Brasil se enquadra entre os maiores produtores de carne de frango no mundo, e nacionalmente, Minas Gerais aparece como sexto colocado em produção de carne e terceiro em produção de ovos, como apresenta a Figura 4.

Figura 4 - Produção de ovos por estado



Fonte: retirado do relatório da ABPA (2020).

De acordo com a Figura 4, São Paulo é o maior produtor de ovos de todo o território nacional com 32,97%, seguido de Espírito Santo 10,83% e Minas Gerais em terceiro com 9,99%. Há também, segundo a ABPA (2020), o setor de produção de material genético voltados basicamente para a exportação, onde Paraná lidera com 44,99%, São Paulo 37,85% e Santa Catarina 12,68%. Minas Gerais se apresenta como quinto colocado com 1,05%. Sua baixa participação é justificada pelo foco nos outros dois segmentos do setor avícola, o abate de frango e produção de ovos.

3

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Teorias de desenvolvimento

Fica evidente, de acordo com os dados apresentados anteriormente, a relevância que o estado de Minas Gerais, em especial a microrregião de São Lourenço, possui no setor avícola e no agronegócio brasileiro, e para entender como esse desenvolvimento vem ocorrendo, foram levantadas algumas teorias de desenvolvimento que possam justificar esse destaque empresarial regional, como a Teoria dos Polos em Desenvolvimento de Perroux, a Teoria da Base de Exportação de North, Os Efeitos do Encadeamento de Hirschman, e os Arranjos Produtivos Locais.

De acordo com Ferreira e Medeiros (2016), para que ocorra desenvolvimento regional deve acontecer um crescimento econômico e social, sendo mensurado pelo PIB, com suas exportações, redução de desigualdade, geração de emprego e renda, entre outros.

3.1.1 Teoria dos Polos de Crescimento e de Desenvolvimento

Para Jesus e Spínola (2015), em uma concorrência perfeita não existe fatores de dominação. Porém na concorrência real sempre haverá uma empresa, indústria, algum grupo econômico ou país que irá sobressair perante os demais.

Segundo Perroux (1977), o crescimento não é evidenciado em todos lugares ao mesmo tempo. Ao contrário, ele aparece em determinados pontos ou polos de crescimento, de maneiras diferentes, com efeitos variáveis sobre a economia como um todo. Assim, o autor afirma que o crescimento é um processo não equilibrado natural, que é desencadeado a partir de alguns lugares específicos. O autor é o responsável pela teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento na qual busca entender qual a diferença entre elas para o âmbito regional.

Almeida e Yamashita (2014) dizem que a atração que um local exerce ao seu entorno regional, advindo dos contatos realizados com outras regiões, faz com que surjam áreas de influência, ou regiões polarizadas. Para Santos (2003), uma das variáveis de crescimento desequilibrado é o espaço, na qual em economias regionais, as análises são apresentadas independentemente de suas localizações espaciais.

De acordo com Perroux (1977), três conceitos relacionados à indústria devem ser levados em conta para entender os polos de crescimento: a indústria motriz, indústria movida e

a indústria chave. Segundo o autor, a indústria motriz é aquela que tem a capacidade de aumentar o volume de produção de outras empresas, quando a sua capacidade também aumenta. A indústria movida é a indústria que sua capacidade de produção aumenta quando a capacidade da indústria motriz também aumenta. Já a indústria chave é a indústria que de uma maneira geral impulsiona todo o restante que já opera, como por exemplo, aumentar o número de vendas de uma demanda já existente. Corroborando a informação acima, Souza (2005) relata como exemplo a França e seus arredores contando com 8 cidades metrópoles, a Inglaterra com suas 14 cidades, no Brasil tem-se os arredores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Souza (2005), o crescimento de uma determinada região poderá se estender para alguma nova região que tenha algum vínculo por mais incipiente que for. Essas ligações podem ser através de matérias-primas locais, mão de obra, tecnologia, sendo estes alguns pontos que podem impulsionar a indústria e suas regiões de contato local, nacional ou até internacional. Em alguns momentos, as regiões de periferia podem ter seu crescimento mais avançado que os grandes centros, fazendo com que a desigualdade regional possa ser minorada, a partir do êxodo contrário dos grandes centros para as áreas de periferia.

Para Perroux (1977), o centro de uma região será considerado polo, quando este exercer crescimento sobre a região abrangida ao seu redor, assim criando fluxos da região para o centro, e retorno do centro para a região.

Souza (2005) diz que os polos de crescimento não são todos polos de desenvolvimento. De maneira isolada, se as indústrias não desencadeiam novas empresas ao seu redor, juntamente com atividades interligadas, esta não será considerada como um polo. Para que seja entendido como polo, o conjunto regional deverá ser liderado por uma empresa, com relação de comércio entre si e que gerem algum efeito na economia. Ainda segundo o autor, o polo de crescimento será evidente quando houver a indústria motriz, e será polo de desenvolvimento quando gerar efeitos na economia ao seu redor, como aumento de produção, geração de emprego, entre outros.

Perroux (1977) destaca ainda que podem ocorrer enclaves nos polos, no momento em que os aglomerados industriais não geram crescimento e efeitos na economia regional em que estão inseridas, somente com o comércio exterior.

No entendimento de North (1955), o ponto forte das indústrias de base de exportação será o surgimento das novas indústrias fornecedoras ao redor, as quais também irão fomentar a criação de toda uma rede de relações comerciais, infraestrutura de transporte e comunicação.

3.1.2 Teoria da Base de Exportação

O desenvolvimento econômico regional possui vários fatores que possam desenvolver

determinada região, e dentre eles, existe a relação de produzir para exportar. A teoria da base de exportação destaca essa estratégia como forma de crescimento de uma determinada região.

Conforme North (1955), determinadas regiões dos Estados Unidos e Canadá se desenvolveram partindo da exportação dos recursos naturais locais, sem que antes tenham sido explorados como economias de subsistência. Isso mostra o quão importante são as exportações para desenvolver uma região, tendo em vista que essas exportações possuem um efeito multiplicador sobre o comércio local. Para o autor, essa teoria demonstra os produtos que determinada região é capaz de exportar e a medida que essa região volta o seu comércio interno para a exportação obtêm-se algumas vantagens de custos de produção, como por exemplo o de transporte, fazendo com que as economias externas promovam a capacidade competitiva, sem ter que usar a localização como uma vantagem competitiva.

Segundo Lins *et al.* (2012), várias regiões desenvolveram-se inicialmente com foco em apenas um ou dois produtos para serem exportados, diversificando apenas a base de exportação. Com a consequência do êxito estratégico, diversificaram também suas produções, após a redução dos custos atrelados ao transporte. Esses custos delimitavam o alcance do comércio exportador.

Ferreira e Medeiros (2016) afirmam que o grande problema é quando a renda gerada a partir da base de exportação fica concentrada e acaba não desencadeando efeitos multiplicadores na sua região.

Ainda de acordo com Ferreira e Medeiros (2016), no Brasil essa teoria ficou explícita na produção do café no estado de São Paulo, na qual esse segmento desenvolveu atividades locais voltadas a sua produção, como também desenvolveu um ambiente competitivo atrativo para outras atividades, como a indústria. Segundo eles, por outro lado, o nordeste brasileiro, que possui o setor açucareiro, não foi identificada a teoria de base e exportação, tendo em vista que há a exportação de um tipo de produto, mas no ambiente interno não foram desenvolvidas atividades locais vinculadas a sua produção.

Segundo Lins *et al.* (2012), a base da teoria é explorar os recursos locais com o intuito de produzir bens que possam ser negociados fora da região, a fim de se transformarem em rendas monetárias. Segundo os autores, existem duas situações que estão vinculadas ao sucesso de uma determinada região: (i) a melhoria da exportação já existente, em relação a área de expansão; e, (ii) o desenvolvimento de novos produtos destinados à exportação.

North (1955) diz que a base de exportação, ou seja, a produção interna com foco em atender o mercado externo possui um papel considerável para determinar o nível de renda per capita e o nível de renda absoluta de um determinado local. Esses rendimentos oriundos da

exportação demonstram a relação direta com a melhoria da população regional. O autor levanta o questionamento se é necessário que o setor local evolua do estágio de produção agrícola para o estágio de produção industrial e afirma que em algumas situações essa evolução pode não ser nem ao menos desejável e que as indústrias secundárias e terciárias irão crescer de maneira natural de acordo com o resultado das exportações.

Segundo North (1955), existem quatro tipos de manufaturas que podem ser desenvolvidas: (i) indústrias criadas para produzirem com a matéria-prima local; (ii) segmentos de serviços voltados para a indústria de exportação; (iii) indústrias locais que produzem para o consumo local; e, (iv) as indústrias que não possuem um enraizamento, na qual os custos com transporte não são impactantes na sua localização e o desenvolvimento delas ocorre ao acaso de sua boa localização.

Para Ferreira e Medeiros (2016), como a teoria de base de exportação pressupõem o desenvolvimento mercado interno a partir da exportação para o mercado externo, deve-se atentar a fatores como crescimento, declínio e mudanças da base de exportação. North (1955) justifica que muitas vezes o declínio de um determinado produto que está sendo exportado, deve ser acompanhado ao crescimento de uma segunda opção de produto exportado, ou caso contrário a região travará sua produção. O autor elenca alguns pontos que possam reduzir a exportação de um produto: redução na demanda externa, a extinção de um recurso natural, altos custos atrelados a produção interna e que possa beneficiar outros concorrentes, como também a alteração das tecnologias que componham a produção de determinados insumos.

Há também pontos que podem aumentar a exportação de um determinado produto, de acordo com North (1955): aumento da demanda nas regiões importadoras, redução dos custos atrelado ao transporte de produtos que antes eram inviáveis de serem produzidos, ampliação das tecnologias que possam minorar os custos de produção, participação do governo nas melhorias sociais da comunidade local, entre outros.

Para Schwartzman (1975), uma maneira de analisar o tamanho do efeito da exportação em uma determinada região, pode-se usar o método multiplicador como opção, usando um modelo de determinação de renda regional observando as suas variáveis:

$$Y = C + X - M$$

$$C = cY$$

$$M = mY$$

$$X = X' \text{ (variável determinada pela demanda externa)}$$

Em que:

$Y = \text{renda regional} \mid C = \text{Consumo} \mid X = \text{exportações} \mid M = \text{importações}$
 $c, m = \text{propensões a consumir e a importar.}$

Com algumas modificações tem-se:

$$Y = X' / (1 - c + m)$$

O autor diz que o nível da renda regional (Y) depende da quantidade das exportações (X'), da propensão em consumir e de importar. Quanto maior for a variável de consumo, maior será o multiplicador; quanto maior for a variável de importação, menor será o multiplicador.

Segundo Lins *et al.* (2012), a especialização da mão de obra local é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da região e a produção de bens voltados para a exportação tem forçado esse aperfeiçoamento. Os autores afirmam também que o empenho e acordos na economia internacional relacionados à expansão são a forma pela qual os países vêm alcançando seus desenvolvimentos.

North (1955) afirma que o produto base de exportação tem um papel importante na variação de sua exportação e na economia da região. Os locais que possuem poucos produtos especializados para exportação sofrem mais com as demandas externas do que as regiões com um mix de produtos mais diversificado. Para o autor, a base de exportação deve sempre ser dinâmica, jamais estática.

North (1955) conclui que uma região agrícola bem desenvolvida voltada para a exportação, aumentará as rendas da comunidade local e conduzirá a melhoria de outros fatores atrelados a produção, como: (i) a especialização da mão de obra visando ampliação do mercado externo; (ii) o desenvolvimento de indústrias adjacentes e serviços auxiliares voltados para melhorar a exportação; (iii) o aprimoramento das indústrias de modo que possam ampliar o mix de produtos da base de exportação; (iv) a ampliação das áreas e serviços urbanos; e, (v) o aumento de investimentos voltados para a tecnologia, pesquisa e educação que possam aperfeiçoar os produtos da base de exportação.

3.1.3 Efeitos de Encadeamento

Segundo Hirschman (1958), para que o desenvolvimento seja alcançado é necessário o comprometimento de uma série de decisões que produza efeitos favoráveis sobre a economia, mesmo sabendo que é uma ação limitada pela sua capacidade de investimento. Conforme o autor, esses fatores econômicos levam a diferentes tipos de efeito de retorno sobre suas próprias capacidades de investimento.

Hirschman (1958), se depara com dois problemas inter-relacionados para defender sua teoria dos efeitos de encadeamento: a generalização e a fracassomania. O primeiro problema é o fato de que os governantes não olham para cada determinada região para observar suas características e capacidades produtivas, e acabam por criar leis e estratégias universais válidas para todas as regiões. O segundo problema é a ausência de postura e estratégias próprias para o desenvolvimento, como a cultura dos países subdesenvolvidos que se subestimam quanto a capacidade de gestão e produção, utilizando-se apenas de atitudes passivas a espera de sugestões estratégias externas.

Segundo Cardoso (2018), para sanar os problemas de Hirschman, é necessário observar como estão ocorrendo os processos de desenvolvimento, assim identificando uma característica principal que impulse o encadeamento, para elaborar futuras estratégias.

Para Hirschman (1958, p. 5):

O desenvolvimento depende menos de encontrar combinações ótimas para recursos e fatores de produção dados e mais em invocar e elencar recursos e habilidade que levem ao desenvolvimento, que estejam escondidos, dispersos ou mal utilizados (HIRSCHMAN, 1958, p. 5).

Para Cardoso (2018), o desenvolvimento depende não somente da determinação de querer realizar algo e sim da percepção do que deve ser feito de modo direcionado e efetivo. Essa percepção não vem de imediato, mas sim gradualmente, ao longo do processo de desenvolvimento através da prática, aprendizado e tomada de decisão.

De acordo com Hirschman (1958), o desenvolvimento acontece em cadeias de maneira desequilibrada, observando seus projetos de acordo com seus retornos sociais e econômicos, de modo que possam evitar a dispersão dos recursos e enfraquecer o encadeamento regional. Ainda, segundo o autor, essa observância é entendida como “efeito complementaridade do investimento”, na qual é um mecanismo onde as energias são canalizadas diretamente para o processo de desenvolvimento.

Hirschman (1958) afirma que o desenvolvimento começa em apenas uma ou algumas poucas regiões mais estruturadas economicamente. Surge então a pressão do desenvolvimento de um polo para que seus efeitos de encadeamento fortaleçam a região ao seu entorno.

O entendimento da estrutura regional, bem como a verificação das indústrias motrizes, movidas e chave, a relação de engajamento entre todo o comércio regional e seus efeitos na economia, como também a observação das empresas base de exportação, irão auxiliar na percepção se a microrregião de São Lourenço pode ser considerada um polo de desenvolvimento regional.

3.1.4 Arranjos Produtivos Locais

Os arranjos produtivos, resultante do povoamento de determinadas regiões, trazem aos moradores benefícios locais diversos, advindos de ações dos cidadãos em prol da comunidade local e com o meio ambiente em que vivem. Essas ações fazem com que as firmas localizadas possam ter um ganho maior que as demais empresas dispersas no território, trazendo vantagens competitivas sustentáveis, além de alavancar o desenvolvimento regional em que está inserida.

Para Cassiolato (2002), os arranjos produtivos se formam quando há uma concentração das mesmas atividades econômicas num determinado espaço, permitindo que aconteça um processo de aprendizado voltado para esse setor regional, contribuindo com a melhoria dos processos produtivos, de modo que se tornem vantagens competitivas.

Os arranjos produtivos, conforme definição do Sebrae (2019, p. 12):

São aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2019, p. 12).

Diversos fatores influenciam no desenvolvimento regional, afetando diretamente os arranjos produtivos, tais como os trazidos pelo Sebrae (2019): atores locais, capital social, capacidade de atrair investimentos, presença de recursos naturais, vantagens comparativas e competitivas de cada empresa, entre outros.

Santos, Diniz e Barbosa (2004) dizem que há uma distorção da definição de APL quando se leva em conta apenas o fato de ser um aglomerado de empresas de um mesmo setor produtivo, sendo que muitas vezes as aglomerações industriais podem não ser considerados APL. O conceito original considera que dentro de um APL deve haver universidades e centros tecnológicos que gerem conhecimento e capacitação de mão de obra, fornecedores qualificados, políticas governamentais proativas, alianças e parcerias entre organizações privadas, onde essa sinergia possa trazer confiança, inovação e desenvolvimento para a região.

Haddad (2016) afirma que os arranjos produtivos locais formados pelas aglomerações de empresas, podem ser formados por organizações dos mais variados tamanhos e tipos, mas desde que elas tenham o mesmo setor produtivo.

Dentro dos arranjos, devido aos aglomerados de empresas estarem todas relacionadas com o mesmo setor produtivo, existe a competição interna de mercado como em qualquer outra região. Porém, por outro lado, cria-se uma aliança produtiva, de modo que possam ganhar conhecimento coletivo, investimento em tecnologias voltados para o setor em específico,

fazendo que essa concorrência interna seja minimizada tendo em vista que por outro lado receberá em troca as vantagens competitivas em relação às demais empresas dispersas em outros territórios fora do arranjo.

Empresas que se encontram dentro de um arranjo produtivo, possuem vantagens competitivas em relação às demais dispersas pelo território a fora. Schmitz (1992) diz que a coletividade entre os envolvidos no arranjo produtivo se torna uma vantagem competitiva, oriunda de ações conjuntas entre a comunidade local, as empresas presentes e o ambiente inserido.

Conforme Sengenberger e Pike (1999), quanto mais fortalecerem as alianças entre empresas do mesmo setor produtivo, em sinergia com os atores locais e políticas públicas, maior será a amplitude para trazer investimentos e conhecimentos para a região.

Um estudo de novas formas de engajamento, entre os atores locais de determinada região, como as instituições privadas e públicas e a população, é crucial para que possam desenvolver novas estratégias de fomento local, tornando um ambiente mais propício a um enriquecimento do comércio interno, como também um ambiente atrativo a abertura de novos negócios. Cassiolato e Lastres (2003) afirmam que um sistema que interage e articula com interdependência e vínculos consistentes, melhora a disposição de inovação, competitividade e desenvolvimento interno.

Segundo Cardoso (2003), a necessidade das empresas em aumentar sua capacidade de produção, faz com que ocorra transformações tecnológicas dos fatores de produção. Empresas com maior potencial tecnológico conseguem provocar excedentes, e conseqüentemente gerar novas oportunidades de trabalho, trazendo novas oportunidades para a região em que está inserida.

Para Porter (1993), os melhores recursos tendem a fluir para o lado das empresas que se encontram no arranjo produtivo, do que para as empresas isoladas que não podem utilizá-los tão produtivamente. Isso reforça a ideia do quão importantes são essas aglomerações de empresas, dentro de uma única cidade ou uma região específica de um país.

Pires (2001) traz algumas classificações dos arranjos produtivos locais, sendo eles: arranjos embrionários, os quais são limitados ao seu mercado local, onde empresas menores são contratadas de empresas maiores, onde estas impedem o crescimento das menores; consolidados, quando já possuem empresas com capacidades de possuírem suas próprias identidades, com mais tecnologia embarcada; ou ainda arranjos produtivos locais maduros, onde no seu aglomerado de empresas possuem alta capacidade de tecnologia e inovação, produzindo produtos de alto valor agregado, com níveis internacionais de competitividade. A

formação dos polos, sendo o início da aglomeração das empresas em determinadas regiões, são identificados como distritos industriais embrionários. Para Schmitz (1997), à medida que essas aglomerações vão se aperfeiçoando, com investimentos em tecnologias, políticas públicas de desenvolvimento, aparição de novas empresas e um maior fluxo de informações e conhecimento, o arranjo cria uma sinergia entre os atores envolvidos, consolidando-se como um distrito industrial.

Conforme Sengenberger e Pike (1999), os arranjos se classificam de diversas formas como por exemplo os arranjos heterogêneos, contando com vários setores industriais, polos industriais, mas com produtos homogêneos; podem ser aglomerações ou *clusters*, possuindo uma mesma cadeia produtiva de produtos, em prol da eficiência coletiva local; também podem ser considerados distritos industriais integrados ou parcialmente integrados, onde o primeiro é o mais comum em países que possuem maior disponibilidade de tecnologia e inovação, e o seguinte mais comum em países que ainda se encontram em desenvolvimento, onde a disputa mercadológica está no fato de salário baixo, e muito pouca inovação

Nota-se que em países mais desenvolvidos, com maior disponibilidade de tecnologia e inovação, os arranjos produtivos já se encontram como distritos consolidados e a competitividade se encontra nas políticas e estratégias adotadas pela região, não mais na disputa pela mão de obra com baixos salários. Como base de análise de desenvolvimento para verificar o crescimento e desenvolvimento das regiões, tem-se os indicadores socioeconômicos.

3.2 Indicadores Socioeconômicos

O presente estudo tem como base indicadores socioeconômicos para alcançar os objetivos traçados, atingindo o problema da pesquisa. Nesse contexto, faz-se necessário abordar conceitualmente alguns importantes indicadores.

Para Jannuzzi (2005), os indicadores são criados para que possam ser mensurados, monitorados e atualizados, de modo que possa explicitar problemas, situações, e evoluções do que está sendo retratado

Entre os indicadores utilizados no decorrer de toda a pesquisa para mensurar crescimento e desenvolvimento de uma região estão: o PIB, o PIB per capita, População Economicamente Ativa, Potencial de Consumo, Geração de Emprego e Massa Salarial.

O PIB trará conceitos de tudo que foi produzido e transformado em valores monetários. O PIB per capita mostrará como está a distribuição de riqueza pela população. A População Economicamente Ativa é a parcela da população que se configura como trabalhadores formais em atividade. O Potencial de Consumo mostrará o poder de compra da população, mensurando

sua renda em relação a todas as despesas que ela possui. A geração de emprego mostrará o quanto o setor emprega na região e a Massa Salarial demonstrará quais os setores que melhor remuneraram na região.

Também foram utilizados indicadores que se relacionam com o desenvolvimento social, como o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de GINI para as questões de desigualdade social.

3.2.1 O IDH

Em meados dos anos 70 e 80, o mundo apresentava uma preocupação com a pobreza e o crescimento econômico, e assim houve a necessidade de elaborar políticas sociais que visassem o bem-estar humano concomitante a esse crescimento. Mahbub ul Haq com base em documentos de Amartya Sen, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em 1990 surgiu o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “O PNUD atua a mais de 50 anos em cerca de 170 países, a fim de desenvolver trabalhos que possam abordar três âmbitos de desenvolvimento: erradicação da pobreza, transformação estrutural e construção de resiliência.” (PNUD 2020)

O desenvolvimento humano não deve ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também por indicadores sociais, já que a renda, a qualidade da educação e da saúde, impactam diretamente nesse desenvolvimento. Segundo Alkire (2002), as três dimensões são a base do ser humano, onde todas são necessárias e uma não é mais importante que a outra.

Segundo o PNUD (2020), entende-se que a renda é um dos principais indicadores do Desenvolvimento Humano, mas que ela isolada de outros indicadores não pode representar o índice como um todo. Para analisar o Desenvolvimento Humano, deve-se levar em conta outras características sociais, culturais e políticas, muito além do que apenas a percepção econômica.

Para Furtado (2004), o crescimento econômico se sustenta nos cuidados com a classe elitista, com seus consumos; e o desenvolvimento econômico se baseia em questões sociais. Utilizar apenas de recursos de investimento não será suficiente para atingir uma melhoria econômica da população como um todo. Porém quando há estímulos de projetos sociais para a contribuição da melhoria de vida da comunidade, o crescimento se torna desenvolvimento. De acordo com Sagar e Najam (1998), a criação do IDH foi de extrema importância para acompanhar o crescimento das nações por um todo, e não apenas economicamente como era feito anteriormente.

O IDH sofreu alterações com o decorrer do tempo para um melhor entendimento dos

seus índices. No ano de 2010, após completar 20 anos desde a data de criação, foram adotadas novas metodologias para o cálculo dos índices do IDH. Anteriormente eram tratados conforme a definição de Paulani (2007) da seguinte maneira:

- Índice do nível de educação, medido pela combinação da taxa de alfabetização de adultos com quinze anos ou mais, e peso de dois terços do total, com uma taxa da quantidade de matrículas nos níveis de ensino primário, secundário e superior, com faixa etária entre sete e vinte e dois anos, e peso de um terço;
- Índice do nível de renda, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, estimado em dólares;
- Índice de longevidade, medido pela esperança de vida ao nascer.

A partir do ano de 2010, segundo o PNUD (2020), o índice de Educação sofreu alterações e os indicadores ficaram da seguinte maneira:

- Índice do nível de educação: (i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; (ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- Índice do nível de renda, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, estimado em dólares;
- Índice de longevidade, medido pela esperança de vida ao nascer.

Quadro 3 - Dimensões do IDH e IDHM

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil 2013	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 na escola % 11-13 nos anos finais do fundamental % 15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional <i>per capita</i> (US\$ ppp2005)
IDHM 2003	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização 15+ (Peso 2)	Taxa bruta de frequência à escola (Peso 1)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2000)

Fonte: Metodologia PNUD (2016).

O IDH-M, segundo PNUD (2020), é um indicador que se encontra no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, com informações socioeconômicas de todos os municípios e estados do país, com base no Censo 2010. Ele é semelhante ao IDH, porém voltado para indicadores nacionais, e com foco de dados de perfil regional, conforme observado no Quadro 3. Além do IDH-M, essa plataforma Atlas traz outros indicadores como demografia, vulnerabilidade, renda, educação, trabalho e habitação, retirados dos censos anteriores de 1991, 2000 e 2010. “...o Atlas orienta caminhos e provoca reflexões sobre os rumos de desenvolvimento humano do país” (Atlas, 2020).

Corroborando a ideia da necessidade de observar os indicadores sociais além do econômicos, para entender o desenvolvimento econômico de um país como um todo, o Relatório de Desenvolvimento Humano apresenta uma forma de análise de progresso que é descrito como um espaço que regula certos limites, o Progresso Multidimensional. Conforme PNUD (2016), detentora dos relatórios de desenvolvimento, esse progresso entende que tudo que possa comprometer o direito das pessoas, da comunidade e a sustentabilidade ambiental, não pode ser relacionado com progresso. Essa forma metodológica busca olhar além de somente aspectos econômicos como a renda per capita, o PIB e as taxas de crescimento econômico como maneira de observar o desenvolvimento econômico do país.

Esses relatórios muitas vezes apontam o crescimento econômico como perigoso, uma vez que, de acordo com PNUD (2016), os dados apresentados seguem na contramão do combate à pobreza e do desenvolvimento humano; em contrapartida apresentam sugestões de combate aos problemas sociais, como por exemplo sugestões e alternativas de geração de emprego, tais como:

1. Investimentos na educação básica visando desenvolver habilidades de qualificação.
2. Incentivar o setor privado para abrir novos setores.
3. Incentivar as tecnologias a fim de qualificar melhor a mão de obra.
4. Utilizar de incentivos fiscais para crescimento de pequenas empresas e empresas informais.

Por outro lado, Jannuzzi (2005) afirma que apenas avaliar o IDH não irá melhorar uma sociedade. Os resultados, devem servir para orientar os gestores públicos sobre quais medidas deverão ser tomadas para que possam melhorar o índice, ou seja, o crescimento do IDH dependerá também do envolvimento do governo e suas políticas governamentais adotadas em prol do crescimento da sociedade.

O Brasil nos últimos 10 anos possui uma estabilidade no IDH sem grandes variações na sua classificação. Até o ano de 2006 o IDH era classificado como baixo, médio e alto desenvolvimento humano. Em 2007 a metodologia foi modificada, passando para baixo, médio, alto e altíssimo desenvolvimento humano. O Quadro 4 mostra o desempenho do Brasil nos últimos 18 anos, segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano realizado pela PNUD.

Quadro 4 - IDH Brasil de 2000 a 2018

ANO	RANKING	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO IDH	IDH
2018	79	alto Desenvolvimento Humano	0,761
2017	78	alto Desenvolvimento Humano	0,760
2016	79	alto Desenvolvimento Humano	0,758
2015	79	alto Desenvolvimento Humano	0,754
2014	75	alto Desenvolvimento Humano	0,755
2013	79	alto Desenvolvimento Humano	0,744
2012	85	alto Desenvolvimento Humano	0,730
2011	84	alto Desenvolvimento Humano	0,718
2010	73	alto Desenvolvimento Humano	0,699
2009	75	alto Desenvolvimento Humano	0,693
2008	70	alto Desenvolvimento Humano	0,731
2007	75	alto Desenvolvimento Humano	0,813
2006	75	alto Desenvolvimento Humano	0,808
2005	70	alto Desenvolvimento Humano	0,800
2004	69	médio Desenvolvimento Humano	0,792
2003	63	médio Desenvolvimento Humano	0,792
2002	72	médio Desenvolvimento Humano	0,790
2001	69	médio Desenvolvimento Humano	0,750
2000	73	médio Desenvolvimento Humano	0,757

Fonte: Elaborado pelo autor, com base de dados do PNUD (2020).

3.2.2 O PIB

A escolha do PIB foi como medida de crescimento devido ao seu entendimento na ótica de despesas, na qual está ligada a questões relacionadas a investimentos, gastos de governo, consumo e exportação.

Segundo Pakin (2009), no PIB os produtos consumidos pelas famílias são os bens finais, e os produtos comprados entre empresas utilizados como matéria prima são os bens e serviços intermediários.

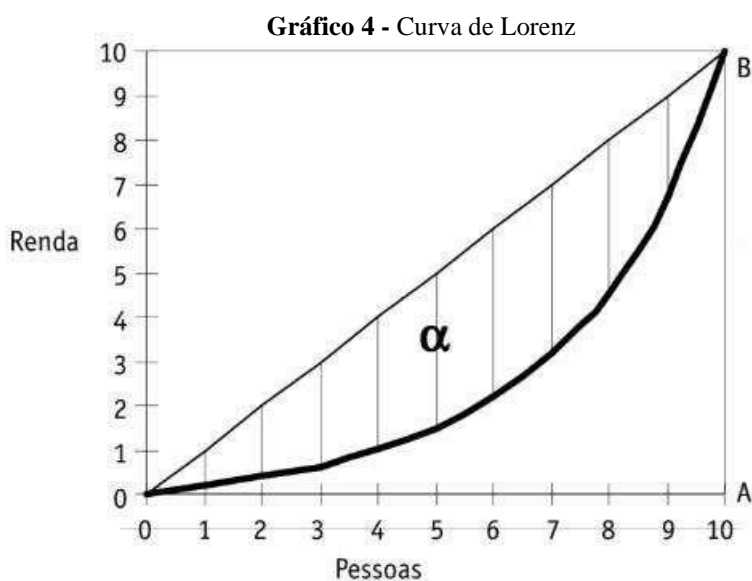
Conforme Paulani (2007) e Pakin (2009), o Produto Interno Bruto é mensurado a partir da transformação de tudo o que foi produzido de bens e serviços da economia de um país, em valores monetários. A autora afirma que a variação de crescimento do PIB pode ser justificada tanto por conta de um aumento de produção, quanto também do aumento no valor dos preços dos bens e serviços.

Segundo o IBGE (2010), para calcular o PIB de um município, é necessário o valor adicionado das atividades econômicas integrantes, sendo a agropecuária, administração pública, indústria e serviços, adicionados da diferença entre impostos pagos e arrecadados. Ainda segundo o Instituto, o PIB não é o acúmulo de riquezas de uma região, por mais que seja equivocadamente confundido, sendo que se a região não produzir nada durante o ano, seu PIB será nulo. Assim, a composição é dada com a somatória de investimentos, consumos, compras pelo governo e o lucro líquido das exportações. Para o PIB per capita deve-se dividir o resultado total pela população da região, para que assim possa entender o quanto de riqueza está sendo produzido em determinada região.

3.2.3 O Índice de Gini

Segundo Rocha (2011), o índice de Gini, proposto por Conrado Gini, é uma ferramenta utilizada para medir o nível de desigualdade de renda entre a população. Associada a uma curva chamada de Lorenz, ela relaciona a proporção do acúmulo de pessoas e a proporção do acúmulo de renda (Gráfico 4). Em sua tradução, como exemplo, ela seria 0 se toda a população tivesse uma distribuição de renda igualitária e 1 se apenas uma pessoa tivesse toda a renda do país concentrada em suas mãos.

Para Bracarense (2012), o índice de Gini deve sempre ser considerado quando o assunto for desenvolvimento, levando em consideração a abrangência dos níveis de desigualdade de renda e de pobreza, questões que refletem diretamente na educação e saúde.



Fonte: Retirado do Livro “Pobreza no Brasil” de Rocha (2011)

Segundo a autora, essa variação (α) pode ser entre de 0 a 1, onde 1 representa desigualdade máxima e 0 nenhuma desigualdade, representado pela fórmula

$$0 \leq \text{Gini} \leq 1$$

Bracarense (2012) explica que cada ponto da curva representa um percentual acumulado de pessoas. A linha que corta o gráfico em diagonal representa a distribuição perfeita da renda para as pessoas. Se uma pessoa tivesse toda a concentração da renda, a curva coincidiria no eixo Y.

De acordo com o IPEA (2004), na prática não se compara toda a população do mundo para descobrir qual a variação. Utiliza-se somente 20% da população mais rica com os 20% da população mais pobre. Bracarense (2012) afirma que quando é feita essa comparação, a tragédia social se torna expressiva. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2018), no Brasil, em 2015, 10% dos mais ricos detinham mais de 55% dos rendimentos totais do país, apresentando um índice de 0,524. Ou seja, no ano de 2015, a população do Brasil era de 204,5 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2020), e isso significa que 20,4 milhões de habitantes tinham mais que a metade da renda total do país que os demais 184 milhões de habitantes. Numa conversão monetária de um montante de R\$1.000.000,00 por exemplo, esses 10% da população deteriam R\$ 550.000,00, e os demais 90% da população ficariam com apenas R\$ 450.000,00.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2018), o Brasil já esteve entre os países mais desiguais do mundo. Eles destacam como estratégia que alavancou o Brasil, permitindo com que ganhasse algumas posições no ranking do índice de Gini, o programa Bolsa Família, sendo uma forma de transferência direta de renda para pessoas que se enquadram em situações de pobreza e extrema pobreza. O programa Bolsa Família, segundo a Caixa Econômica Federal (2020), visa garantir o acesso à saúde e à educação e o direito de alimentação de todo o cidadão. Atualmente, atende 13,9 milhões de famílias de modo que possam superar a pobreza e a vulnerabilidade.

O RDH (2018) ainda afirma que a redução da desigualdade é de extrema importância por ser uma das formas de acelerar a redução da pobreza. A forma de entendimento da redução da pobreza se dá em função de dois fatores: o primeiro, por meio do crescimento econômico e, o segundo, o entendimento de qual a parcela desse crescimento econômico que é apropriado pela pobreza. Ou seja, quanto maior for a parcela de apropriação dos pobres, maior será a eficácia do país na transformação de crescimento em redução da pobreza.

3.3 O envolvimento do governo

Conforme Porter (1999), a primeira e principal função do governo é assegurar a estabilidade política e econômica através de desenvolvimento de políticas governamentais sólidas, consistentes, honestas e imparciais. A segunda função é melhorar a capacidade dessa economia, de modo que possa aumentar a qualidade e eficiência nos produtos do mercado por meio de investimentos e fomentos em instituições que forneçam esses elementos. Sua terceira função é definir leis e regulamentações que gerem competitividade interna no mercado, de modo que estimulem o crescimento empresarial e incentivando novas empresas e fomentando as que já estão no mercado.

Porter (1999) afirma ainda que o governo deve desenvolver estratégias de desenvolvimento econômico não de imediato, mas sim a longo prazo, mobilizando governo, organizações e comunidade local a fim de melhorar o ambiente regional de negócios.

Para Cassiolato e Lastres (2003), o governo deve ser propulsor das políticas de desenvolvimento, mas a eficácia desse aglomerado produtivo virá a partir da coletividade dos agentes públicos, das empresas privadas e demais instituições que possuam proximidade e interação. Isso corrobora a importância da sinergia entre todos os envolvidos inseridos na região polo de desenvolvimento e não somente focar em determinadas empresas de um modo individual, apostando que essas possam fomentar e desenvolver o mercado através de efeitos de encadeamento.

Conforme Serafim e Dias (2012), o Estado nos países Latino Americanos é entendido como o principal agente por realizar o desenvolvimento nacional, conceito este que foi adquirido por meio de experiências históricas no decorrer dos anos. Segundo eles, o termo “Estado Desenvolvimentista”, ou “Estado Forte” segue representado muito mais em teorias do que na prática.

Ainda de acordo com Serafim e Dias (2012), a relação entre Estado e Sociedade são mais complexas do que as definições que lhes são dadas. Elas não devem nunca ser estática, e sim estar sempre em constantes transformações, pois variam de acordo com cada região e suas particularidades. As decisões por parte do Estado acontecerão de acordo com as necessidades sociais, mas nunca serão totalmente dependentes da sociedade. Essas necessidades sociais são externadas pelas “agendas políticas” e que segundo os autores, o atual Estado que temos é fruto de agendas sobrepostas de agendas anteriores, e foram se modificando de acordo com as necessidades que foram surgindo com o passar dos anos. A percepção de um problema e o reconhecimento dele para que seja incorporado nos objetivos da agenda política, está vinculado a alguns fatores que possam ser incentivadores ou não como crises, questões sobre fome e

segurança, grupos de interesse, parcela da população afetada, entre outros. De acordo com Souza (2006), para que uma situação seja suficiente para se tornar um problema e integrar os objetivos da agenda, é necessário que as pessoas tenham ciência de que algo precisa ser feito.

O entendimento de políticas públicas está diretamente associado com a percepção de Estado, onde ambos atuam de maneira dinâmica. Para Serafim e Dias (2012), políticas públicas são o conjunto de ações pelo qual o Estado atua, de maneira a sanar algum problema. Segundo Souza (2006), são o conjunto de ações do governo, agindo de forma direta ou indireta, de maneira que possam repercutir nas sociedades e nas economias.

De acordo com Souza (2006), os principais elementos das políticas públicas são: (i) permite separar entre o que o governo faz, e que pretende fazer; (ii) pode estender sua área de atuação, mais abrangente, sem se limitar a leis; (iii) é de ação intencional, pois são definidos objetivos a serem alcançados; (iv) possui características de estratégias de longo prazo, apesar de na maioria das vezes serem traçadas a curto prazo; e, (v) envolver vários participantes além do governo, já que é do interesse de outros participantes o problema a ser sanado que fará parte da agenda política.

Esses são os conceitos básicos para que o Estado e seus governantes possam compreender e analisar o desenvolvimento, e suas relações para o processo de formação das agendas e das políticas públicas.

4

METODOLOGIA

4.1 Delineamento da Pesquisa

O trabalho de pesquisa se dividiu em três fases para atingir os objetivos propostos, sendo a primeira fase uma revisão bibliográfica, seguida de uma fase de coleta de dados e a terceira fase com a aplicação de entrevistas com uma análise qualitativa.

Na primeira fase foi feita a revisão bibliográfica, subdividida em uma revisão de literatura e um referencial teórico, buscando embasamentos para o auxílio e a compreensão das conceituações sobre o desenvolvimento regional para, assim, melhor entender como está a atuação do setor avícola na microrregião de São Lourenço – MG.

A segunda fase será a coleta de dados secundários fornecidos pelas granjas participantes da microrregião, pelo SEBRAE-MG, IBGE, IMA e dados fornecidos pelas prefeituras locais, de modo a analisar a influência que esse setor econômico traz para a região com base na relação local de produtividade, indicadores sociais como IDH e GINI, contribuição para o PIB, geração de emprego, massa salarial, população economicamente ativa, o potencial de consumo da população e o número de habitantes.

A terceira e última fase, de abordagem qualitativa, envolveu entrevistas com representantes de diretoria que trabalham em cada uma das granjas mapeadas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária e que fazem parte desse da microrregião. Em seguida, para a comunidade, foi entrevistado o líder comunitário, sendo este o vereador mais votado na última eleição, de cada cidade que possui relação com o setor avícola da microrregião de São Lourenço. E, por último, entrevistas aplicadas a um secretário de governo de cada uma destas cidades.

4.2 Tipo de Pesquisa

A natureza dessa pesquisa foi aplicada com abordagens qualitativas, uma vez que buscou compreender o desenvolvimento produtivo local do setor de avicultura por meio da coleta de dados secundários, por entrevistas e levantamentos bibliográficos, que segundo Gil (2008), pode ser entendido como uma pesquisa em materiais que já foram publicados, analisando elementos que possam identificar relevantes impactos produtivos, econômicos, financeiros e sociais, neste estudo especificamente na microrregião de São Lourenço-MG, de modo que possa servir de base para outras localidades a fim de desenvolverem suas

economias locais. Segundo Mattar (1994), o método pelo qual se procura conhecer um ou alguns elementos específicos de uma população sobre um número de variáveis e aspectos diferentes, é conhecido como estudo de caso.

Os objetivos se configuram como exploratórios, que de acordo com Gil (2008), são pesquisas que buscam levantar hipóteses quando se aproximam do problema, confirmando intuições, por meio de levantamentos bibliográficos, análises de exemplos de arranjos produtivos já existentes e entrevistas com atores locais que estão diretamente ligadas com o tema em questão.

São também descritivos por estudarem e descreverem uma região em específico, identificando e apresentando características que possuem alguma relação com os fenômenos que permeiam o tema. Conforme Lakatos e Marconi (1995), a pesquisa descritiva parte do princípio de observar, interpretar, analisar e classificar sem interferência externa os dados coletados pelo pesquisador. E explicativos por buscarem os fatores que são ocorrências para os acontecimentos, uma vez que existem variáveis que interferem diretamente nesses fenômenos.

Os procedimentos podem ser classificados como revisão bibliográfica, uma vez que serão necessários referenciais teóricos para conceituar o tema, levantamento de dados, no que tange a busca de informações de um grupo significativo de aglomeração de empresas, para em seguida, obter os resultados dos dados coletados; e análise documental, que segundo Gil (2008), é elaborada a partir de documentos que ainda não receberam um tratamento, e que podem receber alterações de quem está realizando a pesquisa.

4.3 Objeto de Estudo

O objeto de estudo desta pesquisa são as cidades granjeiras da microrregião de São Lourenço que possuem em parte do seu segmento econômico, o setor de produção avícola, que estão inseridas em 4 das 16 cidades da microrregião de São Lourenço – MG e que foram mapeadas pelo Instituto Mineiro de Agricultura. Cabe ressaltar que as empresas do setor não formalizadas não foram consideradas no objeto desta pesquisa.

Segundo o IBGE (2010), a microrregião de São Lourenço é composta por 16 cidades: Alagoa, Baependi, Cambuquira, Carmo de Minas, Caxambu, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas e Virgínia.

De acordo com o IMA (2019), a microrregião possui 18 granjas que fazem parte desse arranjo produtivo local, sendo elas: Granja ABC, Granja do Rico, Granja Estrada Real, Granja Iana, Granja Isméria, Granja Itororó, Granja Jesuânia, Granja Mantiqueira, Granja Naju, Granja

Pimenta, Granja Santa Clara, Granja Santa Marta, granja Santa Mônica, Granja São José, Granja Serra Azul, Granja Sétimo Céu, Granja Vale Verde e Sítio Frema. Após análises e busca de informações em campo, foi possível identificar dados desatualizados na base do instituto e que as Granjas do Rico, Jesuânia, Pimenta e São José já tinham encerradas as suas operações.

4.4 Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa foram o levantamento bibliográfico, pesquisa documental com dados das prefeituras e governo, dados secundários do Sebrae e IBGE, aplicação entrevistas nas empresas participantes do setor avícola, líderes comunitários das cidades e secretários de governo das cidades granjeiras, juntamente com a análise dos indicadores socioeconômicos coletados.

O levantamento bibliográfico, que segundo Gil (2008) tem como ponto inicial uma revisão de literatura e a construção do estado da arte, trazendo os conceitos necessários para o entendimento do desenvolvimento regional da microrregião de São Lourenço. O “estado da arte” foi realizado com a ajuda de pesquisas em bibliotecas digitais e periódicos qualificados, permitindo uma orientação e embasamento com dados mais recentes, que puderam contribuir com o tema da pesquisa.

A pesquisa documental forneceu dados importantes no que tange variáveis financeiras, tamanho da população local, a geração de emprego e renda oriunda da atividade avícola e se há políticas governamentais de incentivo e fomento regional. Segundo Gil (2008), esses dados são de documentos que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento, e que foram analisados no trabalho desenvolvido.

Foram aplicadas entrevistas nas empresas do setor avícola como também em participantes do governo local, a fim de coletar dados concretos da quantidade de empregos que as empresas geram para a microrregião, qual o retorno financeiro para a cidade e se possuem projetos sociais regionais. Também foram entrevistados os atores locais como os líderes comunitários sendo representado pelo vereador mais votado na última eleição, e um agente da secretaria de governo da cidade, com o intuito de identificar quais os benefícios e malefícios que as empresas do setor da avicultura trazem para sua comunidade. Gil (2008) afirma que as entrevistas trazem explicações e interpretações mais detalhadas do que se conhece sobre determinado assunto.

Os dados secundários foram obtidos por meio de publicações oficiais dos órgãos governamentais e SEBRAE, que de acordo com Gil (2008) trazem um modelo padrão das informações coletadas, e que foram organizados em variáveis como emprego e renda, os

investimentos tecnológicos, a saúde e a educação que influenciam diretamente nos indicadores socioeconômicos.

Os indicadores foram tabulados e analisados com o auxílio do *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS – Versão 21.0 e os relatos levantados pelas entrevistas, trabalhados com auxílio do Software Atlas.ti 8. Vale ressaltar que a análise dos indicadores econômicos e sociais trouxeram a dimensão do desenvolvimento local no que tange a geração de emprego, massa salarial, de educação, saúde e longevidade pelo IDH; nível de desigualdade pelo índice de GINI; geração de riqueza através do PIB e sua distribuição pelo PIB per capita; o potencial de consumo e a população economicamente ativa dos municípios da microrregião de São Lourenço – MG.

4.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com os funcionários das empresas do setor produtivo de avicultura e participantes da microrregião de São Lourenço, com o governo local das cidades e com líderes comunitários que estão inseridos nessa microrregião. Estas entrevistas, trabalhadas de forma estruturada, foram gravadas em ambientes favoráveis à técnica, de modo que o entrevistado pudesse responder às questões de maneira tranquila, e com o mínimo de ruído possível para que não interferisse nas reflexões e posicionamentos. Os nomes dos entrevistados não foram divulgados a fim de manter sigilo sobre suas identidades pessoais e os dados e transcrição dos resultados da entrevista estão arquivados, para apenas servirem de consulta caso necessário.

Cabe ressaltar que a abordagem e o roteiro da entrevista, bem como suas particularidades, foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário do Sul de Minas – PPGDR/UNIS, e que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) registrado pelo número CAAE: 27031019.8.0000.5111.

4.6 Procedimentos para Análises de Dados

Os dados secundários fornecidos pelas empresas parceiras desta pesquisa, prefeituras, IBGE e SEBRAE foram tabulados e analisados no *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS 21.0. Especificamente, foram realizadas análises frequenciais e descritiva das principais variáveis de estudo, bem como o teste de normalidade para verificação do tipo de correlação a ser utilizada para a descrição das associações entre as variáveis em estudo.

De outra forma, os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados pelo Atlas.ti 8, um software de análise multidimensional de textos. Com o objetivo de realizar diferentes

tipos de análises textuais, como cálculo de frequência básica, classificação hierárquica descendente e análise de similitude, organizando o vocabulário de maneira mais simples e concisa.

Com o intuito de entender qual o melhor método de correlação para as variáveis apresentadas, foi realizado o teste de normalidade de Anderson Darling, adotando o coeficiente de 5% de significância.

Para Field (2009), o resultado obtido com os testes de normalidade se dá por meio de um gráfico de probabilidade normal, com alguns dados estatísticos, onde cada ponto no eixo horizontal é um valor medido, e no eixo vertical é a probabilidade acumulada. O princípio deste teste é identificar se a transformação se mantém de maneira acumulada em uma reta. Contrariamente, os dados não seguem uma distribuição normal. São geradas duas hipóteses:

- Hipótese Nula: Os dados seguem uma distribuição normal.
- Hipótese Alternativa: Os dados não seguem uma distribuição normal.

Os coeficientes de correlação, segundo Field (2009), são utilizados para medir o quão forte é a associação entre as variáveis estudadas e o que elas significam. Grosso modo, pode ser utilizado o Coeficiente de Spearman e Coeficiente de Correlação de Pearson, ambos com variação entre -1 e 1. Para o Coeficiente de Pearson terá a suposição de normalidade de dados, enquanto para o Coeficiente de Spearman não será necessário.

Com a realização dos testes de normalidade, observou-se que na maioria dos casos a não normalidade para as variáveis, com exceção de IDH e Saldo de Emprego, onde será utilizada a correlação não paramétrica de Spearman.

Para a descrição da força de associação entre as variáveis, será utilizada a classificação conforme Field (2009) – Quadro 5.

Quadro 5 - Parâmetros para análise do coeficiente de Spearman

Resultados	<i>Spearman</i> coeficiente
[0,90; 1]	Muito forte
[0,70; 0,89]	Forte
[0,40; 0,699]	Moderada
[0,20; 0,399]	Fraca
[0 a 0,199]	Muito fraca

Fonte: Field (2009).

Assim sendo, observa-se que para termos uma forte correlação entre variáveis é necessária que o coeficiente de correlação entre as mesmas assuma o valor entre 0,9 e 1.

Ressalta-se que o cálculo do coeficiente de correlação linear será realizado através do software SPSS 21.0, por meio dele serão aplicadas a correlação entre todas as variáveis disponíveis no estudo em questão.

Buscando confiança nos resultados dos coeficientes, torna-se necessário testar a significância da correlação estabelecida. Segundo Field (2009), o teste é necessário para saber se os dados amostrais utilizados são suficientes para realizar inferências. O nível de significância tipicamente é configurado em α 0,01 ou 0,05, e através da análise dos mesmos poderemos aceitar ou rejeitar as hipóteses relacionadas a correlação. Assim, o teste de hipótese da correlação é pautado nas hipóteses estatísticas:

- Hipótese Nula: ($r = 0$), que nos diz que o coeficiente de correlação obtido não é estatisticamente significativo.
- Hipótese Alternativa: ($r \neq 0$), que nos diz que o coeficiente de correlação obtido é estatisticamente significativo.

Será utilizado o nível $\alpha = 0,05$.

5

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo foi estruturado, em um primeiro momento, com as análises dos dados coletados, utilizando informações relacionados às empresas e aos indicadores econômicos da região em estudo e, em um segundo momento, o estudo se concentra nas análises qualitativas dos discursos de atores sociais, políticos e empresários das cidades onde se encontram as organizações granjeiras, buscando compreender as influências socioeconômicas dessas empresas do setor de avicultura na microrregião, conforme proposto no objetivo geral deste trabalho.

5.1 Levantamentos dos dados

A fim de caracterizar o setor avícola da microrregião, atendendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa, foram levantados os seguintes dados apresentados neste item. A Microrregião de São Lourenço, com seu mapeamento apresentado pelo IBGE, é definida regionalmente pela composição de 16 cidades. Após o mapeamento, optou-se por classificá-las em três tipos de segmento de classes, de acordo com o tipo de setor que fomenta cada cidade da microrregião, sendo: Cidades Granjeiras, Cidades Turísticas e Outras Cidades, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Divisão por segmento das cidades da microrregião de São Lourenço

CIDADES GRANJEIRAS	CIDADES TURÍSTICAS	OUTRAS CIDADES
ITAMONTE ITANHANDU PASSA QUATRO POUSO ALTO	CAMBUQUIRA CAXAMBU LAMBARI SÃO LOURENÇO	ALAGOA BAEPENDI CARMO DE MINAS JESUÂNIA OLÍMPIO NORONHA SÃO SEB RIO VERDE SOLEDADE DE MINAS VIRGÍNIA

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2020).

As Cidades Granjeiras são aquelas que possuem alguma influência do setor avícola no município; as Cidades Turísticas são as cidades em que seu comércio é voltado propriamente para o turismo, conhecidas como Circuito das Águas; e, as Outras Cidades são cidades que

possuem outros meios produtivos que não se enquadram no setor avícola, nem tampouco no setor turístico. Após serem definidos quais seriam os indicadores, os dados de cada cidade da microrregião foram coletados nos sites oficiais e nas plataformas do IBGE e do SEBRAE, organizados em planilha Excel, gerando a Tabela 2. Os anos selecionados foram de acordo com dados mais recentes disponíveis, sendo IDH e GINI integrantes do Censo 2010, PIB per capita, PEA e porcentagem do PIB da microrregião do ano de 2017, e Potencial de Consumo, tendo em vista que os dados se subscrevem anualmente, por tanto disponível apenas dados de 2019 juntamente com o número de habitantes. A fim de identificar os benefícios socioeconômicos, no que tange a desigualdade social, desenvolvimento humano, produtividade, emprego, massa salarial e potencial de consumo, trazidos pelo setor avícola nas cidades granjeiras da microrregião, atendendo ao segundo objetivo específico da pesquisa, foram levantados os seguintes dados apresentados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Indicadores por municípios

CIDADE	IDH 2010	PIB PER CAPITA R\$ 2017	GINI 2010	POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA 2017	% DO PIB DA MICRORREGIÃO 2017	POTENCIAL DE CONSUMO R\$ 2019	HABITANTES 2019
ALAGOA	0,649	12889,85	0,421	406	0,86%	43046670	2.674
BAEPENDI	0,681	13602,87	0,427	3.573	6,19%	332315124	19.148
CAMBUQUIRA	0,699	17214,96	0,507	1.567	5,35%	253484839	12.814
CARMO DE MINAS	0,682	12459,55	0,480	1.487	4,33%	251252225	14.859
CAXAMBU	0,743	14826,33	0,667	4.042	15,28%	452697979	21.656
ITAMONTE	0,705	46951,87	0,470	3.390	15,28%	330268100	15.579
ITANHANDU	0,739	27509,60	0,511	4.225	1,54%	354023085	15.331
JESUÂNIA	0,658	13155,41	0,486	468	1,54%	85951960	4.787
LAMBARI	0,711	15981,83	0,493	3.217	0,87%	408288546	20.814
OLÍMPIO NORONHA	0,674	13241,81	0,407	335	8,60%	49131981	2.787
PASSA QUATRO	0,715	22839,89	0,493	3.482	8,60%	350154663	16.344
POUSO ALTO	0,710	35690,37	0,634	1.354	5,13%	118600714	5.940
SÃO LOURENÇO	0,759	21489,99	0,517	12.790	22,13%	1164091746	45.851
SÃO SEB. RIO VERDE	0,676	12084,18	0,426	423	0,65%	44886505	2.241
SOLEDADE DE MINAS	0,697	9464,16	0,454	547	1,40%	119200557	6.151
VIRGÍNIA	0,651	11985,16	0,474	1.343	2,56%	171587911	8.674

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) (auxílio – Excel).

De acordo com a Tabela 1, pode-se observar que as cidades que possuem um maior IDH são: São Lourenço 0,759, seguido por Caxambu 0,743 e Itanhandu 0,739. As duas primeiras cidades são integrantes do segmento Cidades Turísticas e a cidade de Itanhandu como Cidades Granjeiras.

As cidades que possuem um PIB per capita maior, em reais, são: Itamonte 46.951,87, seguido por Pouso Alto 35.690,37, Itanhandu 27.509,6 e Passa Quatro 22.839,89. Vale ressaltar que todas as cidades que possuem uma maior concentração de renda por pessoa são integrantes das Cidades Granjeiras. Em sequência, as próximas quatro cidades são as integrantes das Cidades Turísticas e por último, as demais cidades são do segmento outras cidades.

Na variável GINI, as cidades que possuem o valor mais alto, ou seja, mais próximo de 1, são cidades que possuem maior desigualdade de renda, tendo destaque na região em estudo os municípios de Caxambu 0,667, seguido por Pouso Alto 0,634 e São Lourenço 0,517, sendo a primeira e a terceira integrantes das cidades turísticas, e a segunda, Pouso Alto, integrante das cidades granjeiras.

O índice Potencial de Consumo, será maior de acordo com a sua população, tendo em vista que ele traduz o poder de compra de toda a população residente da cidade, ou seja, quanto maior for o número de habitantes da cidade, maior será o seu Potencial de Consumo. Para melhor compreensão da distribuição do PIB, foi realizada a coleta dos dados secundários no site IBGE de cada cidade que compõe a microrregião de São Lourenço – MG conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Composição do PIB segundo IBGE

PIB 2017	PER CAPITA	AGROPECUÁRIA (X1000) R\$	INDÚSTRIA (X1000) R\$	SERVIÇOS - EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL (X1000) R\$	ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL (X1000) R\$	PIB TOTAL (X1000) R\$	% PARTICIPAÇÃO DO PIB TOTAL
ALAGOA	12889,85	6253,51	2385,81	8847,38	16813,42	34300,11	1%
BAEPENDI	13602,87	20893,87	20026,69	129517,45	77569,42	248007,43	6%
CAMBUQUIRA	17214,96	75740,39	9104,83	79126,66	50143,74	214115,62	5%
CARMO DE MINAS	12459,55	37852,68	7007,02	69533,23	59069,64	173462,56	4%
CAXAMBU	14826,33	1826,72	20138,17	193930,99	90404,38	306300,25	15%
ITAMONTE	46951,87	13913,18	345774,07	188665,57	63345,76	611698,58	15%
ITANHANDU	27509,6	140540,8	55163,78	134806,68	64903,75	395415,01	2%
JESUÂNIA	13155,41	19789,72	2214,54	18361,41	21324,6	61690,27	2%
LAMBARI	15981,83	25072,75	33717,49	162050,66	82923,94	303764,84	1%
OLIMPIO NORONHA	13241,81	4085,45	2048,32	13058,04	15700,05	34891,85	9%
PASSA QUATRO	22839,89	69093,84	74637,32	132459,59	68222,49	344413,25	9%
POUSO ALTO	35690,37	61871,13	62361,68	52156,74	29166,24	205555,78	5%
SÃO LOURENÇO	21489,99	1653,94	66592,91	612488,63	205401,38	886136,86	22%
SÃO SEB. RIO VERDE	12084,18	3401,34	1287,67	8038,56	13379,56	26107,14	1%
SOLEDADE DE MINAS	9464,16	9599,1	2248,56	17735,29	26581,22	56164,17	1%
VIRGÍNIA	11985,16	20965,03	3684,96	42878,49	34801,53	102330,01	3%

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – Excel) (2020).

De acordo com a Tabela 2, as cidades que possuem uma maior contribuição da Agropecuária para a composição do PIB são: Itanhandu 14.0540,80, Cambuquira 75.740,39 e Passa Quatro 69.093,84. Dessas cidades, a primeira e a terceira cidade são integrantes do grupo Cidades Granjeiras. Cambuquira em segundo lugar, classificada como Cidade Turística, também possui dentre seus segmentos a atividade pecuarista, o que justifica esse bom posicionamento dentre as melhores colocadas no índice Agropecuária.

Já no indicador Indústria, as cidades que possuem maior contribuição são: Itamonte 345.774,07, Passa Quatro 74.637,32 e São Lourenço 66.592,91. As primeiras cidades são do

grupo Cidades Granjeiras e a terceira do grupo Cidades Turísticas. Vale ressaltar que Itamonte e Passa Quatro, além da avicultura, possuem empresas fabricantes de embalagens plásticas, o que eleva a contribuição para o PIB a partir das indústrias. São Lourenço também possui dentre os seus segmentos além do turismo, o envasamento de água, o que justifica a terceira posição no indicador Indústrias.

As cidades que possuem maior contribuição no indicador Serviços são: São Lourenço 612.488,63, Caxambu 193.930,99 e Itamonte 188.665,57. As duas primeiras cidades são do grupo Cidades Turísticas, tendo em vista que a principal atividade econômica é a prestação de serviços voltados ao turismo. Já a terceira é integrante do grupo Cidades Granjeiras, mas que também possui dentre suas atividades econômicas a prestação de serviços.

Já as cidades que possuem maior contribuição no PIB a partir da Administração Pública são: São Lourenço 205.401,38, Caxambu 90.404,38, e Lambari 82.923,94. Todas as 3 cidades são integrantes do grupo Cidades Turísticas. Também vale ressaltar que são as três cidades com maior número de habitantes, conforme Tabela 1, o que justifica o fato da alta arrecadação a partir da Administração Pública.

Após realizada a análise dos indicadores de cada cidade, optou-se por selecionar as Cidades Granjeiras como foco do objeto de estudo, tendo em vista maior relação com o tema pesquisado.

A Tabela 3 apresenta a quantidade de funcionários de cada granja, e em qual cidade residem os funcionários. Foi discriminado apenas as cidades que são integrantes da microrregião de São Lourenço – MG. A coluna das granjas Isméria, Najú e Sítio Frema se encontram em branco devido à falta de informações não foram cedidas pelas empresas. As granjas Mantiqueira e Santa Clara são do mesmo grupo empresarial, por isso foram agrupadas para uma melhor visualização. O mesmo acontece com as Granjas Serra Azul e Estrada Real.

Tabela 3 - Relação de onde residem os funcionários empregados

CIDADE Nº FUNCIONÁRIOS GRANJA	SERRA AZUL												TOTAL
	SANTA MONICA	SÉTIMO CÉU	ABC	SANTA MARTA	MANTIQUEIRA SANTA CLARA	IANA	ESTRADA REAL	NAJU	SÍTIO FREMA	VALE VERDE	GRANJA ISMÉRIA	ITORORÓ	
ITAMONTE	5	3			139	132	1						280
ITANHANDU	45	82	20	132	342	132	16					10	779
POUSO ALTO		3			20	50	3			25		23	124
PASSA QUATRO	79	14		87	55	16							251
SÃO LOURENÇO	1				4								5
SÃO SEB RIO VERDE	2	1											3
SOLEDADE DE MINAS		1											1
OUTRAS REGIÕES				7	54								61
TOTAL	132	104	20	226	614	330	20			25		33	1504

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – Excel) (2020).

A partir da visualização da quantidade de empregos gerados pelas empresas granjeiras, pode-se comparar com os dados levantados da População Economicamente Ativa – PEA, e identificar o quanto o setor emprega na região.

A Tabela 4 retrata a relevância da quantidade de funcionários empregados, tendo em vista a variedade de segmentos que cada cidade possui, como por exemplo Itanhandu, que possui 18,44% do total de sua população economicamente ativa, trabalhando nas granjas de forma direta.

Tabela 4 - Relação do número de funcionários x PEA

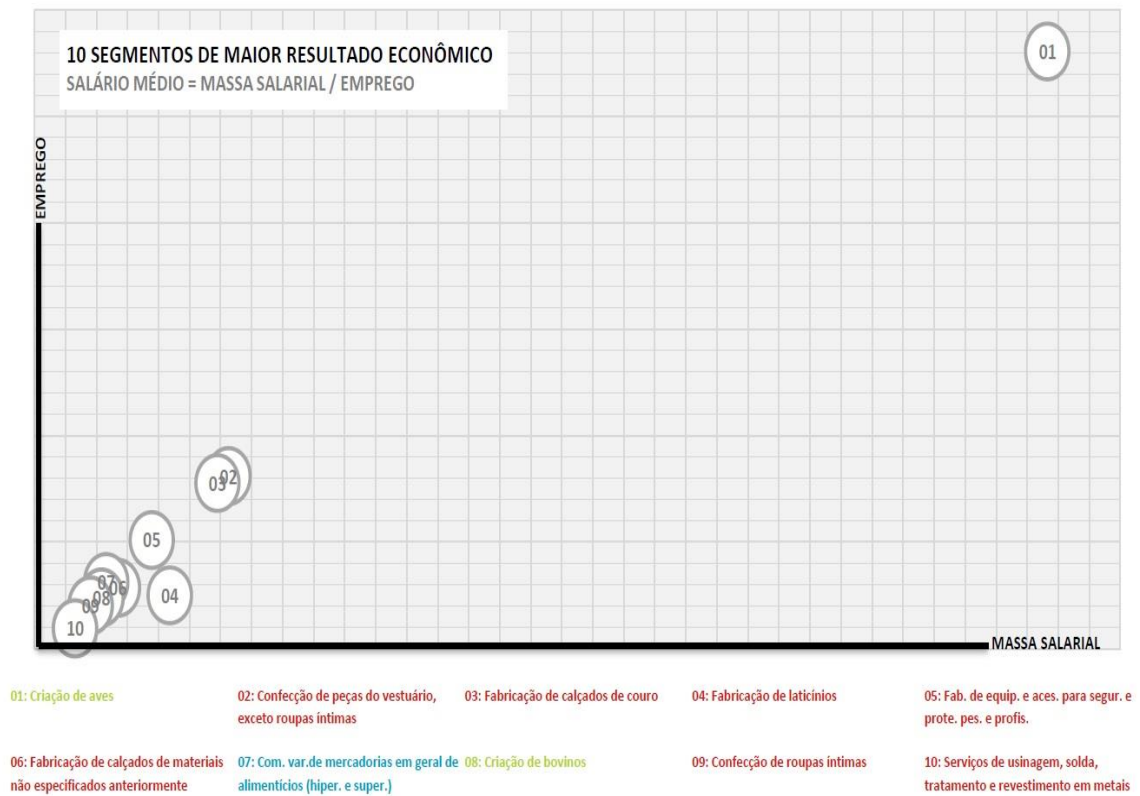
CIDADE Nº FUNCIONÁRIOS GRANJA	TOTAL	POPULAÇÃO ATIVA	% DA POPULAÇÃO ATIVA EM GRANJAS
ITAMONTE	280	3.390	8,26%
ITANHANDU	779	4.225	18,44%
POUSO ALTO	124	1.354	9,16%
PASSA QUATRO	251	3.482	7,21%
SÃO LOURENÇO	5	12.790	0,04%
SÃO SEB RIO VERDE	3	423	0,71%
SOLEDADE DE MINAS	1	547	0,18%
OUTRAS REGIÕES	61		

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – Excel) (2020).

A partir das análises feitas anteriormente a respeito da quantidade de empregos diretos gerados pelas empresas do setor da avicultura, será apresentada uma relação entre quantidade de empregos gerados pelos maiores segmentos de cada cidade granjeira, e sua relação de massa salarial, ou seja, os setores que apresentam as melhores remunerações.

O Gráfico 5 representa a identidade empresarial de Itanhandu, trazendo a informação dos segmentos que possuem maior resultado econômico, relacionando em suas extremidades o quanto de emprego é gerado *versus* a massa salarial da cidade.

Gráfico 5 - Identidade empresarial de Itanhandu

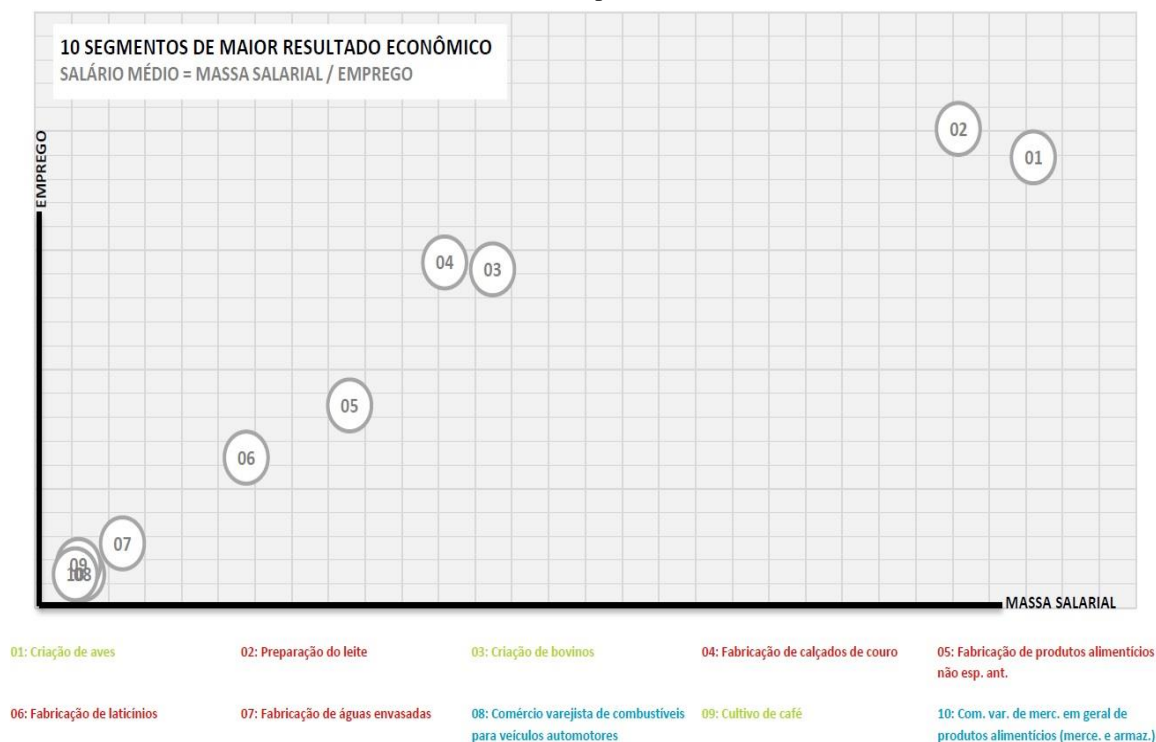


Fonte: Gráfico retirado do site do SEBRAE (2020).

De acordo com o Gráfico 5, percebe-se que o segmento de criação de aves, indicado pelo número 01, além de ser o que mais emprega, é o que possui as melhores remunerações em relação aos demais setores da cidade, o que corrobora com o percentual de 18,44% do PEA em granjas, apresentado no Quadro 7.

O Gráfico 6 sobre a Identidade Empresarial de Pouso Alto, apresenta também o setor da avicultura entre os que mais empregam e remuneram na cidade.

Gráfico 6 - Identidade empresarial de Pouso Alto

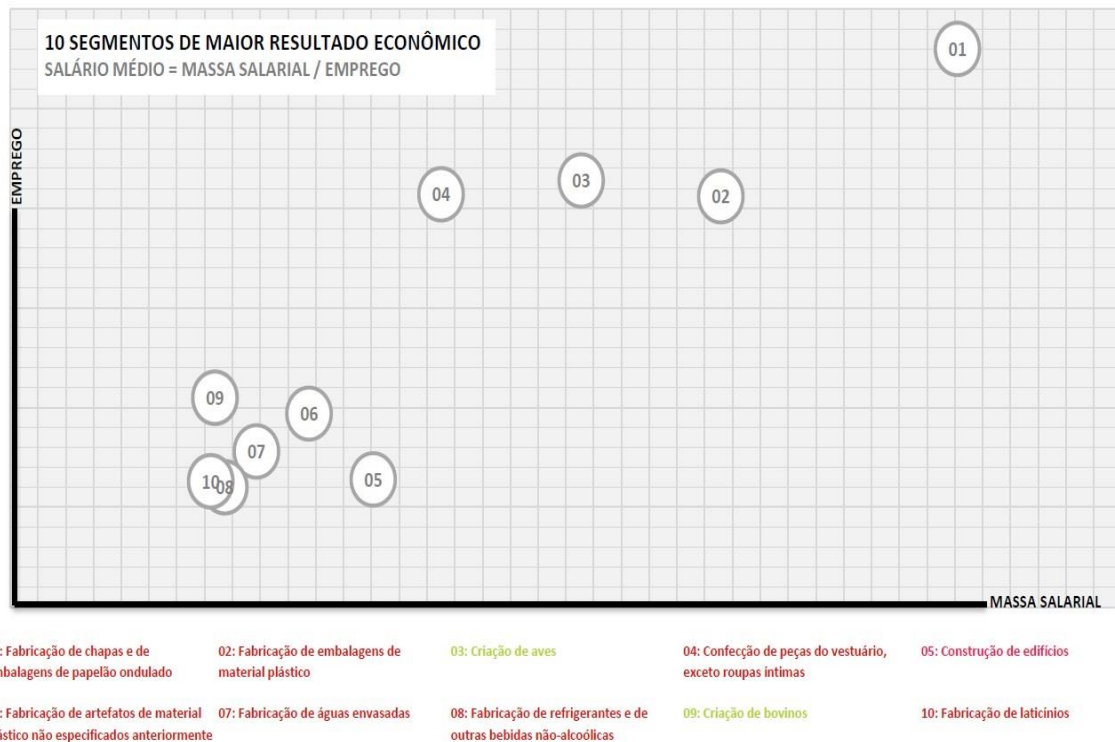


Fonte: Gráfico retirado do site do SEBRAE (2020).

De acordo com o Gráfico 6, pode-se perceber que o segmento de criação de aves, indicado pelo número 01, é o segundo setor que mais emprega na cidade, atrás somente do segmento de preparação do leite, porém é o que possui as melhores remunerações em relação aos demais setores, o que corrobora com o percentual de 9,16% do PEA em granjas, apresentado no Quadro 7.

De acordo com o Gráfico 7, pode-se perceber que o segmento de criação de aves, indicado pelo número 03, é o segundo setor que mais emprega na cidade de Passa Quatro atrás apenas de segmento de fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado, e também é o segundo que possui as melhores remunerações em relação aos demais setores, o que corrobora com o percentual de 7,21% do PEA em granjas, apresentado no Quadro 7.

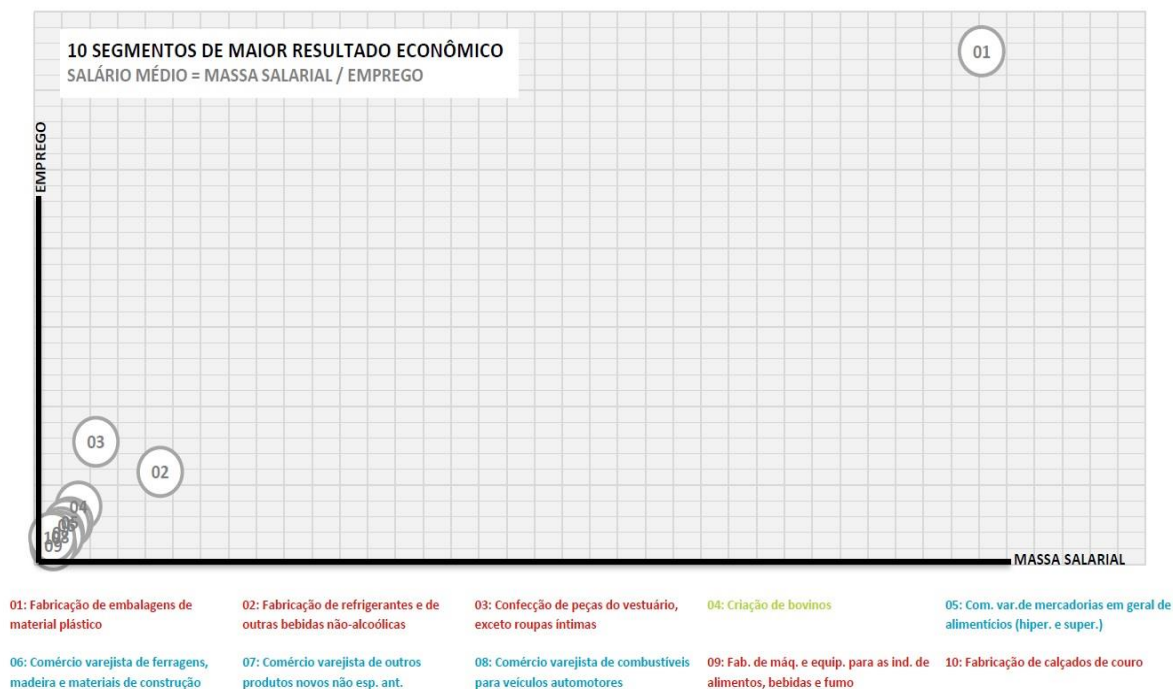
Gráfico 7 - Identidade empresarial de Passa Quatro



Fonte: Gráfico retirado do site do SEBRAE (2020).

De acordo com o Gráfico 8, o segmento de criação de aves não aparece como um dos dez que mais apresenta resultado econômico para a cidade de Itamonte. Porém, segundo informações coletadas nas entrevistas, Itamonte em anos anteriores tinham filiais das maiores granjas na zona rural do município, mas devido a mudanças estruturais na empresa, optaram pelo fechamento das mesmas. Os funcionários que compunham o quadro de funcionários das filiais, foram remanejados para unidades em outras cidades, pois a mão de obra já era apta e qualificada para a execução dos serviços. Devido à proximidade das cidades, as granjas disponibilizaram locação de ônibus e vans, para deslocar funcionários de cidades vizinhas. Assim, os funcionários que residem em Itamonte podem trabalhar nas granjas das cidades vizinhas, assim justificando o fato 8,26% do PEA em granjas.

Gráfico 8 - Identidade empresarial de Itamonte



Fonte: Gráfico retirado do site do SEBRAE (2020).

5.2 Análise descritiva das variáveis

A fim da caracterização descritiva das variáveis, em um primeiro momento, descreve-se análise frequencial bem como as principais medidas descritivas, sejam elas de centralidade e de dispersão, conforme Tabela 5. Especificamente falando, para as variáveis do estudo descrevemos as medidas de centralidade e de dispersão das mesmas.

Tabela 5 - Análise descritiva dos indicadores da Microrregião

	IDH 2010	PIB relacionado da cidade	GINI	População economicamente ativa	Porcentagem PIB por Microrregião	Potencial de consumo 2019
N	Válido 16 Ausente 0	16	16	16	16	16
Média	,696813	18836,739375	,491688	2665,56	6,2694	283061412,8125
Erro de média padrão	,0081324	2538,9036071	,0177106	764,032	1,58497	68037502,83859
Mediana	,698000	14214,600000	,483000	1527,00	4,7300	252368532,0000
Moda	,6490 ^a	9464,1600 ^a	,4930	335 ^a	1,54 ^a	43046670,00 ^a
Modelo padrão	,0325294	10155,6144286	,0708423	3056,126	6,33989	272150011,35436
Variância	,001	103138504,422	,005	9339906,796	40,194	74065628680178500,000
Amplitude	,1100	37487,7100	,2600	12455	21,48	1121045076,00
Mínimo	,6490	9464,1600	,4070	335	,85	43046670,00
Máximo	,7590	46951,8700	,6670	12790	22,13	1164091746,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

De acordo com a Tabela 5, percebeu-se que a Média do IDH da microrregião de São Lourenço – MG é classificada com nível médio sendo 0,696, seguindo a classificação do IBGE (2010), onde o IDH é médio quando se encontra entre 0,600 e 0,699. Também, verifica-se que o índice Gini médio está em um valor mediano de 0,491, considerando que quanto mais

próximo de 0, menor será a desigualdade social.

Após realizada uma análise descritiva dos indicadores da Microrregião de um modo geral, optou-se por analisar as variáveis de acordo com os segmentos que foram definidos.

Tabela 6 - Análise descritiva dos indicadores por segmento

Classificação do tipo da cidade		IDH 2010	PIB relacionado da cidade	GINI	População economicamente ativa	Porcentagem PIB por Microrregião	Potencial de consumo 2019	Habitantes 2019
Cidades Granjeiras	N	5	5	5	5	5	5	5
	Média	,705400	29229,428000	,518800	2583,80	6,4180	247799704,4000	11596,20
	Mediana	,710000	27509,600000	,493000	3390,00	5,1300	330268100,0000	15331,00
	Mínimo	,6580	13155,4100	,4700	468	1,54	85951960,00	4787
	Máximo	,7390	46951,8700	,6340	4225	15,28	354023085,00	16344
	Amplitude	,0810	33796,4600	,1640	3757	13,74	268071125,00	11567
	Desvio padrão	,0295347	12825,6265036	,0660583	1592,112	5,75641	133648842,02331	5716,442
Cidades Turísticas	N	4	4	4	4	4	4	4
	Média	,728000	17378,277500	,546000	5404,00	10,9075	569640777,5000	25283,75
	Mediana	,727000	16598,395000	,512000	3629,50	10,3150	430493262,5000	21235,00
	Mínimo	,6990	14826,3300	,4930	1567	8,7	253484839,00	12814
	Máximo	,7590	21489,9900	,6670	12790	22,13	1164091746,00	45851
	Amplitude	,0600	6663,6600	,1740	11223	21,26	910606907,00	33037
	Desvio padrão	,0277849	2909,4875810	,0812650	5030,360	9,60383	405395564,90357	14278,722
Outras Cidades	N	7	7	7	7	7	7	7
	Média	,672857	12246,797143	,441286	1159,14	3,5129	144488710,4286	8076,29
	Mediana	,676000	12459,550000	,427000	547,00	2,5600	119200557,0000	6151,00
	Mínimo	,6490	9464,1600	,4070	335	6,5	43046670,00	2241
	Máximo	,6970	13602,8700	,4800	3573	8,60	332315124,00	19148
	Amplitude	,0480	4138,7100	,0730	3238	7,95	289268454,00	16907
	Desvio padrão	,0172765	1361,7227284	,0281526	1164,121	3,00886	113545189,09084	6631,539
Total	N	16	16	16	16	16	16	16
	Média	,696813	18836,739375	,491688	2665,56	6,2694	283061412,8125	13478,13
	Mediana	,698000	14214,600000	,483000	1527,00	4,7300	252368532,0000	13836,50
	Mínimo	,6490	9464,1600	,4070	335	6,5	43046670,00	2241
	Máximo	,7590	46951,8700	,6670	12790	22,13	1164091746,00	45851
	Amplitude	,1100	37487,7100	,2600	12455	21,48	1121045076,00	43610
	Desvio padrão	,0325294	10155,6144286	,0708423	3056,126	6,33989	272150011,35436	10910,786

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

De acordo com a Tabela 6, os segmentos quando analisados a partir da média do IDH, do maior para o menor, fica classificado como: Cidades Turísticas com uma média de 0,728, seguido por Cidade Granjeiras com 0,705 e as Outras Cidades com 0,672. De acordo com a classificação do IBGE (2010), os dois primeiros segmentos são considerados de IDH Alto, quando se encontra em 0,700 e 0,799, e o terceiro segmento como IDH Médio quando se encontra entre 0,600 e 0,699. Isso nos mostra que a prestação de serviços voltados para o turismo e o setor avícola da região granjeira geram um desenvolvimento regional maior que os demais setores que compõem as Outras Cidades.

Quando analisada a classificação de acordo com o PIB médio das cidades por segmento, ficam da seguinte maneira: Cidades Granjeiras com 29.229,42, Cidade Turísticas 17.378,2 e as Outras Cidades com 12.246,70. Vale ressaltar que as cidades que possuem um PIB per capita maior na microrregião são todas das Cidade Granjeiras, o que justifica o alto

PIB médio desse segmento. Esses dados demonstram que as cidades do setor granjeiro possuem uma média econômica maior que as demais cidades dos outros segmentos econômicos.

Ao analisar o GINI médio, o que representa o nível de desigualdade de uma região tendo como base que quanto mais próximo de 0 menor a desigualdade, o segmento Outras Cidades apresenta uma menor desigualdade social com um número de 0,441, seguido por Cidades Granjeiras com 0,518 e por último o segmento com maior desigualdade média, as Cidade Turísticas com 0,546. Esses números demonstram que as cidades integrantes do segmento Cidades Turísticas se apresentam com maior desigualdade social, ou seja, uma distribuição de renda per capita mais desigual em relação às cidades que compõem os demais segmentos. Vale ressaltar que o segmento mais desigual é também o mais populoso, o que pode interferir diretamente no resultado final tendo em vista que o Gini leva em consideração a relação da renda per capita com a população do local.

O segmento com a média maior da População Economicamente Ativa - PEA é das Cidades Turísticas 5404, justificado pelas cidades com maiores números de habitantes serem integrantes desse segmento, seguido pelas Cidade Granjeiras 2583 e Outras cidades 1159. Essa regra do número de habitantes maior também vale para a média do Potencial de Consumo, sendo que a Cidade Turísticas são as que possuem a média maior de 569640777, seguido pelas Cidades Granjeiras com 247799704 e as Outras cidades com 144488710.

Após realizada a análise descritiva das variáveis dos indicadores sociais por segmento da microrregião de São Lourenço, foi realizada a análise descritiva das variáveis integrantes do PIB por segmento.

Tabela 7 - Análise descritiva das variáveis integrantes do PIB por classe

Resumos de caso								
Classificação do tipo da cidade		Renda Per Capta	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração	PIB Total	Participação do PIB Total
Cidades Granjeiras	N	5	5	5	5	5	5	5
	Média	29229,4400	61041,8000	108030,4000	105290,2000	49392,6000	323754,6000	6,6000
	Mediana	27509,6000	61871,0000	62362,0000	132460,0000	63346,0000	344413,0000	5,0000
	Mínimo	13155,40	13913,00	2215,00	18361,00	21325,00	61690,00	2,00
	Máximo	46951,90	140541,00	345774,00	188666,00	68222,00	611699,00	15,00
	Amplitude	33796,50	126628,00	343559,00	170305,00	46897,00	550009,00	13,00
	Desvio padrão	12825,64253	50765,35012	135752,0685	68812,76461	22286,50221	206834,9121	5,50454
Cidades Turísticas	N	4	4	4	4	4	4	4
	Média	17378,2750	26073,5000	32388,2500	261899,5000	107218,2500	427579,5000	10,7500
	Mediana	16598,4000	13450,0000	26927,5000	177991,0000	86664,0000	305032,5000	10,0000
	Mínimo	14826,30	1654,00	9105,00	79127,00	50144,00	214116,00	1,00
	Máximo	21490,00	75740,00	66593,00	612489,00	205401,00	886137,00	22,00
	Amplitude	6663,70	74086,00	57488,00	533362,00	155257,00	672021,00	21,00
	Desvio padrão	2909,50511	34890,14648	24925,94936	238682,6514	67750,15866	308696,3957	9,53502
Outras Cidades	N	7	7	7	7	7	7	7
	Média	12246,8143	14721,5714	5527,1429	41372,4286	34845,0000	96466,1429	3,5714
	Mediana	12459,5000	9599,0000	2386,0000	17735,0000	26581,0000	56164,0000	3,0000
	Mínimo	9464,20	3401,00	1288,00	8039,00	13380,00	26107,00	1,00
	Máximo	13602,90	37853,00	20027,00	129517,00	77569,00	248007,00	9,00
	Amplitude	4138,70	34452,00	18739,00	121478,00	64189,00	221900,00	8,00
	Desvio padrão	1361,71382	12592,15864	6664,79671	44896,55863	24606,62722	84811,76049	3,04725
Total	N	16	16	16	16	16	16	16
	Média	18836,7500	32034,6250	44274,6875	116478,5000	57484,4375	250272,1250	6,3125
	Mediana	14214,6000	20342,0000	14566,0000	74330,0000	54607,0000	209836,0000	4,5000
	Mínimo	9464,20	1654,00	1288,00	8039,00	13380,00	26107,00	1,00
	Máximo	46951,90	140541,00	345774,00	612489,00	205401,00	886137,00	22,00
	Amplitude	37487,70	138887,00	344486,00	604450,00	192021,00	860030,00	21,00
	Desvio padrão	10155,61935	37735,25198	84555,16220	147567,9797	47045,31705	233595,8445	6,22595

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

De acordo com a Tabela 7, quando analisado a média do indicador Renda Per Capita por segmento, as Cidades Granjeiras se classificam como mais alto com 29229,40, seguido por Cidades Turísticas com 17378,27 e Outras Cidades com 12246,81.

Ao analisar a média do índice Agropecuária, as Cidades Granjeiras possuem o mais alto valor com 61041,80 o que justifica a classificação do segmento, seguido das cidades turísticas 26073,50 e por último Outras Cidades com 14721,57. Vale ressaltar que a Agropecuária é um dos indicadores integrantes da formação do PIB, e que quando analisado de forma geral comparado aos outros indicadores, ele apresenta um baixo resultado devido ao seu valor agregado ser mais baixo que os demais setores, principalmente quando comparado à indústria.

A média do índice Indústria possui com valor mais alto as Cidades Granjeiras 108030,40, seguido das Cidades Turísticas com 32388,25 e com menor valor Outras Cidades com 5527,14. O que justifica o alto valor da indústria do segmento Cidades Granjeiras, além

da contribuição do setor avícola, são as indústrias de sacolas e embalagens plásticas situadas em Itamonte e Passa Quatro.

Quando analisada a média do índice Serviços, as Cidades Turísticas se apresentam com maior número 261899,50 justificando a classificação do segmento devido ao grande número de prestadores de serviços e comerciantes que são voltados para o turismo regional; seguido por Cidades Granjeiras 105290,20 e Outras Cidades 41372,42.

Ao analisar a média do índice Administração, as Cidades Turísticas se apresentam com maior número sendo 107218,25, o que justifica esse alto valor em relação aos demais segmentos é o número de habitantes de cada cidade, tendo em vista que as 4 cidades mais populosas da microrregião de São Lourenço são integrantes desse segmento. Em segundo aparecem as Cidades Granjeiras com 49392,60 e por último as Outras Cidades com 34845,00. Analisando a média do PIB Total dos segmentos econômicos, as Cidades Turísticas aparecem com um PIB maior que os demais com 427579,50, seguido pelas Cidades Granjeiras com 323754,60 e Outras Cidades com 96466,14. Isso representa que o segmento Cidades Turísticas como um todo, são economicamente mais desenvolvidas que os demais.

Com o intuito de entender qual o melhor coeficiente para a caracterização da associação entre as principais variáveis de estudo, utilizamos o teste de normalidade de Anderson - Darling com probabilidade a priori de 5%.

Os dados descritos nesse item buscaram apresentar indicadores que trouxeram a percepção de uma maneira geral, de como a microrregião, objeto de estudo da pesquisa, está em relação a situações financeiras, nível de desigualdade social, educacional, renda e produtividade de modo que possa atingir ao segundo objetivo específico, identificando os benefícios socioeconômicos trazidos pelo setor avícola

5.3 Procedimentos

Para Field (2009), o resultado obtido com os testes de normalidade é por um gráfico de probabilidade normal, com alguns dados estatísticos, onde cada ponto no eixo horizontal é um valor medido, e no eixo vertical é a probabilidade acumulada. O princípio deste teste é identificar se a transformação de manter de maneira acumulada em uma reta. Caso contrário, os dados não seguem uma distribuição normal. São geradas duas hipóteses:

- Hipótese Nula: Dados seguem uma distribuição normal
- Hipótese Alternativa: Dados não seguem uma distribuição normal

O resultado para o teste de normalidade para as principais variáveis de estudo, estão apresentados no Quadro 7 a seguir. Salienta-se que os gráficos associados aos testes de normalidade se encontram no Anexo D.

Quadro 7 - Conclusão dos resultados dos testes de normalidade

Variável	Probabilidade a priori (α)	Probabilidade a posteriori (p)	Conclusão
IDH	5%	81,1%	Dados normais
GINI	5%	1,3%	Dados não normais
POP Ativa	5%	0%	Dados não normais
PIB (Porcentagem) por microrregião	5%	0,7%	Dados não normais
Renda per capita	5%	0%	Dados não normais
Agropecuária	5%	0%	Dados não normais
Indústria	5%	0%	Dados não normais
Serviços	5%	0%	Dados não normais
Administração	5%	0%	Dados não normais
PIB Total	5%	0%	Dados não normais
Participação no PIB Total	5%	0%	Dados não normais

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Os coeficientes de correlação, segundo Field (2009), são utilizados para medir o quão forte é a associação entre as variáveis estudadas e o que elas significam.

Foi utilizado o Coeficiente de Spearman e Coeficiente de Correlação de Pearson, ambos com variação entre -1 e 1. Para Pearson terá a suposição de normalidade de dados, enquanto para Spearman não será necessário.

Após os testes de normalidade executados, e foi apresentado na maioria que não normalidade para as variáveis, com exceção de IDH e Saldo de Emprego, será utilizada a correlação não paramétrica de Spearman. Assim, o teste de hipótese é dado da seguinte maneira:

- Hipótese Nula: ($r = 0$), o coeficiente de correlação obtido não é estatisticamente significativo.
- Hipótese Alternativa: ($r \neq 0$), o coeficiente de correlação obtido é estatisticamente significativo.

As análises de correlação foram analisadas conforme Field (2009) – Quadro 05.

Tabela 8 - Correlação dos Indicadores

			IDH 2010	PIB relacionado da cidade	GINI	População economicamente ativa	Porcentagem PIB por Microrregião	Potencial de consumo 2019
Rô de Spearman	IDH 2010	Correlações de coeficiente	1,000	,688**	,787**	,832**	,497	,841**
		Sig. (2 extremidades)		,003	,000	,000	,050	,000
		N	16	16	16	16	16	16
	PIB relacionado da cidade	Correlações de coeficiente	,688**	1,000	,575*	,621*	,544*	,526*
		Sig. (2 extremidades)	,003		,020	,010	,029	,036
		N	16	16	16	16	16	16
	GINI	Correlações de coeficiente	,787**	,575*	1,000	,677**	,361	,668**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,020		,004	,170	,005
		N	16	16	16	16	16	16
	População economicamente ativa	Correlações de coeficiente	,832**	,621*	,677**	1,000	,556*	,944**
		Sig. (2 extremidades)	,000	,010	,004		,025	,000
		N	16	16	16	16	16	16
	Porcentagem PIB por Microrregião	Correlações de coeficiente	,497	,544*	,361	,556*	1,000	,538*
		Sig. (2 extremidades)	,050	,029	,170	,025		,032
		N	16	16	16	16	16	16
	Potencial de consumo 2019	Correlações de coeficiente	,841**	,526*	,668**	,944**	,538*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	,036	,005	,000	,032	
		N	16	16	16	16	16	16

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

De acordo com a Tabela 8, pode-se observar que existem correlações significativas entre todos os indicadores sociais mencionados. A correlação entre o PIB e o IDH possui uma moderada associação com a representação de $r = 68,8\%$, com uma proporção de causalidade de 47,33% (sendo r^2), o que pode indicar que quanto maior for o investimento voltado para o desenvolvimento econômico, melhores serão as condições sociais. A associação entre PIB e Gini também confirma a afirmação, no momento em que há uma moderada correlação de 57,5%, remetendo a hipótese de que ao direcionar investimentos para o desenvolvimento econômico e fomento das empresas da região, essa trará impactos na desigualdade de renda da

região, ou seja, no índice de Gini. Segundo Mankiw (2005), o aumento do PIB pode demonstrar o crescimento econômico, um acúmulo de riqueza, enquanto a retração pode sugerir diminuição do lucro, geração de desemprego e recessão econômica.

A variável IDH, segundo a Tabela 8, possui forte grau de correlação quando associada com os indicadores População Economicamente Ativa sendo 83,2% e Potencial de Consumo 89,5%, confirmando a afirmação de Furtado (2004) que quando se priorizam as condições de vida da população, o crescimento se transforma em desenvolvimento. Percebe-se que quanto maior for o IDH de uma determinada região, maior será a população economicamente ativa e seu potencial de consumo, tendo em vista que na composição da variável IDH está a renda, ou seja, a remuneração dos trabalhadores da região, e o potencial de consumo demonstra o quanto o morador dessa região consegue utilizar da sua renda levando em conta as suas despesas, o custo para morar nessa região como gastos com casa, mercado, contas de luz e água, etc. Também na composição da variável IDH estão saúde e educação, o remetendo a ideia de que pessoas com maior longevidade, de uma saúde melhor e uma educação de qualidade, conseguem ficar mais tempo no mercado de trabalho, ou seja, impactando diretamente na variável de população economicamente ativa.

A variável Gini possui forte grau de correlação quando associada com IDH 78,7% e também com potencial de consumo 71,9%, corroborando a ideia de que as condições sociais da população e sua desigualdade estão relacionadas ao seu poder de compra. Essa correlação traz a percepção de que cidades que são mais desenvolvidas com uma educação melhor, uma saúde com qualidade e com uma renda maior, podem afetar diretamente no indicador de Gini, em uma desigualdade menor e uma distribuição mais igualitária. Segundo Rocha (2011), o índice de Gini é o indicador mais importante quando se trata de desigualdade social, já que leva em conta a renda das pessoas após realizado o efeito de distribuição de renda per capita.

5.4 Análise das entrevistas

A fim de analisar as relações entre os dados oficiais coletados e as percepções dos entrevistados, atendendo ao terceiro objetivo específico da pesquisa, foram realizadas entrevistas com atores locais que compõem as cidades granjeiras. Após analisar as transcrições das entrevistas realizadas de um modo geral abrangendo todos os entrevistados, foram criados códigos no *software* ATLAS.ti 8 que pudessem representar os discursos de cada sujeito, e realizados alguns recortes dos códigos criados para compreender as influências socioeconômicas do setor da avicultura nas cidades que possuem alguma relação com o setor granjeiro por mais incipientes que sejam.

A Figura 5 apresenta os códigos que foram criados para representar os discursos, tendo em vista os principais pontos elencados no referencial teórico do presente trabalho.

Figura 5 - Códigos criados no ATLAS.ti 8



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

O código “Avicultura como propulsor econômico” representa trechos da entrevista que elencam o setor da avicultura como gerador de desenvolvimento local, a partir do entendimento de que o setor traz benefícios para a região como geração de empregos, aumento da renda, melhoria de vida para a população local, entre outros fatores benéficos que são gerados por essas empresas.

A “Aliança Avicultores” aborda trechos que demonstrem a existência de alguma relação de aliança entre as empresas do mesmo setor avícola, por mais incipientes que sejam. Tendo em vista a região de estudo, uma microrregião composta por um grupo de cidades, o código “Aliança Regional” representa trechos que apresente alguma relação de aliança entre as cidades que possuem o setor avícola inseridas no seu comércio local, como a existência de parcerias governamentais, incentivos locais para atração de novas empresas para a região e ajudas mútuas de desenvolvimento.

O código “Estratégias” aborda trechos que exemplificam alguma estratégia que o setor avícola e o ambiente local possuem, e também trechos de sugestões de possíveis estratégias que poderiam ser traçadas para melhorar o setor avícola na região. Mattos (2008) diz que o ambiente deve estar fortemente autônomo para que sejam criados projetos e estratégias de

desenvolvimento, voltados para o setor produtivo interno.

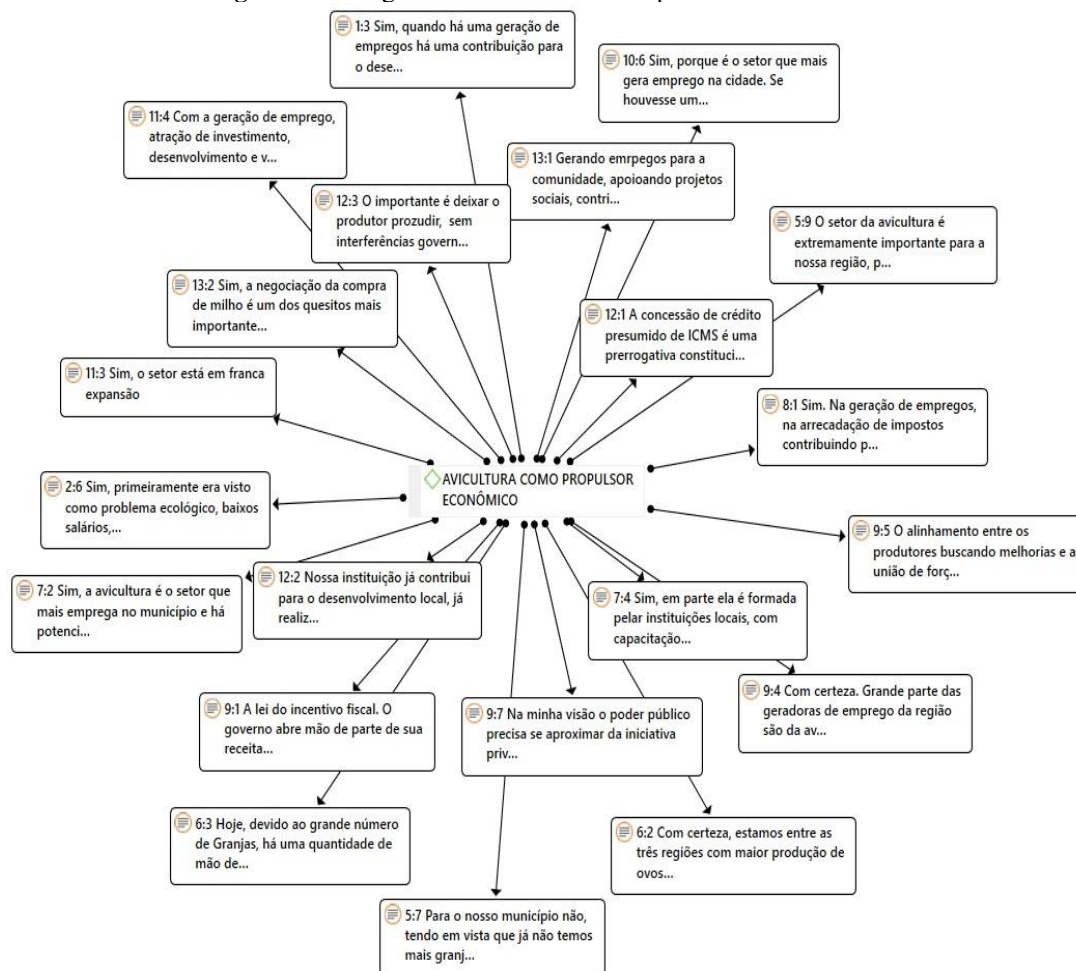
O código “Ambiental” apresenta trechos que possuam alguma referência com o meio ambiente local. A partir do referencial teórico, para que um ambiente seja considerado um ambiente desenvolvido e produtivo, o meio ambiente também é um importante fator a ser considerado. Conforme Marini e Silva (2012), no ambiente desenvolvido deve ocorrer a proteção do meio ambiente, partindo do uso de tecnologias que possam minorar a degradação do meio ambiente usado como fonte de recursos para suprir a região produtiva.

O código “Político” apresenta trechos que apresentem alguma relação de incentivo governamental, ou atuação do governo local em prol do comércio local e do setor avícola. Mattos (2008) afirma que o governo deve traçar estratégias políticas que possam auxiliar na transferência de responsabilidade do desenvolvimento econômico local para os demais atores envolvidos, a fim de ocorrer o desenvolvimento por si só, sem interferências.

O “Social” aborda trechos que evidenciam alguma relação do setor avícola com a comunidade local, como a geração de emprego, se há programas sociais, como é a qualificação da mão de obra regional, como o setor é visto pela comunidade e sua aceitação, entre outros fatores que se relacionem com a sociedade. Segundo Brandão (2007), o desenvolvimento local vai muito além de apenas características econômicas, como também socioculturais, onde esforços cooperados e interações articuladas geram inovações próprias do local.

A Figura 6 apresenta todos trechos de entrevistados que entendem que a avicultura é um propulsor econômico para a região.

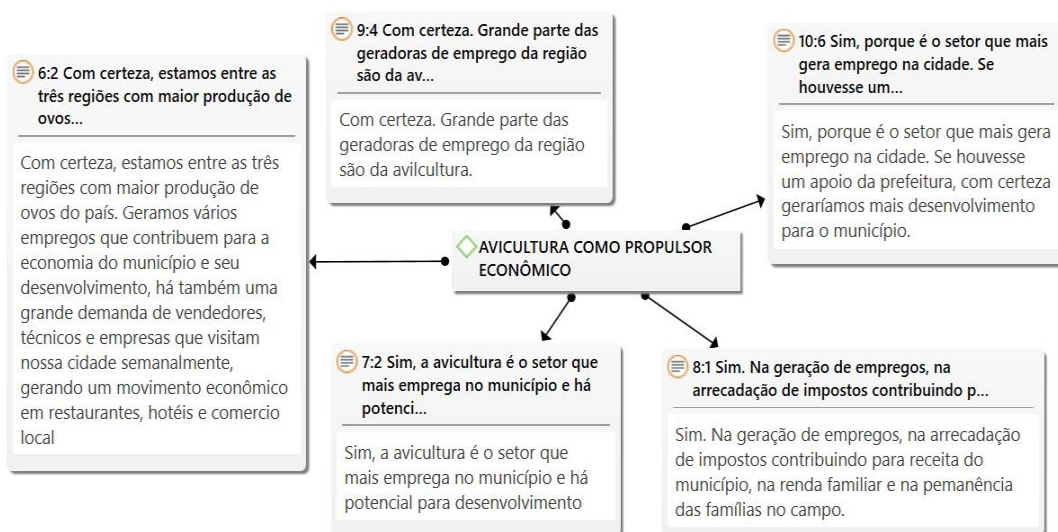
Figura 6 - Código “Avicultura Como Propulsor Econômico”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

A partir da rede criada pelo código “Avicultura como propulsor econômico”, foram selecionados sujeitos de forma aleatória de modo a demonstrar a influência que é exercida pelo setor avícola na região.

Figura 7 - Trechos do código “Avicultura como propulsor econômico”

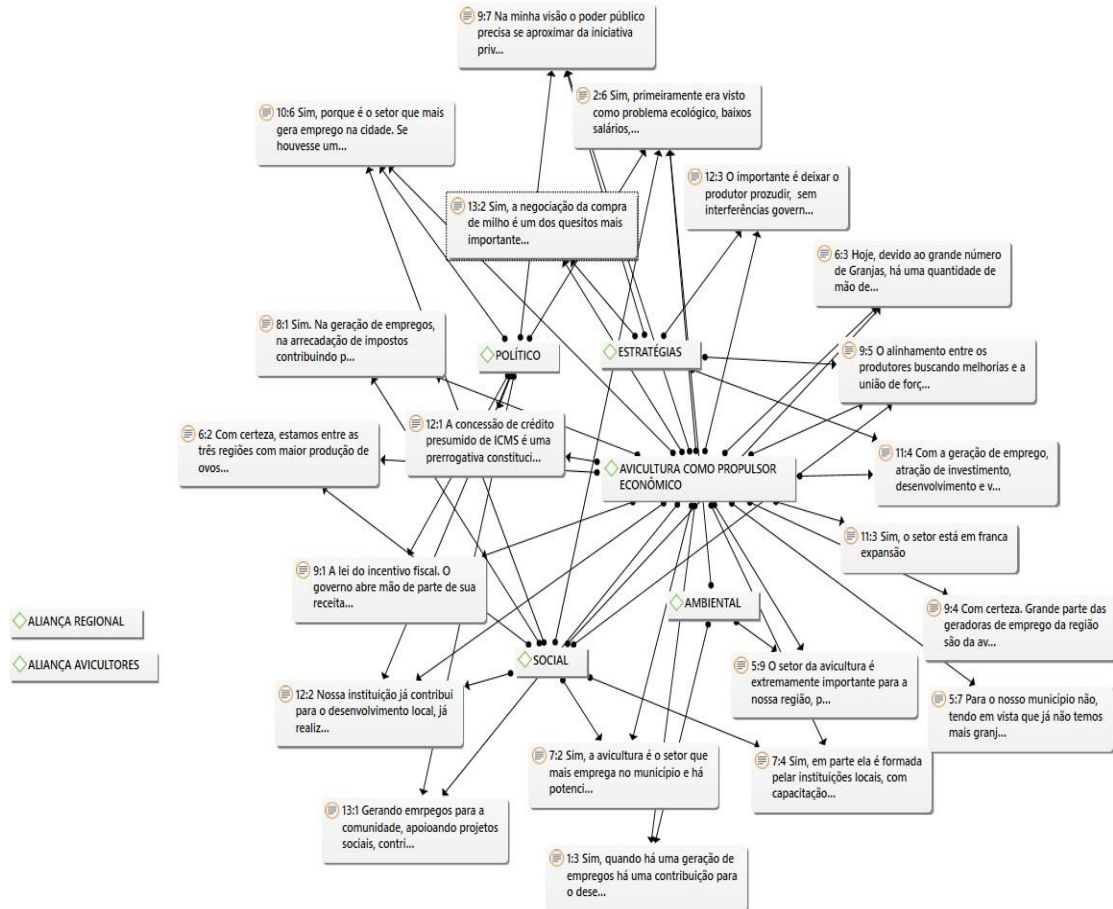


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

Nos recortes (Figura 7) são apresentados depoimentos dos sujeitos escolhidos de forma aleatória (Sujeitos 6, 7, 8, 9 e 10) onde é notável o benefício do setor granjeiro para a região, gerando empregos para a comunidade, recolhendo impostos para os municípios, fomentando outros setores econômicos de forma indireta, entre outros fatores. Sustentados por Oliveira (2013), que afirma que para um ambiente se tornar desenvolvido, ele deve ter características de inovações tecnológicas, empresas que gerem emprego e renda para a região, custo baixo de produtividade, melhorias na infraestrutura e ampliação do mercado de atuação.

Após uma análise de maneira individual do código “avicultura como propulsor econômico”, optou-se por inter-relacionar os depoimentos com os demais códigos criados anteriormente, apresentando o resultado na Figura 8.

Figura 8 - Inter-relação dos códigos

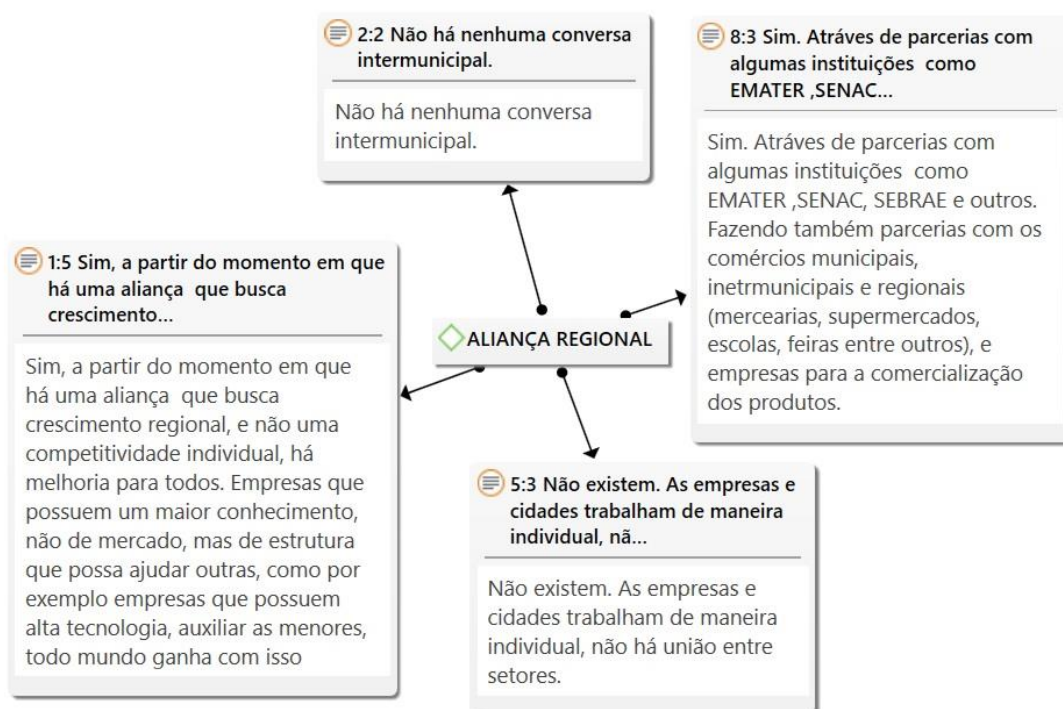


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

Após realizada a ligação entre os códigos inter-relacionando com os depoimentos, conforme Figura 8, percebeu-se que nenhum dos entrevistados elencaram haver uma relação entre o desenvolvimento local da avicultura e a aliança entre os avicultores, tanto intermunicipais, quanto regionais, o que acarretaria num menor desenvolvimento local oriundo dessa ausência de cooperativismo entre empresas de um mesmo setor. Cassiolato e Lastres (2003) afirmam que os locais que possuem maior aliança, confiança e interação entre os atores locais, tendem a ter um desenvolvimento melhor que as demais regiões com ausência de cooperativismo.

A Figura 9 apresenta trechos das entrevistas que tratam sobre o código “Aliança Regional”.

Figura 9 - trechos do código “Aliança regional”

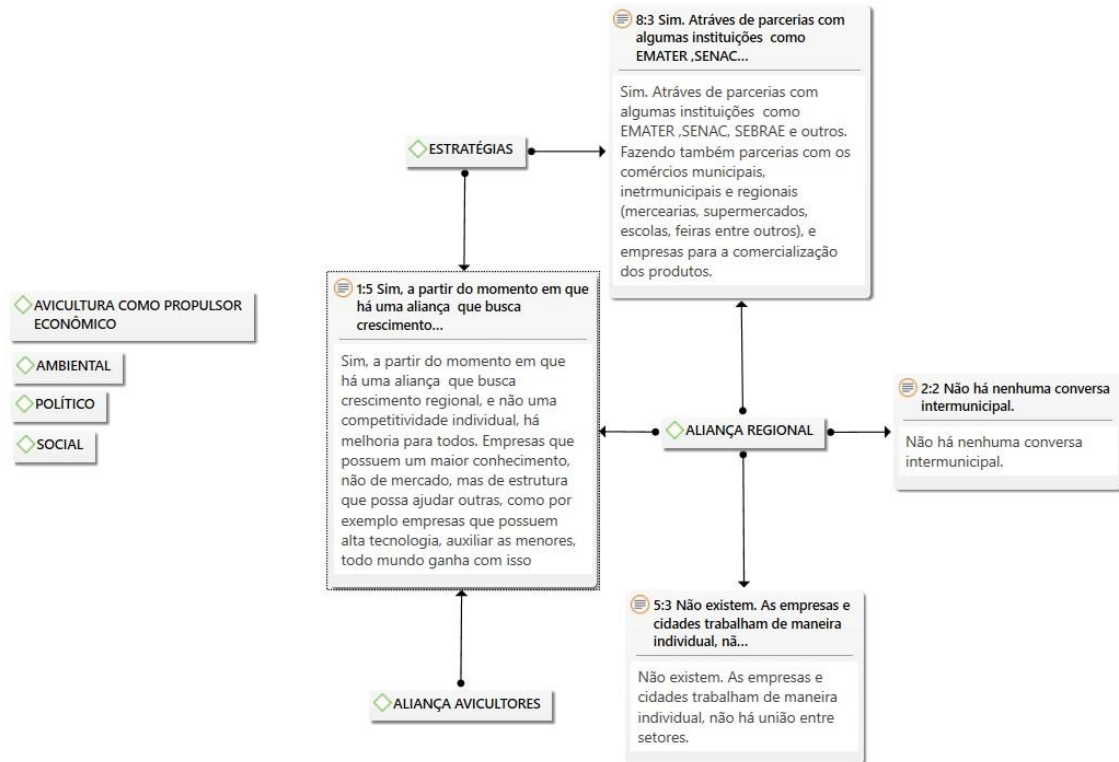


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

Conforme analisado no código “Avicultura como propulsor econômico”, não há trechos suficientes das entrevistas que confirme a existência de uma aliança regional entre os empresários do setor avícola. Na Figura 9, o Sujeito 2 e o Sujeito 5 afirmam não existir nenhum cooperativismo regional. O Sujeito 1 e o Sujeito 8 quando perguntados se acreditam que a aliança regional seria benéfica para a região, ambos afirmam que sim pontuando a possibilidade de um desenvolvimento maior tanto para o setor avícola quanto para a região como um todo, por meio do cooperativismo entre os empresários do setor, juntamente com outras instituições privadas e públicas da região, sustentados pela proposição de Marini e Silva (2012), que afirmam que a aproximação entre os atores geograficamente e um ambiente sinérgico, traz vantagens competitivas para a região.

A Figura 10 apresenta a inter-relação dos trechos das entrevistas do código “Aliança regional” com os demais os códigos.

Figura 10 - Inter-relação dos códigos com “Aliança Regional”

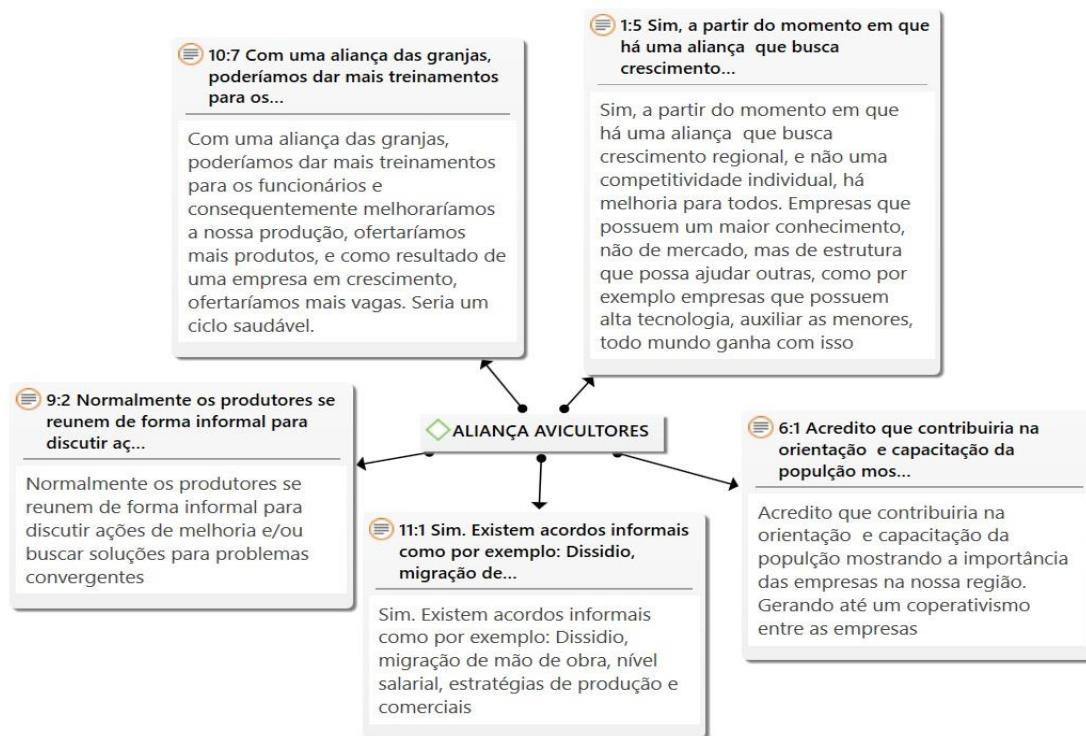


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

A partir da análise feita anteriormente na Figura 9, com a inter-relação realizada na Figura 10, observou-se que as falas dos sujeitos 1 e 8 são entendidas como estratégias que devem ser traçadas entre os empresários para com os demais, em busca da melhoria do desenvolvimento do local em que estão situadas. Por outro lado, os trechos não remetem ligações os demais códigos.

A Figura 11 apresenta trechos das entrevistas que tratam sobre o código “Aliança Avicultores”.

Figura 11 - trechos do código “Aliança Avicultores”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (auxílio – ATLAS.ti 8) (2020).

Conforme analisado na Figura 8 “Inter-relação dos códigos”, não há trechos suficientes das entrevistas que confirmem a existência de uma aliança entre os avicultores da região. Observando as falas dos sujeitos 1, 6 e 10, percebe-se que ambos identificam pontos positivos que seriam gerados entre os produtores caso houvesse um cooperativismo entre o grupo empresariado do setor avícola. O sujeito 9 comenta que existem conversas informais para debaterem melhorias para o setor ou sanar problemas convergentes, deixando a entender que são contatos informais e não uma aliança concreta, ou reuniões periódicas. Já o sujeito 11 diz que acontecem acordos informais, como por exemplo, quando há o remanejamento de funcionário de uma empresa para a outra acerca dos dissídios e encargos salariais.

Segundo Olivares e Dalcol (2010), nos aglomerados devem haver interações tanto entre o grupo empresarial, quanto com outros agentes como bancos, universidades, escolas, o governo e a sociedade. Para os autores, essa interação entre todos os agentes envolvidos faz com que a região consiga se desenvolver melhor.

Os procedimentos e análises das entrevistas, deram embasamento para compreender por meio das falas dos entrevistados, se os benefícios socioeconômicos que estão sendo apresentados por indicadores, são tangíveis e perceptíveis pela população, de modo a atingir os objetivos específicos propostos, possibilitando a discussão nas considerações finais.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, pretende-se contribuir para futuras pesquisas objetivando o desenvolvimento regional sustentável, no momento em que a pesquisa identificar a relevante atuação das empresas do setor produtivo de avicultura, aglomeradas na microrregião de São Lourenço – MG, com seus benefícios regionais trazidos pelas influências socioeconômicas do setor relacionados a geração de riqueza e distribuição da renda, geração de emprego, massa salarial, redução da desigualdade social e infraestrutura financeira das cidades que estão inseridas nessa microrregião.

Os indicadores socioeconômicos apresentaram dados relevantes partindo do setor avícola para a microrregião. Após classificadas, as 16 cidades da microrregião de São Lourenço, de acordo com atividade econômica principal, observaram-se algumas influências, a saber: (i) com relação aos segmentos da microrregião, as Cidades Granjeiras se apresentam com o índice de IDH Alto em relação às demais cidades. Isso remete a ideia de que a saúde, educação e renda estão melhores que as demais. A partir da análise das entrevistas, foram identificados trechos onde os entrevistados mencionam que o setor avícola é o grande responsável pela geração de renda e empregos para os municípios; (ii) quando analisado em relação ao nível de distribuição de renda, os dados obtidos pelo PIB per capita apresentam que a região do setor avícola possui uma maior distribuição de renda do que os demais segmentos, como também confirma a ideia do seu baixo nível de desigualdade avaliado pelo índice de Gini; (iii) por mais que a variável Agricultura integrante do PIB tenha um baixo valor agregado em sua geração de riqueza, as cidades componentes do segmento Cidades Granjeiras possuem a maior participação não somente nessa variável, mas como também na variável Indústria, o que demonstra a alta participação do setor avícola em mais de um componente do PIB; e, (iv) a partir dos dados levantados sobre geração de emprego x massa salarial, o setor avícola é um dos que mais emprega e que melhor remunera seus funcionários em relação as demais atividades econômicas. Isso dá embasamento também para os dados da relação entre população economicamente ativa e a porcentagem dessa população está trabalhando nas empresas do setor avícola, onde em quase todas as cidades do segmento Cidades Granjeiras chegam a 10% da população empregadas em um mesmo setor, e na cidade de Itanhandu cerca de 20%.

Verificou-se a partir da fala da maioria dos entrevistados que não há um empenho

partindo dos governos locais em prol das empresas, fomentando o setor produtivo da avicultura, o que refuta a hipótese de identificar um Arranjo Produtivo Local na microrregião, tendo em vista que para que seja identificado é necessário um empenho sinérgico partindo de todos os envolvidos com o ambiente local, bem como o governo, empresas e comunidade local.

Por outro lado, percebe-se indícios da formação de uma região com características da Teoria de Base de Exportação de North (1955), tendo em vista que o setor avícola local conseguiu impulsionar a criação de novas empresas de outros segmentos vinculadas à sua produção, como por exemplo o surgimento de empresas que comercializam ração para tratamento de galinhas, bem como o surgimento de empresas transportadoras, já que a região atende todo o território nacional, como também exporta para fora do Brasil. Há também a confirmação da Teoria das Polos de Perroux (1977), e que o polo conseguiu se tornar Polo de Desenvolvimento, já que hoje o setor, além dos benefícios mencionados na Teoria da Base de exportação, abrange 4 cidades conseguindo gerar Efeitos de Encadeamento de Hirschman (1958) no que tange o alto retorno socioeconômico das regiões a partir da geração de riquezas do setor da avicultura.

Como recomendação aos governantes, deixo como sugestão retomar as práticas de políticas públicas que visam garantir o desenvolvimento socioeconômico regional, tendo em vista que o uso dessas estratégias de maneira sinérgica junto aos atores locais, como visto nas teorias apresentadas, pode alavancar o crescimento e desenvolvimento das cidades e das regiões.

Aos avicultores, devido a ausência da aliança entre o grupo empresariado evidenciada nas entrevistas coletadas, recomenda-se a união entre os empresários de modo que possam promover debates que englobem informações e decisões relevantes da região em que estão inseridos, juntamente com o poder público e sua população, tornando assim a região mais desenvolvida e com um ecossistema empresarial mais sólido. Essa sinergia entre todos os envolvidos na região granjeira poderá melhorar a competitividade externa, conforme discutido no decorrer do trabalho que empresas aglomeradas em um determinado local com um segmento em comum, possuem maiores chances de sobrevivência que as demais dispersas no território, a fim de potencializar os resultados produtivo e a região se tornar destaque no segmento avícola, tendo em vista que o estado de Minas Gerais está apenas como sexto colocado no ranking dos estados em abates de frango e terceiro colocado em produção de ovos.

Os dados coletados foram suficientes para a realização da pesquisa, porém cabe ressaltar as dificuldades encontradas em algumas situações atípicas como a pandemia do Covid 19, na qual as empresas não estavam dispostas a realizar a entrevista presencialmente, optando pelo

método online por meio do uso de vídeo chamada via Google Meet. Já as entrevistas com as lideranças políticas, além das dificuldades em realizar a entrevista presencial por conta da pandemia, houveram resistências em responder as perguntas por ser ano de eleições municipais.

Por fim, para futuras pesquisas acerca da avicultura regional na microrregião, recomenda-se análises mais detalhadas das empresas que foram desenvolvidas para fomentar o setor avícola na região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. F.; YAMASHITA, Y. **Uso da teoria dos polos de crescimento e polos de desenvolvimento para a elaboração da rede de transporte multimodal de cargas para a região Amazônica.** Revista Eletrônica de Engenharia Civil. Vol 9 - nº1. p. 65-83. Setembro de 2014.

_____. – REEC – Revista Eletrônica de Engenharia Civil Vol 9 – nº 1 (2014).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. O atlas. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/> Acesso em: jun/2020.

ALKIRE, Sabina. **Dimensões do Desenvolvimento Humano.** World Development, Volume 30, Edição 2, Fevereiro de 2002, pp. 181–205, Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0305750X01001097/1-s2.0-S0305750X01001097-main.pdf?_tid=a92372ea-c545-11e7-967f00000aab0f02&acdnat=1510229045_b3f90ce5713abe29a5d49f2cc37a232f> Acesso em: out/2019.

ANDERSON, Sweeney, Williams. **Estatística Aplicada à Administração e Economia.** São Paulo: Pioneira, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **O Brasil Avícola.** Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/resumo>> Acesso em: 23 de maio de 2020.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Caracterização Econômica das Regiões.** Disponível em: <<https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>> Acesso em: 11 de setembro de 2020.

BRACARENSE, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XM6WI1x_T_sC&pg=PA206&dq=%C3%A D#v=onepage&q&f=false> Acesso em: fev/2020.

BRANDÃO, C. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas: Editora Alínea, 2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programas Sociais: O Bolsa Família. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>> Acesso em: jul/2020.

CANO, Ignácio. **Introdução à avaliação de programas sociais.** Rio e Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico** 1º ed. Jundiaí: Paco, 2018.

CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial da fécula de mandioca no Brasil**. Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz; Universidade de São Paulo, Piracicaba: 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequena e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. São Paulo: Relumé Dumará, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Aglomerações, Cadeias e Sistemas Produtivos e de Inovações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CAVALCANTI, Margarete Bezerra. **Fatores impactantes na estruturação de arranjos produtivos locais: o caso da caprinocultura na região de Cariri Paraibano, 2007**. (Dissertação de Mestrado em Administração) – Fundação Dom Cabral, Belo Horizonte. 2007.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Cepea**. Disponível em:
<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIBAGRO%20Minas%20Gerais_2019.pdf> Acesso em: setembro de 2020.

CHAMON, E. M. Q. O. **Escrevendo sobre o “estado da arte” em um tema de dissertação**. Relatório Técnico "Tutorial" MPE-LP1/2-001 / v1. Programa de Mestrado Profissional em Educação – UNITAU, 2016.

CORREIA, Paulo da Cruz. **As aglomerações produtivas especializadas como elemento facilitador de novos empreendimentos**. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3. 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 881-897.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório de Atividades**. Disponível em:
<http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL_ATIVIDADE/relatorio_de_atividades_2019_versao_3.pdf> Acesso em: 11 de setembro de 2020.

FERREIRA, F. D. da Silva; MEDEIROS, E. H. O. **TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO: uma avaliação da base de exportação da região sul do Brasil**. Revista de Economia, Anápolis-GO, vol. 12, nº 02, p.237-251 Jul/Dez. 2016.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS [recurso eletrônico]**. Tradução Lorí Viali. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUND John E.; SIMON, Gary A. **Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. Edição. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política, v. 24 n. 4. São Paulo, outubro-dezembro, 2004, p.483-486.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Paulo Diniz de Brito. **Uma análise sobre IDH, ajuda externa, crescimento econômico e volatilidade**, 2013. (Dissertação de Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2013.

HADDAD, Paulo Roberto. **Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

HIRSCHMAN, Albert Otto. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades. Censo Demográfico 2010*. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais> > Acesso em: 23 de Maio de 2019.

_____. *Projeção da População 2020*. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em: 03 de Agosto de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O que é? Índice de Gini**. 2004. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>
Acesso em: 30 de Junho de 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA. Disponível em: <ima.mg.gov.br>
Acesso em: 24 de setembro de 2019.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, n. 26, p. 137-160, 2005.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N.D. **Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux**. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVII – N. 2 - Dezembro de 2015 - Salvador, BA – p. 935 – 952.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LINS, A. do E.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. **Uma Aplicação da Teoria da Base Exportadora ao Caso Nordestino**. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, V. 43, n. 01, p. 9-32, jan./ mar. 2012.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da.; NASCIMENTO. **Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local.** Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona, n. 996, v. 17. 15 out. 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada.** 2 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARTINS, Humberto E. P.; BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz; OLIVEIRA, Polyana Lara de. **Urbanização, migração e emprego: Uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e Sul de Minas.** PESQUISA & DEBATE, SP, volume 18, número 2 (32) pp. 283-305, 2007.

MATTOS, S. M. C. **Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás.** Sittientibus, Feira de Santana, dez, 2008.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise.** São Paulo: Atlas, 1994.

MOORE, David. **A Prática da Estatística Empresarial: como usar dados para tomar decisões.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

OLIVARES, G. L.; DALCOL, P. R. T. **Proposta de um sistema de indicadores para medir o grau de contribuição dos aglomerados produtivos para o desenvolvimento local e regional.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 188-218, mai./ago. 2010.

OLIVEIRA, M. F. de. **Negociação e cooperação para o fomento do desenvolvimento local sob uma perspectiva sistêmica.** Programa de Pós-Graduação em Administração, (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FATO. Disponível em: <<http://www.fao.org/home/en/>>. Acesso em: 02 de Jul de 2020.

PARKIN, M. **Economia.** 8.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

PAULANI, L.M. **A Nova Contabilidade Social.** Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2007.

PERROUX, François. **Considerações em torno da noção de polo de crescimento.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1977.

PIRES, Márcio de S. **Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste.** 2001. Tese de Doutorado (Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2001.

PORTER, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** 4.ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que fazemos. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/our-focus.html>> Acesso em: fev/2020.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh.html?start=0&sort=date&view=cards>> Acesso em: jun/2020.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2018. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh.html?start=0&sort=date&view=cards>> Acesso em: jun/2020.

REDESIT. **Curso de Formação em Arranjos Produtivos Locais**. Porto Alegre: Acordo Sebrae, 2002.

ROCHA, S. **Pobreza do Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SAGAR, A. NAJAM, A. **The human development index: a critical review**. Ecological Economics 249-264. Elsevier, 1998.

SANTOS, Gustavo A G. dos; DINIZ, Eduardo J.; BARBOSA, Eduardo K. **Agglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 11, N. 22, P. 151-179, dez. 2004.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2ª. ed., Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, São Paulo, 2003.

SCHWARTZMAN, J. A. **A Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional**. In: HADDAD, P. R. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Monografia - Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975.

SCHMITZ, H. **On the clustering of small firms**. IDS Bulletin, Brighton: University of Sussex/IDS, v. 23, n. 3 p. 64-69, July 1992.

SEBRAE. **Arranjos produtivos locais**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31562>. Acesso em: 15 setembro 2020.

SENGENBERGER, W; PIKE, F. **Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.101-146.

SOUZA, B. N. F. **Reestruturação socioespacial da avicultura no Ceará**, 2017. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 outubro 2020.

SOUZA, J. C. P. V. B.; TALAMINI, D. J. D.; SCHEUERMANN, G. N.; SCHMIDT, G. S. (Ed.). **Sonho, desafio e tecnologia: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. p. 59-87.

SOUZA, N. J. **Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação**. Análise, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo CEP-UNIS e submetido aos entrevistados

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO LOURENÇO – MG.

Nome do Pesquisador Responsável: FREDERICO IMBELLONI BERNARDES

Fone do Pesquisador Responsável: (35) 99179-1652 **Nome**

dos Pesquisadores assistentes/alunos: Não possui

Instituição de Vínculo da Pesquisa: Unis

Contato com a Instituição: etica@unis.edu.br ou (35) 3219-5084 (Talita)

1. **Natureza da pesquisa:** o(a) sr. (sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ajudar no desenvolvimento do Projeto intitulado AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO LOURENÇO – MG do Curso Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG, o qual ao final terá o levantamento dos dados de forma estatística.
2. **Participantes da pesquisa:** serão entrevistados 18 indivíduos (cargos de gestão ou direção) relacionados as instituições privadas (granjas), relacionando 1 indivíduo paracada instituição privada. Além disso, serão entrevistados 16 líderes comunitários (um dos vereadores mais votados pela comunidade) sendo 1 indivíduo para cada cidade da microrregião de São Lourenço – MG. Também serão entrevistados 16 indivíduos do governo local (algum membro da secretaria do governo local), sendo 1 indivíduo de cada cidade integrante da microrregião de São Lourenço.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo o sr. (sra.) permitirá que o (a) pesquisador (a) obtenha dados que serão utilizados para conhecer a as influencias socioeconômicas que o setor da avicultura traz para a microrregião de São Lourenço - MG. O sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr.(sra.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dotelefone do (a) pesquisador(a) do projeto ou da própria instituição, identificados no início desta página. Em qualquer situação, sua identidade será integralmente preservada.
4. **Sobre as entrevistas:** a entrevista será verbal, com gravações, com suas respostas anotadas com caneta no próprio questionário pelo pesquisador.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisacom Seres Humanos conforme Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua integridade física, mental, psíquica, moral e dignidade.

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente os pesquisadores e os orientadores terão conhecimento dos dados.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o sr. (sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo traga informações importantes sobre os benefícios socioeconômicos da microrregião São Lourenço – MG, de forma que o conhecimento aqui produzido possa permitir um melhor entendimento sobre o tema desta pesquisa, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos como forma de divulgação dos resultados obtidos.
8. **Pagamento:** o sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, caso o sr.(a) se sinta plenamente esclarecido, solicitamos o seu livre consentimento para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

RG: _____

Nome e Assinatura do Pesquisador Responsável

Nome e Assinatura do Pesquisador Associado

ANEXO B

Parecer Consubstanciado do CEP-UNIS

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPEMIG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR DA AVICULTURA NA MICRORREGIÃO DE SÃO LOURENÇO - MG.

Pesquisador: FREDERICO IMBELLONI BERNARDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 27031019.8.0000.5111

Instituição Proponente: Centro Universitário do Sul de Minas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.787.035

Apresentação do Projeto:

Atende aos requisitos da ética em pesquisa

Objetivo da Pesquisa:

Bem elaborados, atendem aos requisitos da ética em pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

os procedimentos não indicam riscos para os sujeitos e os benefícios estão descritos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

atnde aos requisitos da ética em pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE em concordância com a proposta de pesquisa

Recomendações:

não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do CEP concorda com o parecer do relator e opina pela aprovação deste protocolo de pesquisa.

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650

Bairro: Bairro Aeroporto

CEP: 37.010-540

UF: MG

Município: VARGINHA

Telefone: (35)3219-5291

Fax: (35)3219-5251

E-mail: etica@unis.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



Continuação do Parecer: 3.787.035

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1489132.pdf	18/12/2019 13:34:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_FRED.pdf	18/12/2019 13:33:51	FREDERICO IMBELLONI BERNARDES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	16/12/2019 12:41:45	FREDERICO IMBELLONI BERNARDES	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ANEXO_ENTREVISTA.pdf	16/12/2019 12:38:48	FREDERICO IMBELLONI BERNARDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_FRED.pdf	16/12/2019 12:35:06	FREDERICO IMBELLONI BERNARDES	Aceito
Folha de Rosto	autorizacao.pdf	16/12/2019 12:32:50	FREDERICO IMBELLONI BERNARDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VARGINHA, 20 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Nelson Delu Filho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.010-540
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5291 **Fax:** (35)3219-5251 **E-mail:** etica@unis.edu.br

Página 02 de 02

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista com Instituições Privadas

Nome do Entrevistado:

Data da entrevista:

Cidade:

Sexo:

Instituição/cargo:

Tempo de participação na instituição/cargo:

1. O(a) sr(a) conhece algum programa do governo federal/estadual/municipal sendo realizado visando fomentar o desenvolvimento local (incentivo tributário/estrutural)?
2. Quais são estes programas? Como funcionam?
3. Existem fóruns intermunicipais de discussão de projetos voltados para o desenvolvimento da região?
4. Como são realizadas as discussões e como são tomadas as decisões?
5. Existe alguma parceria entre as empresas do setor da avicultura? Quais são elas?
6. Como esta instituição poderia contribuir com o desenvolvimento local?
7. O(a) sr(a) visualiza o setor da avicultura como uma possível geradora de desenvolvimento para o município?
8. Como esta instituição poderia contribuir com o desenvolvimento do setor da avicultura neste sentido?
9. Existe uma mão de obra qualificada na cidade que atenda as necessidades da empresa? Onde essa mão de obra é capacitada?
10. Com base no que foi discutido anteriormente, o sr.(a) gostaria de tecer alguma consideração acreditando que esta pode ser uma estratégia, partindo tanto das empresas, comunidade ou governo de melhoria para o desenvolvimento da região?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista com o Líder Comunitário

Nome do Entrevistado:

Data da entrevista:

Cidade:

Sexo:

Profissão/cargo:

1. Você já foi ou é convidado para participar de reuniões voltadas para discutir programas relacionados com o desenvolvimento do município? **(Se for afirmativo, pule para a questão 5).**
2. Tem interesse em participar? **(se a resposta for negativa vá para a 4).**
3. Por que não participa? **(caso a resposta da questão 3 seja negativa).**
4. Qual o motivo que faz com que o(a) Sr.(a.) participe? **(caso a resposta da questão 2 seja positiva).**
5. Você acha que o setor da avicultura contribui com o desenvolvimento local? De que forma?
6. Na sua opinião, como o governo federal/estadual/municipal poderia estimular o crescimento do setor da avicultura visando o desenvolvimento do município? De que maneira?
7. Você acha que outras instituições públicas e também privadas poderiam contribuir com o desenvolvimento do setor da avicultura e, conseqüentemente, do município? De que maneira?
8. Com base no que foi discutido anteriormente, o sr.(a) gostaria de tecer alguma consideração acreditando que esta pode ser uma estratégia, partindo tanto das empresas, comunidade ou governo de melhoria para o desenvolvimento da região?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista com o Governo Local

Nome do Entrevistado:

Data da entrevista:

Cidade:

Sexo:

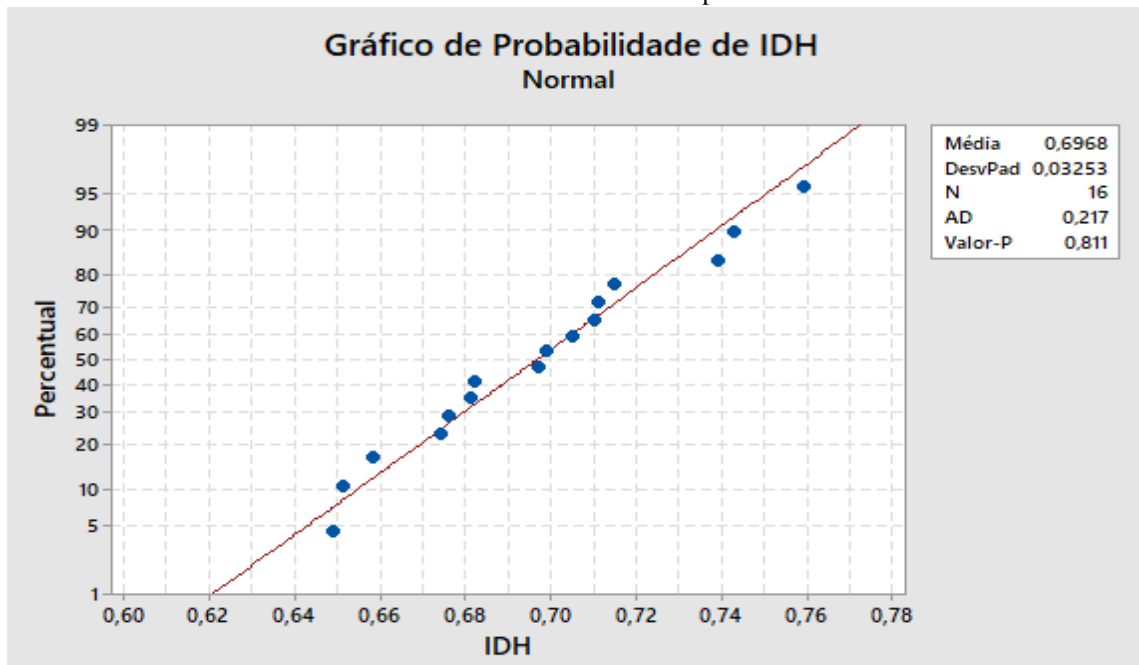
Profissão/cargo:

1. Existem programas ou projetos do governo federal/estadual sendo realizados no município visando fomentar o desenvolvimento local?
2. Quais são estes programas? Como funcionam? Como os conheceu em caso afirmativo.
3. Existem fóruns, palestras ou encontros diversos intermunicipais de discussão de projetos voltados para o desenvolvimento da região?
4. Como são realizadas as discussões e como são tomadas as decisões? Quais as pessoas diretamente envolvidas nesse processo de tomada de decisão?
5. Há participação de organizações (governamentais ou não) da sociedade nesses programas/projetos?
6. A população mostra-se interessada em participar de tais projetos? Como?
7. No seu ponto de vista, como outras instituições públicas e também privadas podem contribuir com o desenvolvimento local?
8. O governo local vê o setor da avicultura como um possível gerador de desenvolvimento para o município?
9. Que tipos de políticas você acha que o governo local pode implantar para incentivar do setor da avicultura?
10. Com base no que foi discutido anteriormente, o sr.(a) gostaria de tecer alguma consideração acreditando que esta pode ser uma estratégia, partindo tanto das empresas, comunidade ou governo de melhoria para o desenvolvimento da região.

APÊNDICE D

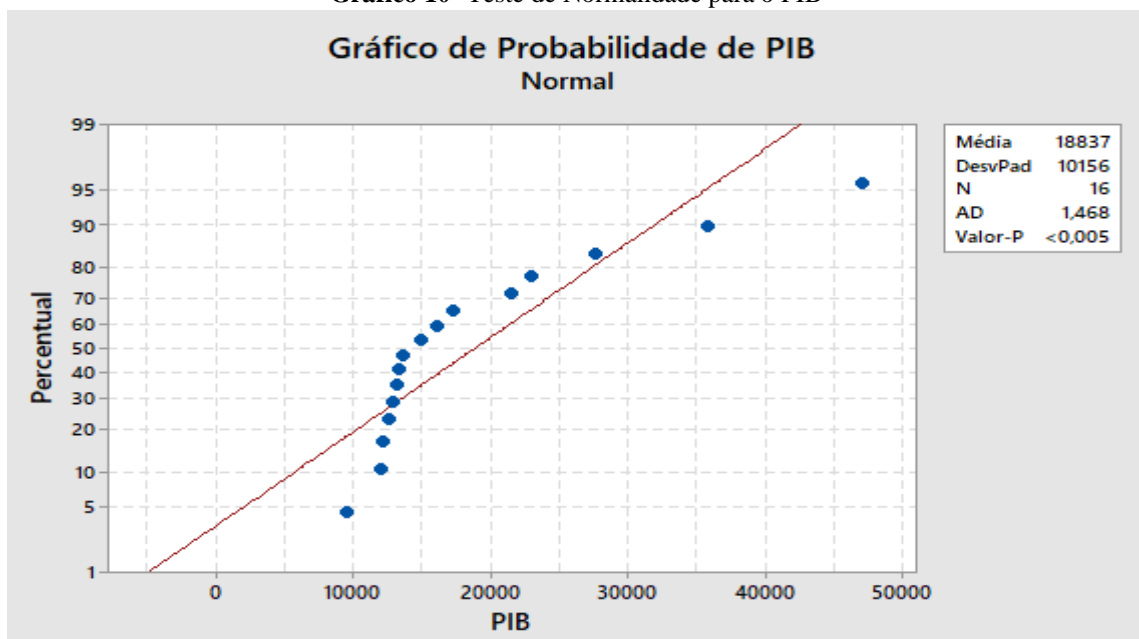
Testes de Normalidade das Variáveis

Gráfico 9 - Teste de Normalidade para o IDH



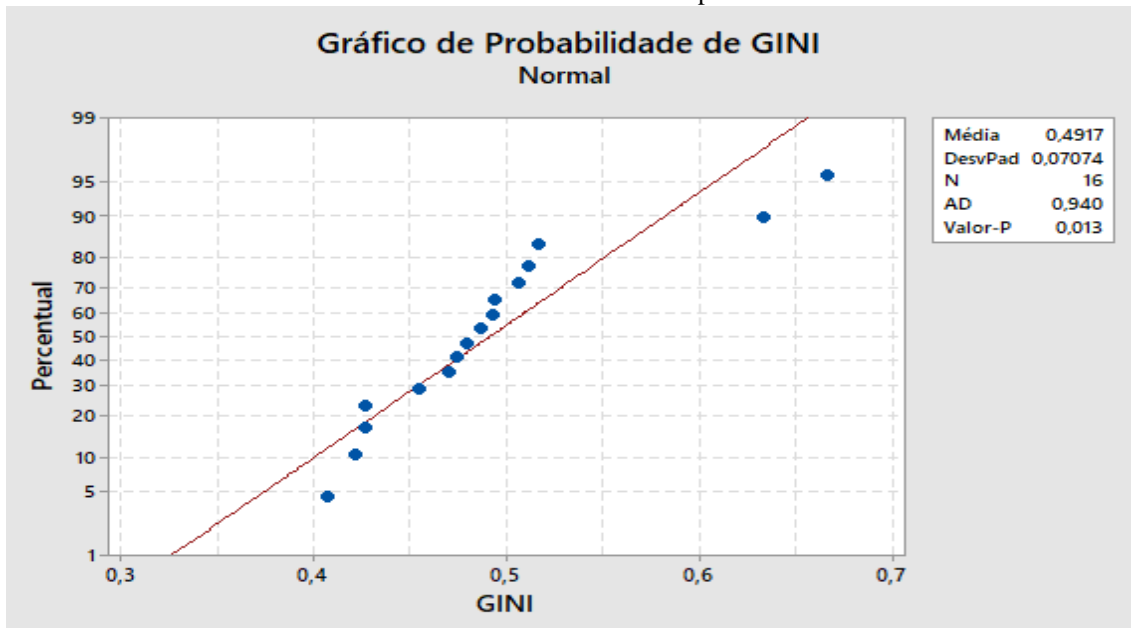
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

Gráfico 10- Teste de Normalidade para o PIB



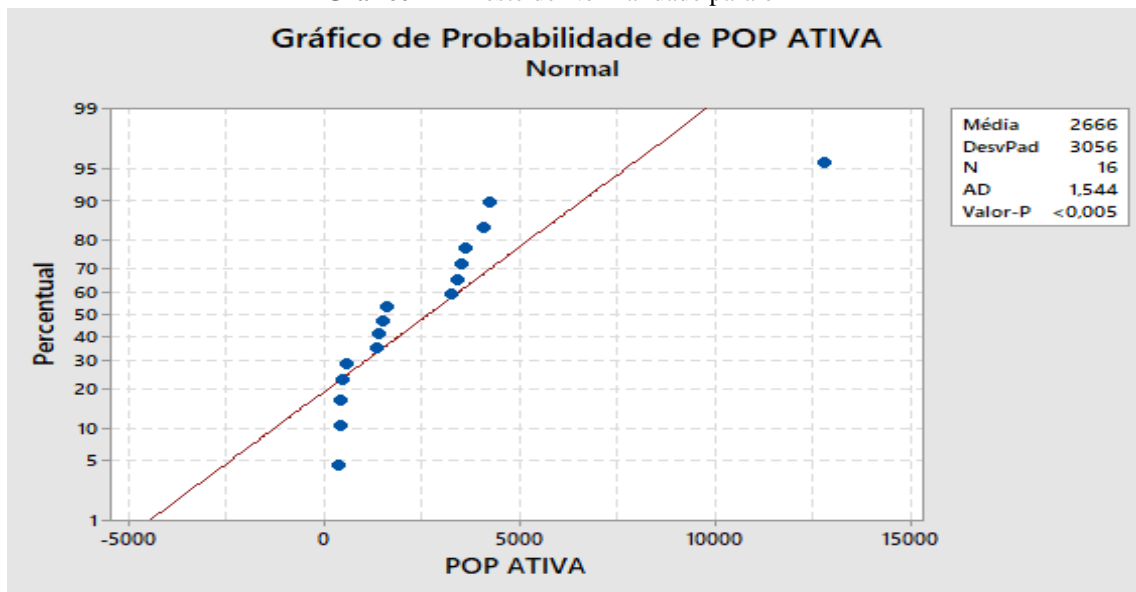
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020).

Gráfico 11- Teste de Normalidade para o GINI



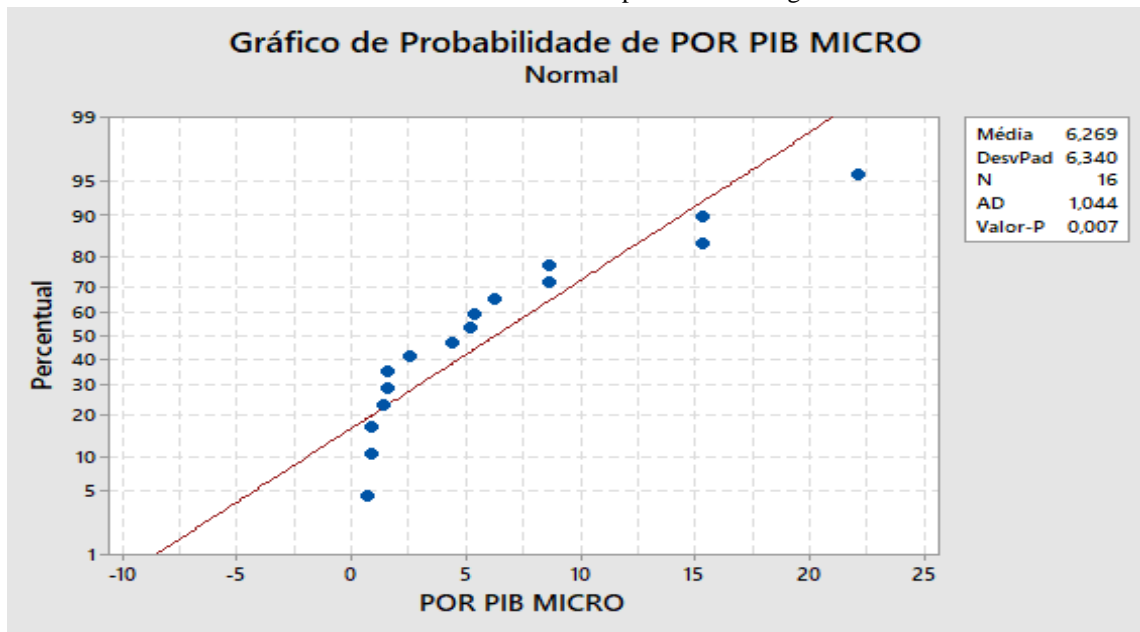
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 12 - Teste de Normalidade para o PEA



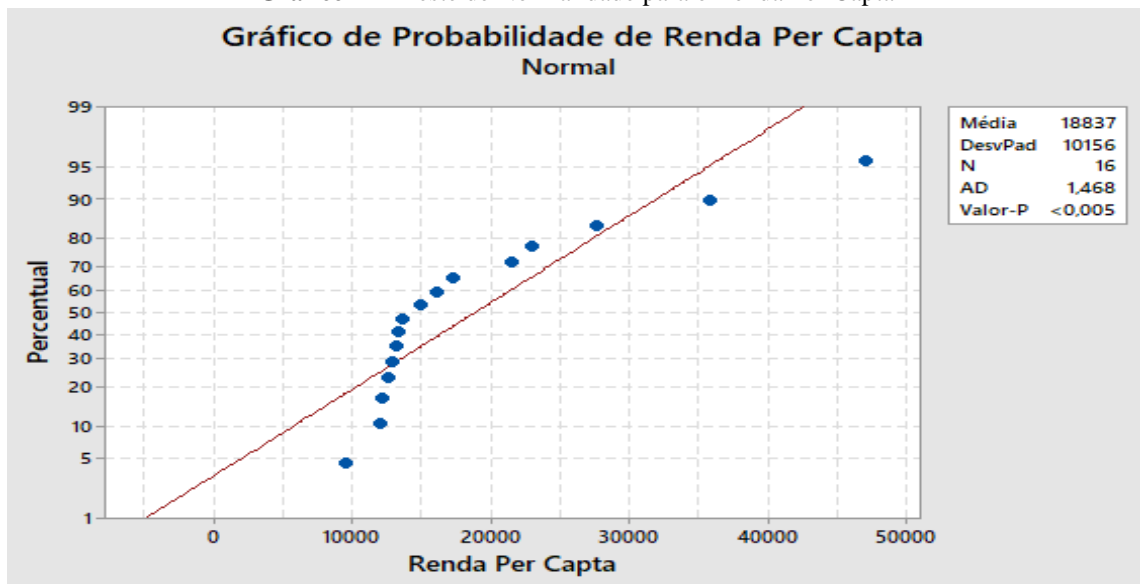
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 13 - Teste de Normalidade para o Porcentagem do PIB



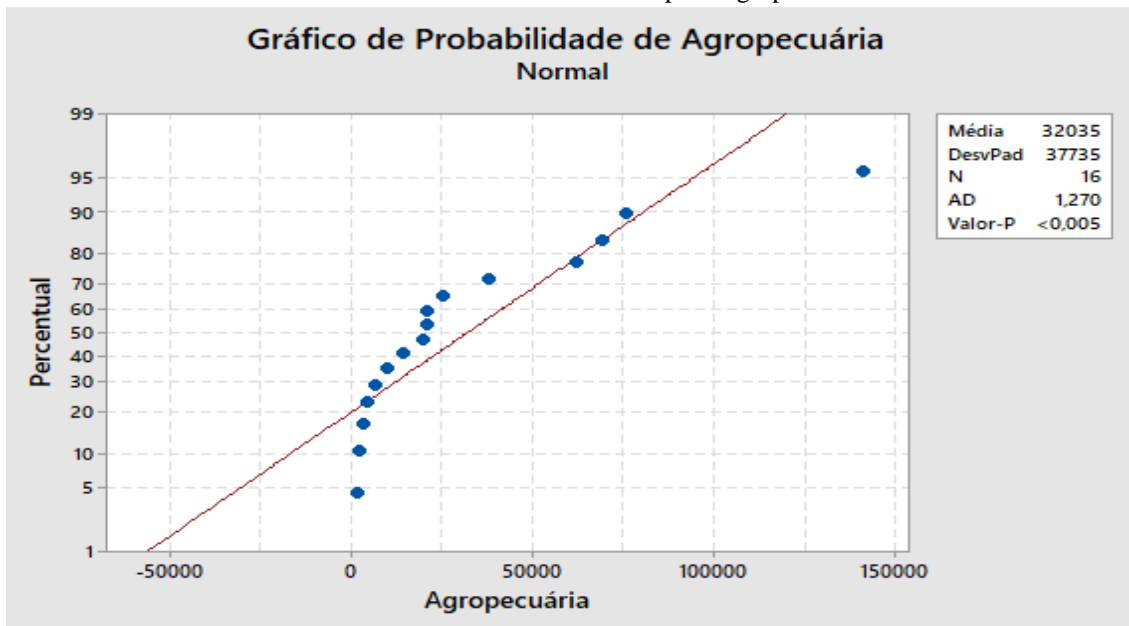
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 14 - Teste de Normalidade para o Renda Per Capta



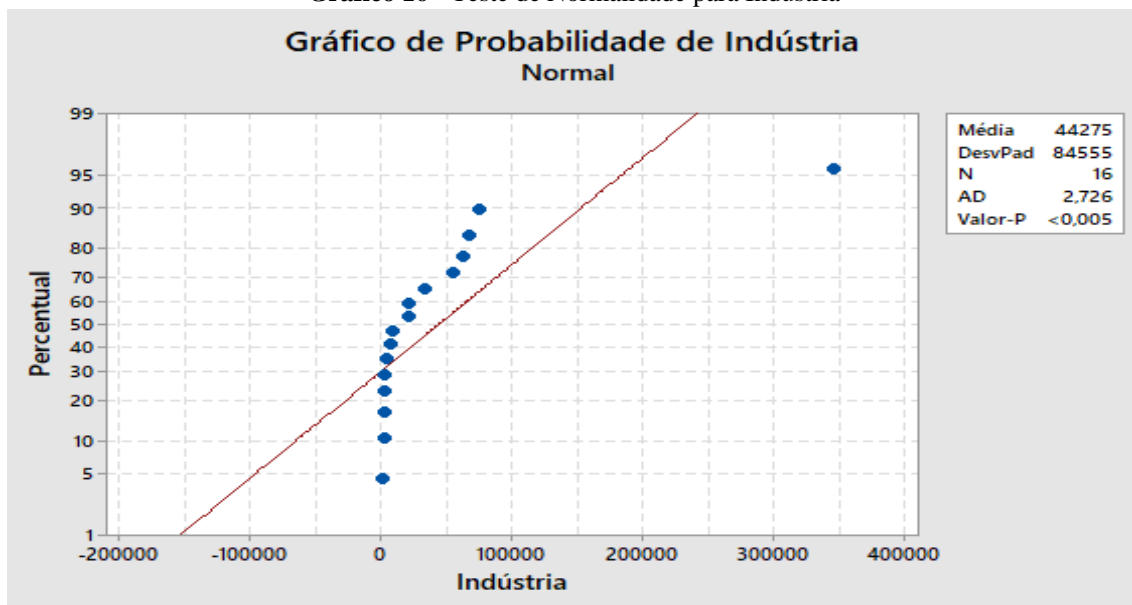
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 15 - Teste de Normalidade para Agropecuária



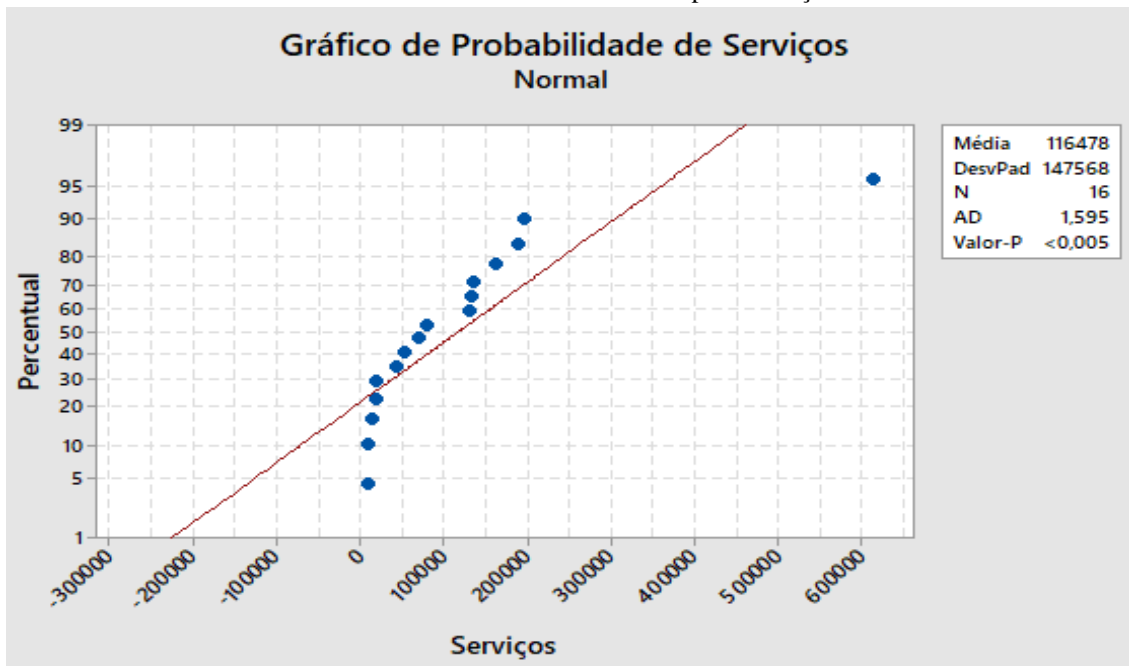
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 16 - Teste de Normalidade para Indústria



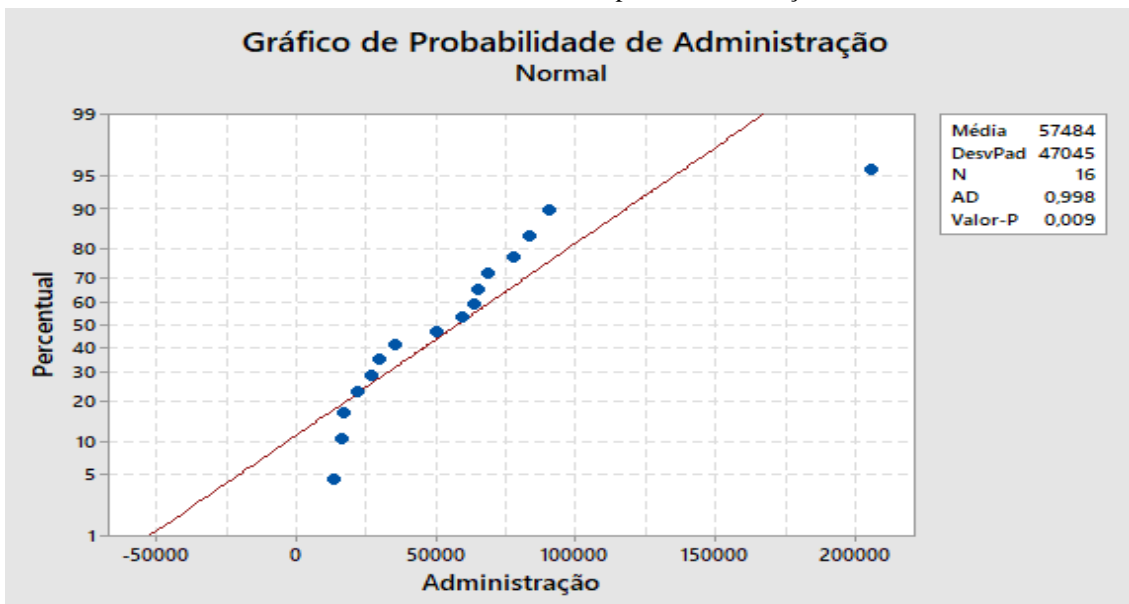
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 17 - Teste de Normalidade para Serviços



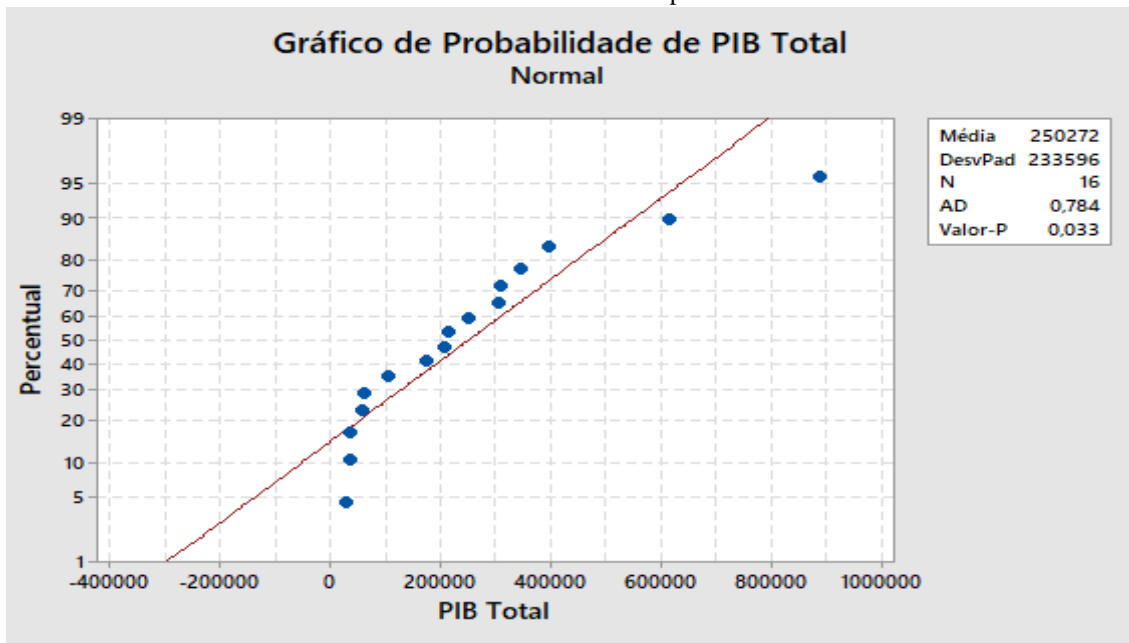
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 18 - Teste de Normalidade para Administração Pública



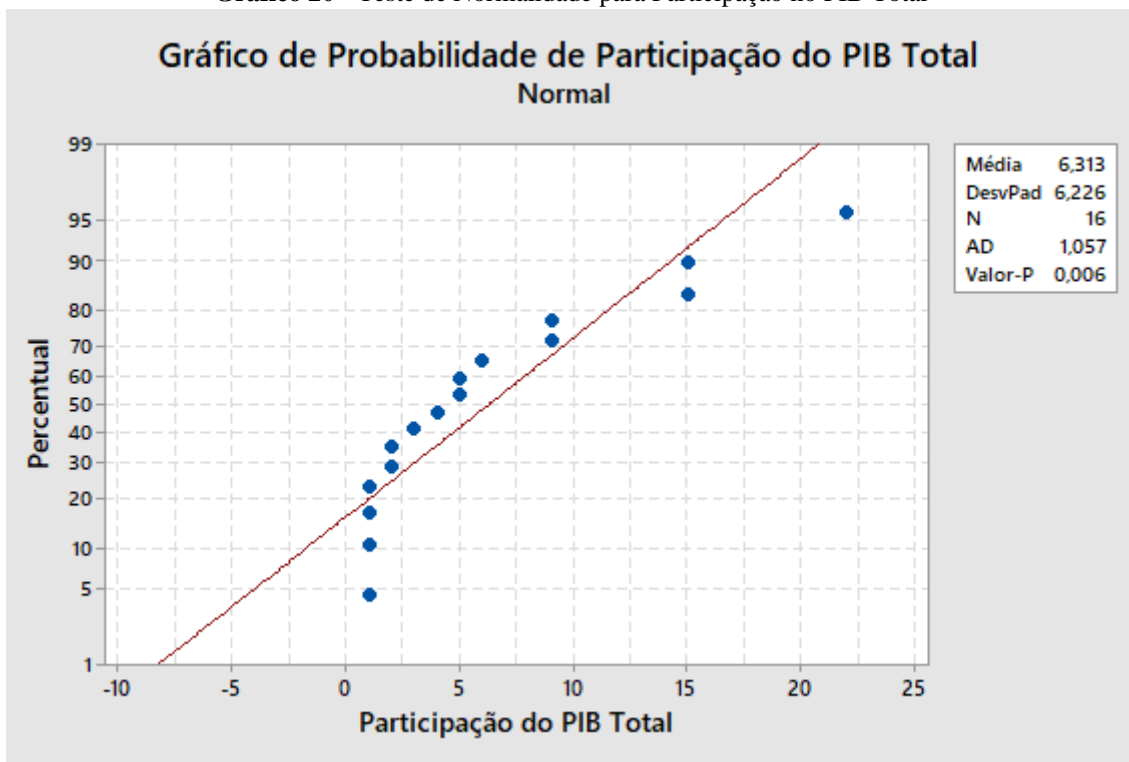
Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 19 - Teste de Normalidade para PIB TOTAL



Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)

Gráfico 20 - Teste de Normalidade para Participação no PIB Total



Fonte: elaborado pelo autor a partir do *software* SPSS (2020)